



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 97

III Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de março de 2015

Presidente: *Deputado Ricardo Cabral*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves (substituída no decorrer dos trabalhos pela Deputada Renata Correia Botelho) e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos.

A sessão iniciou-se com a apresentação de diversos votos. A saber:

- [Voto de Congratulação ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal e às suas atletas pelos resultados obtidos nos Nacionais de Ténis de Mesa](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a leitura do voto feita pelo Sr. Deputado Nuno Meneses (*PS*), usou da palavra a Sra. Deputada Judite Parreira (*PSD*).

- [Voto de Congratulação pelos 25 anos dos Lions Clube de Santa Maria](#), novamente apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, mais precisamente pelo Sr. Deputado Duarte Moreira (*PS*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação pelos 25 anos do Lions Clube de Vila do Porto – Santa Maria](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a leitura do voto pelo Sr. Deputado Paulo Parece (*PSD*), seguiu-se a votação que registou novamente a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Congratulação ao Judo Clube de Ponta Delgada, pelos títulos alcançados no Campeonato Nacional de Júniores de 2015**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube à Sra. Deputada Graça Silva (*PS*), seguindo-se a votação na qual se registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Congratulação a Maria Catarina Weitzenbaur de Almeida e Sousa, que se sagrou campeã nacional de júniores em judo**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, o qual foi aprovado por unanimidade, após a sua apresentação feita pelo Sr. Deputado Cláudio Almeida (*PSD*).

- **Voto de Saudação pelo Dia Internacional da Mulher**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube novamente à Sra. Deputada Graça Silva (*PS*), usando posteriormente da palavra a Sra. Deputada Judite Parreira (*PSD*).

Aquando da votação o voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelo Dia Internacional da Mulher**, apresentado pelo Representação Parlamentar do BE.

Após a leitura do voto pela Sra. Deputada Lúcia Arruda (*BE*), o voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação – Classificação IGP da Meloa de Santa Maria**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a leitura do voto feita pela Sra. Deputada Bárbara Chaves (*PS*), usaram da palavra as Sras. Deputadas Graça Silveira (*CDS-PP*), Lúcia Arruda (*BE*) e o Sr. Deputado Paulo Parece (*PSD*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Saudação pelos 50 anos de carreira literária de Cristóvão Aguiar**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube à Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*). Seguiu-se a votação onde novamente o voto em apreço registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Saudação pelos 250 anos da Irmandade do Senhor dos Passos de Florianópolis**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado José Andrade (*PSD*), usou da palavra o Sr. Deputado Pedro Moura (*PS*).

O voto de saudação foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Saudação ao Clube Desportivo Escolar do Topo pelo título de Campeão Regional de Seniores em voleibol feminino**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado António Pedroso (*PSD*), usou da palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros (*PS*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Saudação aos resultados dos atletas André Bicudo Ponte e Henrique Cruz no Campeonato Nacional de Natação adaptada**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade não sem antes ter feito a sua apresentação a Sra. Deputada Cecília Pavão (*PS*).

- **Voto de Protesto contra a decisão da TAP, e do Governo da República, enquanto seu acionista único, de não proceder à apresentação de proposta às Obrigações de Serviço Público para o transporte aéreo na rota Lisboa-Horta-Lisboa**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*), seguindo-se o debate no qual participaram o Sr. Deputado Jorge Costa Pereira (*PSD*) e a Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*).

O voto em apreço foi aprovado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Jorge Costa Pereira (*PSD*), Lúcio Rodrigues (*PS*) e a Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*).

- **Voto de Protesto pelo desinvestimento na ciência e investigação – nas várias áreas do conhecimento, e em particular nas áreas da economia azul e ciências do mar – quer pelo Governo da República, quer pelo Governo Regional dos Açores**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Após a leitura do voto pela Sra. Deputada Lúcia Arruda (*BE*), usaram da palavra os Srs. Deputados José Contente (*PS*) e Luís Garcia (*PSD*).

Submetido à votação o voto foi rejeitado por maioria.

- **Voto de Protesto em relação às declarações proferidas pelo Sr. Secretário Regional da Educação**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado Luís Maurício (*PSD*), usando posteriormente da palavra para interpelar a Mesa o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

O debate prosseguiu com a participação dos Srs. Deputados Francisco Coelho (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Submetido à votação o voto supracitado foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Francisco Coelho (*PS*), Luís Maurício (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Seguiu-se a Agenda da Reunião da qual constava as seguintes iniciativas legislativas:

- **Projeto de Resolução n.º 97/X – “Recomenda ao Governo Regional que reforce o apoio e a cooperação com as freguesias dos Açores”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP;

Apresentado o Projeto de Resolução pelo Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*) iniciou-se o debate que contou com a participação dos/a Srs./as Deputados/as Cláudio Lopes (*PSD*), Ana Espínola (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Manuel

Pereira (*PS*), bem como a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

Seguiu-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Projeto de Resolução n.º 103/X – “Identificação de processos e técnicas de construção do bote baleeiro”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS;

Participaram no debate as/os Sras./Srs. Deputadas/os Renata Correia Botelho (*PS*), José Andrade (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Lizuarte Machado (*PS*), Ana Espínola (*CDS-PP*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Projeto de Resolução n.º 95/X – “Ampliação da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM;

Apresentada a iniciativa pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), iniciou-se o debate no qual participaram os/as Srs./as Deputados/as Iasalde Nunes (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Judite Parreira (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), Lúcia Arruda (*BE*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

O diploma em apreço foi rejeitado por maioria, proferindo declarações de voto a Sra. Deputada Judite Parreira (*PSD*) e os Srs. Deputados Iasalde Nunes (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Seguiu-se a apresentação e debate do:

- **Pedido de urgência - Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 50/X – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 2/2015/A, de 7 de janeiro, que aprova o Plano Anual Regional para o ano de 2015”** e do,

- **Pedido de urgência - Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 51/X – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 1/2015/A, de 7 de**

janeiro, que procede à aprovação do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2015”;

Após a justificação da urgência das iniciativas pela Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*), usaram da palavra a Sra. Deputada Lúcia Arruda (*BE*) e os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), António Marinho (*PSD*), Francisco César (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Os pedidos de urgência foram aprovados por unanimidade.

- **Pedido de urgência e de dispensa de exame em Comissão - Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 47/X – “Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 10/2014/A, de 3 de julho”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS**”, o qual foi aprovado maioria;

- **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 47/X – “Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 10/2014/A, de 3 de julho”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS**”.

Após a intervenção do Sr. Deputado Berto Messias (*PS*), a iniciativa foi aprovada por maioria.

Por fim foi aprovada por unanimidade a **Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de março de 2015**.

Os trabalhos terminaram às 18 horas e 30 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tem a palavra o Sr. Secretário para fazer a chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cecília do Rosário Farias Pavão

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da **Graça Oliveira Silva**

Marta Cristina Moniz do Couto

Miguel António Moniz da Costa

Nuno Miguel Aguiar de Meneses

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

António Lima Cardoso **Ventura**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Maria de Medeiros **Andrade**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Paulo Henrique **Parece** Baptista

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Maria da **Graça** **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Lúcia de Fátima Oliveira Arruda

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, vamos suspender os nossos trabalhos por 15 minutos, uma vez que estamos com problemas no nosso equipamento de som, de acordo com a informação dos serviços.

Até já.

Eram 10 horas e 14 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Agora já temos som, já podemos começar os nossos trabalhos.

Eram 10 horas e 35 minutos.

Encarregou-me a Sua Excelência, a Sra. Presidente da Assembleia de conduzir a sessão de hoje, porque está em representação institucional e oficial no estrangeiro.

Amanhã será o Sr. Vice-Presidente Humberto Melo que conduzirá os trabalhos. Depois de ter sido feita a chamada, que tinha 53 Sras. e Srs. Deputados, temos quórum.

Está aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos começar de imediato no PTAP. Vamos começar com os votos de congratulação, depois saudação, depois os de protesto, finalizando com os de pesar.

Vamos começar já com o primeiro voto, sem demoras.

O primeiro voto é ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal e às suas atletas pelos resultados obtidos nos nacionais de ténis de mesa.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Nuno Meneses.

Deputado Nuno Meneses (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal e às suas atletas pelos resultados obtidos nos Nacionais de Ténis de Mesa

Decorreu durante o primeiro fim-de-semana de março deste ano, em Viseu, o Nacional Individual de Seniores e Infantis onde participaram atletas do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal.

Como já nos tem vindo a habituar nos últimos anos, a participação das atletas do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal foi de destaque, e este ano, nesta competição, os resultados foram mais uma vez muito positivos, e constituem-se naturalmente como um orgulho para todos os açorianos.

Na competição de Pares Femininos, a dupla açoriana formada por Patrícia Maciel e Raquel Andrade (ainda na categoria de juniores), sagrou-se campeã nacional de seniores, enquanto na competição de Pares Mistos a atleta Patrícia Maciel conseguiu um honroso 2.º lugar. O 3.º lugar foi ainda ocupado pela atleta Raquel Andrade na mesma categoria.

Em Singulares Femininos o 3.º posto foi dividido por duas atletas sendo que esse lugar do pódio foi partilhado e ocupado pela tenista Raquel Andrade.

O Centro Social do Juncal é, hoje, uma das referências da prática do ténis de mesa na região e no país, tendo já, inclusivamente, atingido resultados merecedores de destaque em competições internacionais.

As atletas Patrícia Maciel e Raquel Andrade do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, ocupam neste momento o 5.º e 7.º lugar do *ranking* nacional de seniores femininos, e no *ranking* da classificação conjunta o 10.º e 18.º lugar respetivamente, o que representa também uma marca de mérito e de prestígio para a Região, que vê duas atletas no top 10 do *ranking* nacional e as mesmas duas atletas a ocupar também o top 20 do *ranking* da classificação conjunta.

Além dos méritos desportivos, reconhece-se também o mérito pelo trabalho de âmbito social e educativo desenvolvido em prol da comunidade onde se insere, contribuindo assim para a formação integral dos muitos praticantes da modalidade enquanto pessoas e enquanto cidadãos.

As importantes conquistas desportivas, e acima de tudo, o empenho dos seus atletas e dirigentes são merecedores de realce e reconhecimento. A fórmula encontrada, que junta a experiência com a aposta em atletas açorianas formadas no clube, é um exemplo que deve ser seguido por outras instituições.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprove um voto de congratulação ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal e às suas atletas Patrícia Maciel e Raquel Andrade, do qual deve ser dado conhecimento formal à Câmara e Assembleia Municipal da Praia da Vitória, à Junta e Assembleia de Freguesia de Santa Cruz e ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal.

Horta, Sala das Sessões, 12 de março de 2015.

Obrigado.

Os Deputados, Berto Messias, Nuno Meneses, António Toste, Domingos Cunha, Cláudia Cardoso e Francisco Coelho

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira.

(*) **Deputada Judite Parreira (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD/Açores associa-se ao Voto de Congratulação agora apresentado pelo Partido Socialista e fá-lo com muito gosto, pois é um orgulho termos jovens açorianos que nos projetam, que projetam o nome dos Açores, quer no continente português, quer no estrangeiro.

Várias têm sido as vezes em que o PSD já apresentou aqui, nesta Casa, votos de congratulação pelos feitos alcançados pelas meninas do Juncal, mas elas continuam a trazer mais vitórias e glória para a Terceira e para os Açores.

Depois de em 2014, em Itália, Patrícia Maciel se ter sagrado campeã da Europa em juniores na variante de pares femininos, conquistou agora em fevereiro a medalha de bronze em pares, no Open de Jovens da República Checa.

Posteriormente, Patrícia Maciel e Raquel Andrade sagraram-se, já este mês, campeãs nacionais de singulares na variante de pares, confirmando o seu estatuto nacional.

São por isso motivo de alegria para os Açores por levarem mais longe o nome da Região e são também o exemplo para os jovens açorianos mostrando que os bons resultados desportivos são compatíveis com os bons resultados académicos.

Às atletas, à equipa técnica e à Direção do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, o PSD/Açores deseja as maiores felicidades e a continuação de um trabalho de excelência em prol do ténis de mesa e dos jovens açorianos, em prol do futuro dos Açores.

Disse.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Não havendo mais inscrições vamos proceder à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor agradecia que se mantivessem como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

O próximo voto é do Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao Lions Clube de Santa Maria.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

Deputado Duarte Moreira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

25 anos dos Lions Clube de Santa Maria

A 13 de fevereiro de 1990 nascia o Lions Clube de Santa Maria tendo como clube padrinho o Lions Clube da Ribeira Grande, fazendo agora a bonita idade de 25 anos.

No ano de 1917, o empresário norte-americano, Melvin Jones, lançou as bases daquilo que hoje é a maior organização de clubes do mundo – o Lions Clubs Internacional.

Melvin Jones fazia parte de um grupo de empresários que se reunia, na hora de almoço, o chamado Círculo de Negócios de Chicago, e que se dedicava exclusivamente a promover os interesses financeiros dos seus membros.

Na época existiam vários grupos de negócios do género.

Eram grupos muito restritos, sendo previsível o seu desaparecimento. Melvin Jones foi secretário do Círculo de Negócios de Chicago, mas sonhava com outro género de clubes. Um dia perguntou a si próprio: *“E se as pessoas empregassem os seus talentos, nas horas que sobram, para trabalhar em benefício das suas comunidades?”*.

Em 1917, conseguiu reunir os delegados de vários clubes a fim de preparar os fundamentos da formação da associação que começou a existir alguns meses depois e Melvin Jones acabou sendo eleito Secretário-geral. Foi com a sua liderança e dinâmica que os Lions Clubes conseguiram atrair muita gente. O lema utilizado era, “Você não pode ir muito longe enquanto não começar a fazer algo pelo próximo”, e este lema tornou-se o princípio condutor de pessoas com espírito de serviço humanitário em muitas partes do mundo.

Para concretizar a sua missão os Lions definiram um conjunto de objetivos que se resume no seguinte:

CRIAR e fomentar um espírito de compreensão entre os povos da terra;
INCENTIVAR o estudo e a prática dos princípios de bem governar e duma educação cívica elevada;
INTERESSAR-SE ativamente pelo bem-estar cívico, cultural, social e moral da Comunidade;
UNIR os Clubes com laços de amizade, bom companheirismo e compreensão recíproca;
PROMOVER a livre e ampla discussão dos assuntos de interesse público, excluindo o partidarismo político e o sectarismo religioso;
ESTIMULAR e promover um elevado padrão de ética nos negócios e nas profissões, sem esperar recompensa material.

Em Portugal o lionísmo instalou-se em 1953, e a entidade que atualmente superintende ao Lions Internacional é o Distrito Múltiplo 115. Este está dividido em dois Distritos o Centro Norte e o Centro Sul.

Em todo o País existem 92 clubes, sendo 10 nos Açores, onde se inclui o Lions Clube de Santa Maria, que pertence ao Distrito 115 Centro Sul.

Este relato serve para relembrar a grandeza da organização em que o Lions Clube de Santa Maria está inserido.

O modo de funcionamento do Clube é mais ou menos igual em todas as partes do mundo, diferindo apenas nas atividades em que se envolve, e que têm a ver com as características das comunidades que servem.

Muitas têm sido as atividades desenvolvidas pelo Lions Clube de Santa Maria, entre elas o pioneirismo do Clube na organização das dádivas de sangue, na ilha, hoje, sob a orientação de outra instituição, as inúmeras ajudas a pessoas carenciadas, ora monetárias, ora em géneros alimentícios ou artigos de 1.^a necessidade. Na saúde, leva a cabo rastreios em várias áreas por toda a ilha, apoiando deslocações para o exterior, internamentos para tratamentos, ajudando na aquisição de medicamentos, de mobiliário, na aquisição de viaturas adaptadas, cadeiras de rodas entre muitos outros.

Todos os anos o Clube promove a realização do concurso internacional “Cartaz sobre a Paz”, com um tema lançado pelas instâncias lionísticas internacionais, numa cruzada pela paz que os Clubes Lions lançam a nível mundial.

No mês de dezembro de cada ano, é instalada uma loja com produtos típicos da ilha confeccionados pelas companheiras e companheiros, e são promovidas iniciativas tendo em vista a recolha **de produtos alimentares** destinados a famílias carenciadas.

Refira-se que todos os anos são distribuídos cerca de tonelada e meia de alimentos destinados a famílias carenciadas da ilha de Santa Maria, em forma de cabazes.

Pela prática do clube e pelas ações desenvolvidas, é já habitual as pessoas chamarem a atenção ao Clube quando têm conhecimento de alguém que

necessita de ajuda, o que demonstra a importância do clube para a sociedade mariense.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprove um Voto de Congratulação pelos 25 anos do Clube Lions de Santa Maria.

Mais se propõe que seja dado conhecimento deste voto ao Lions Clube de Santa Maria, ao Distrito 115 Centro Sul, ao Conselho de Ilha de Santa Maria e à Câmara Municipal de Vila do Porto.

Horta Sala das sessões, 12 de março de 2015.

Disse.

Os Deputados, Duarte Moreira, Bárbara Chaves, Berto Messias, José Carlos San-Bento, Miguel Costa, Francisco César e Arlinda Nunes.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado Duarte Moreira.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo inscrições vamos proceder à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor agradecia que se mantivessem como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é sobre o mesmo assunto: Voto de Congratulação pelos 25 anos do Clube Lions de Vila do Porto – Santa Maria.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Parece.

Deputado Paulo Parece (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

25 Anos do Lions Clube de Vila do Porto – Santa Maria

A 13 de janeiro de 1990 nascia em Santa Maria o Lions Clube de Vila do Porto, apadrinhado pelo Lions Clube da Ribeira Grande.

É membro da Associação Internacional de Lions Clubes e pertence ao Distrito 115 Centro Sul dos Lions Clubes de Portugal. Conta atualmente com 44 sócios dos quais 12 foram seus fundadores.

O Lions Club Internacional é uma organização que congrega mais de 45.000 Clubes e cerca de 1.360.000 sócios em mais de 200 países e áreas geográficas, formando, assim, a maior organização de serviço voluntário do mundo.

A dimensão e a abrangência desta organização constitui uma enorme vantagem pelo acesso a recursos globais que permitem alcançar os seus objetivos, abrangendo um conjunto de atividades para as quais estão mais vocacionados:

É, no entanto, na ação local que assenta o fundamento da sua existência: Servir as pessoas de uma comunidade.

O Lions Clube é a unidade fundamental do Lionismo e a estrutura a partir da qual se desenvolve o trabalho de voluntariado. São constituídos por homens e mulheres que contribuem para melhorar a sua comunidade, comprometendo-se com o seu trabalho para alcançar tão nobre objetivo.

O Lions Clube de Vila do Porto mantêm-se em atividade ininterrupta desde a sua fundação com forte dinâmica social, constituindo uma referência e uma presença assídua na comunidade mariense, só possível com o estabelecimento de parcerias com entidades públicas, privadas e diversas associações de que se destacam:

- Protocolos com a Câmara Municipal de Vila do Porto, permitindo o apoio pontual na deslocação de doentes com necessidade de tratamento fora da ilha e, também, no apoio à deslocação, tratamento e recuperação de dependências.
- Parceria com a Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria, no apoio aos rastreios da diabetes e da visão, efetuados nas cinco freguesias da ilha.
- Parceria com a Escola Básica Integrada de Santa Maria em ações de sensibilização ambiental.
- Parceria com o Corpo Nacional de Escutas, na elaboração do concurso do Cartaz da Paz.
- Parcerias com os comerciantes locais, imprescindíveis na obtenção de géneros alimentares.

Ao longo do ano o Lions Clube de Vila do Porto realiza um conjunto de iniciativas, envolvendo toda a comunidade, para a obtenção de recursos que permitam desenvolver o seu plano de atividades, que incluem:

A distribuição de cerca de 100 cabazes alimentares por famílias carenciadas por altura da Páscoa e do Natal e, de forma pontual, ao longo de todo o ano, acudindo a situações de graves carências, sobretudo ao nível da população idosa; apoio à aquisição de medicamentos; apoio na aquisição de óculos e no tratamento da visão, entre outras situações que de forma regular são solicitados a intervir.

Pela dedicação que colocam na causa que abraçam e pela continuidade do trabalho que prestam à comunidade mariense, o Lions Clube de Vila do Porto tem sido distinguido pela Organização Internacional com diversos galardões de Clube de Excelência como se poderá testemunhar pelos distintivos que orgulhosamente ostentam no seu estandarte.

Honrando o Código de Ética que os rege, os companheiros Lions são um exemplo de altruísmo e de solidariedade, ajudando aqueles que tem maiores dificuldades, na maior parte das vezes de forma anónima, contribuindo ao

mesmo tempo para um mundo melhor e para sua comunidade, seguindo sempre o lema que os orienta: Nós Servimos.

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe a aprovação do presente Voto de Congratulação pelos 25 Anos da sua existência, fazendo votos da continuação de um profícuo trabalho em prol da comunidade mariense.

Que do mesmo, seja dado conhecimento ao Lions Clube de Vila do Porto, ao Distrito 115 Centro Sul dos Lions Clubes de Portugal, Câmara Municipal de Vila do Porto, Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria, Escola Básica Integrada de Santa Maria e Núcleo do CNE de Santa Maria.

Horta, Sala das Sessões, 12 de março de 2015.

Os Deputados, Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Luís Garcia, Bruno Belo e Paulo Parece

Deputados Jorge Macedo e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo inscrições vamos proceder à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor agradecia que se mantivessem como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto será um Voto de Congratulação a Maria Catarina Sousa que se sagrou campeã de Portugal na prática desportiva de judo.

Tem a palavra, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a Sra. Deputada Graça Silva.

Deputada Graça Silva (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

No passado dia 28 do mês de fevereiro, Maria Catarina Sousa sagrou-se campeã de Portugal na prática desportiva de Judo, na categoria de menos 57 quilos, no Campeonato Nacional de Juniores 2015, que decorreu em Odivelas.

No dia 2 do mesmo mês, António Couto, na classe de menos 60 quilos, destacou-se igualmente como campeão no Campeonato Nacional de Cadetes 2015. Neste campeonato sagrou-se ainda campeã Vanessa Machado, na categoria de menos 40 quilos, atleta do Clube Escolar de Desporto da Escola Básica 2,3 de Arrifes.

Em janeiro deste ano, Nuno Carvalho, também atleta do Judo Clube de Ponta Delgada, sagrou-se campeão, na classe de menos 60 quilos, no Campeonato Master FPJ. Naquele campeonato, participaram 56 atletas de topo do judo português: 41 masculinos e 15 femininos.

Nuno Carvalho é, neste momento, o quinquagésimo segundo melhor atleta de Judo do Mundo, encontrando-se em preparação para apuramento para a participação nos próximos Jogos Olímpicos.

Com exceção de Vanessa Machado, todos estes atletas representam o Judo Clube de Ponta Delgada.

O Judo Clube de Ponta Delgada foi o primeiro clube de judo a ser criado nos Açores, no início do ano de 1974, e teve como mentor da sua fundação Masatoshi Ohi. De todos os seus atletas, o primeiro a obter um título nacional foi Francisco Azevedo, precisamente no ano da fundação do clube, resultado desde logo auspicioso para aquela associação, como hoje podemos constatar.

Importa referir que o Clube conta, atualmente, com 229 atletas federados, o que o posiciona como um clube de incontornável referência na Região.

Desde então, com exceção do ano de 1979, o Clube tem vindo a arrecadar anualmente prémios de índole nacional. Para além disso, tem pautado o seu currículo por várias e destacadas participações europeias e internacionais.

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto de os atletas do Judo Clube de Ponta Delgada terem trazido para os Açores os prémios referidos.

Esta congratulação é extensiva a todos os atletas, técnicos e dirigentes daquele clube, que veem assim reconhecido o mérito de um trabalho de excelência, levando mais longe o nome dos Açores.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove um voto de congratulação ao Judo Clube de Ponta Delgada, pelo palmarés alcançado. Propõe igualmente que do presente voto seja dado conhecimento ao Clube, à Associação de Judo dos Açores e à Federação Portuguesa de Judo.

Horta, Sala das Sessões, 12 de março de 2015

Os Deputados, Berto Messias, Graça Silva, Lúcio Rodrigues, Ricardo Cabral e Pedro Moura.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Srs. Deputados Bruno Belo e Jorge Macedo (PSD): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo inscrições vamos proceder à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor agradecia que se mantivessem como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é do mesmo teor. É a Maria Catarina Weitzenbaur de Almeida e Sousa, que se sagrou campeã nacional de juniores em judo, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Maria Catarina Weitzenbaur de Almeida e Sousa campeã nacional de Juniores em judo

Catarina Weitzenbaur de Almeida e Sousa sagrou-se campeã nacional de juniores em judo, categoria de menos de 57 Kg, na prova realizada no passado dia 28 de fevereiro no Pavilhão Multiusos de Odivelas.

Nascida a 4 de junho de 1995, desde os 5 anos de idade que é praticante da modalidade. É atleta do Judo Clube de Ponta Delgada e pratica atualmente no Colégio Salesiano, em Campo de Ourique, Lisboa, onde treina duas a três vezes diárias.

Ao longo dos últimos anos, foram treinadores da judoca açoriana, Jorge Batista, que é um dos pilares fundamentais do judo açoriano, e o Sensei Mazotoshi Ohi, contribuindo para a boa preparação e condição física da atleta do Judo Clube de Ponta Delgada. É neste contexto que a recente carreira desportiva da jovem

atleta se insere, como praticante exemplar e modelo a seguir para muitos outros jovens.

Catarina Weitzenbaur de Almeida e Sousa já tinha sido bicampeã nacional de judo na categoria juvenil de menos de 52 Kg. Participou em diversas provas nacionais e internacionais. Há dois anos, nos Jogos das Ilhas, que decorreram na Sicília, conseguiu um honroso 2.º lugar no pódio, e há 4 anos, nos mesmos Jogos, que decorreram nos Açores, alcançou o primeiro lugar do pódio.

Nos próximos dias 14 a 15 de março, Catarina Weitzembaur de Almeida e Sousa irá integrar a seleção nacional de juniores de Judo, na disputa da European Judo Cups, a decorrer em Coimbra. É ambição de Catarina ser atleta de alto rendimento e é com este objetivo que tem trabalhado com esforço e dedicação todos os dias.

Assim, e nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove um voto de congratulação a Maria Catarina Weitzenbaur de Almeida e Sousa pelo feito notável da conquista do título de campeã nacional de juniores, categoria de menos de 57 Kg. Deste voto deve ser dado conhecimento à atleta, ao Judo Clube de Ponta Delgada e à Federação Portuguesa de Judo.

Horta, Sala das Sessões, 11 de março de 2015.

Os Deputados: Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Luís Garcia, Bruno Belo e Cláudio Almeida

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo inscrições vamos proceder à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor agradecia que se mantivessem como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária. O próximo voto é de saudação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista: Dia Internacional da Mulher.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silva.

Deputada Graça Silva (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE SAUDAÇÃO DIA INTERNACIONAL DA MULHER

A 8 de março assinalou-se O Dia Internacional da Mulher.

Um dia em que, há mais de um século, mulheres corajosas rumaram à rua para exigir melhores condições de trabalho, paz e pão.

Percorremos, todos, um longo caminho desde que as mulheres fizeram essas exigências, é certo, mas ainda não terminámos o que elas começaram.

Desde esse dia, temos vindo a testemunhar uma expansão sem precedentes dos direitos das mulheres.

Há mais raparigas a ir à escola. Há mais mulheres no mercado de trabalho. Há mais mulheres em posições de liderança.

Há um século, apenas dois países permitiam que as mulheres votassem. Hoje, esse direito é praticamente universal e, no caso concreto, um em cada quatro membros da assembleia regional é mulher.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

A Oradora: Hoje, mais de 125 países criminalizaram a violência contra a mulher e as constituições de mais de 139 países garantem os direitos das mulheres.

Mas, apesar destes ganhos, o mundo ainda está aquém das expectativas no que concerne a igualdade de género e há um fosso entre as leis e a sua praxis.

Um dos marcos do século XX na luta feminina teve lugar há 20 anos, quando, reunidas na Conferência Mundial sobre Mulheres em Pequim, cimentaram a convicção de que os direitos das mulheres são Direitos Humanos. REAFIRMAMOS ESSA CONVICÇÃO. Não obstante, a igualdade entre homens e mulheres permanece um sonho fugaz.

O rosto da pobreza é o de uma mulher.

A maioria da população desfavorecida e analfabeta no mundo é composta por raparigas e mulheres. Se a tendência se mantiver, as raparigas da África Subsariana apenas terão acesso universal à educação primária no ano 2086.

Uma em cada três mulheres no mundo – nos países desenvolvidos e em desenvolvimento – serão vítimas de violência no decurso da sua vida.

Deputado Aníbal Pires (PCP): A Sra. Deputada Cláudia Cardoso tem alguma coisa a ver com isto?

A Oradora: Milhões de meninas e mulheres são traficadas numa forma perversa de escravatura moderna.

As raparigas são mutiladas e sacrificadas às mãos de casamentos infantis – uma criança não pode casar, não pode ser uma noiva.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É na Coreia do Norte que isso acontece!

A Oradora: No entanto, esta prática cruel reclamará mais de 15 milhões de raparigas por todo o mundo.

Evidentemente, a desigualdade de género é particularmente brutal nas franjas populacionais empobrecidas e marginalizadas. Mas não é menos real que esta desigualdade nunca foi completamente ultrapassada nos contextos de mulheres

mais privilegiadas. As mulheres permanecem sub-representadas nos conselhos de administração, nas gestões e nos parlamentos. Mesmo sentadas à mesma mesa, os salários não são equivalentes aos dos seus colegas - entre 2008 e 2013, Portugal registou o maior aumento da União Europeia na disparidade salarial entre homens e mulheres, de 3,8 pontos, para os 13%, segundo o Eurostat.

Isto tem que causar ultraje porque, se isto não é uma afronta, então o que é? E, no entanto, para cada um destes problemas, há uma solução. A solução reside na capacitação das mulheres.

Reside na concretização plena de uma sociedade livre de estigmas, uma sociedade livre de vítimas, uma sociedade em que comportamentos iguais e desempenhos iguais têm consequências iguais e retribuições iguais.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

A Oradora: Uma sociedade em que não se morra às mãos do silêncio ou da vergonha. Tampouco se morra a tiro, ou na ponta de uma faca nas mãos daqueles com quem se partilhou a vida até então.

Deputada Renata Correia Botelho e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Cabe a cada um de nós assumir uma posição, atravessar a linha e colocarmo-nos do lado certo da história, tal como fizemos em relação a tantas coisas até hoje...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

A Orador: Como líderes cívicos, jornalistas, atletas, empresários, ativistas, mães e pais, cidadãos.

Mais de 100 anos após o primeiro Dia Internacional da Mulher, 20 anos depois da Conferência Mundial sobre Mulheres em Pequim, 14 anos depois dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, estamos numa encruzilhada.

Temos de ser capazes de, na face de uma injustiça que afeta mais de metade da população mundial, TEMOS TODOS que dar passos maiores e mais arrojados.

O momento é agora.

E as grandes ideias são capazes de ultrapassar grandes obstáculos.

Ainda que não possamos mudar o mundo de uma assentada, podemos todos fazê-lo, diariamente, nas pequenas coisas, dentro e fora de casa, na nossa freguesia, no nosso local de trabalho, nas atividades em que nos envolvemos.

Ensinando os nossos filhos e filhas sobre o respeito mútuo e o respeito pela diferença.

Deixando claro que, no exercício de quaisquer funções, não queremos tratamento diferenciado para as mulheres, mas exigimos que seja cumprido o que está preconizado na lei, para uns e para outros.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária, aprove um Voto de Saudação pelo Dia Internacional da Mulher, 8 de março e que do presente voto seja dado conhecimento a todas as instituições que trabalhem essa temática e ao governo regional.

Horta, sala das sessões, 12 de março de 2015

Os Deputados, Graça Silva, Berto Messias, Catarina Moniz Furtado e Renata Correia Botelho

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada Graça Silva. Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Judite Parreira tem a palavra.

(*) **Deputada Judite Parreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD/Açores associa-se naturalmente ao Voto de Saudação apresentado pelo Partido Socialista alusivo ao Dia Internacional da Mulher, bem como ao voto de idêntico teor que irá posteriormente ser apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Fá-lo com um misto de sentimentos:

Por um lado, alegria por estarmos a comemorar mais um Dia Internacional da Mulher fruto das lutas e das conquistas efetuadas por muitas mulheres em todo o mundo e em que a mulher portuguesa não foi exceção.

Por outro lado, tristeza. Tristeza por em pleno século XXI ainda haver a necessidade de comemorar o Dia Internacional da Mulher,...

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... não como quem comemora um aniversário, com a alegria de quem comemora um aniversário, de uma conquista da igualdade de oportunidades e direitos, mas sim como uma necessidade constante de chamar a atenção de homens e mulheres para a desigualdade e brutalidade de que muitas mulheres são ainda vítimas em todo o mundo, mas num mundo infelizmente muito próximo de nós, também em Portugal e também nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Então há razão para dizermos que o caminho a percorrer ainda é muito longo e que as mulheres não podem, nem devem desistir e que a luta continua.

Terminar com uma afirmação feita pelo juiz João Batista de Castro quando em 1911 autorizou, pela primeira vez, o voto feminino e que eu passo a citar:

“Excluir a mulher só por ser mulher é simplesmente absurdo e iníquo e em oposição às próprias ideias de democracia e justiça”.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Não havendo mais inscrições vou proceder à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor agradecia que se mantivessem como estão.

Secretária: O Voto de Saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: De seguida vamos passar para um voto do mesmo teor, apresentado pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda, sobre o Dia Internacional da Mulher.

(Neste momento a Deputada Bárbara Chaves foi substituída na Mesa pela Deputada Renata Correia Botelho)

Deputada Lúcia Arruda (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Assinalou-se a 8 de março, o Dia Internacional da Mulher. Uma data que celebra a luta e as conquistas históricas pela igualdade de Direitos entre homens e mulheres, mas que deve servir, igualmente, para relembrar e sublinhar que, ao contrário das aparências ilusórias, muito faltará para que no seu quotidiano sejam iguais na vida como na Lei.

Em pleno século XXI, uma época que no imaginário coletivo, da geração anterior, serviu de cenário a um novo mundo, fruto daquilo que seria o progresso tecnológico e de uma autêntica revolução social que transformaria mentalidades, não deixa de ser dececionante que a opressão contra as mulheres continue em algumas regiões do globo, nas quais não têm autorização para conduzir, para mostrar o rosto e o corpo, para trabalhar (fora do espaço doméstico), votar, sair à rua, ter uma conta bancária ou qualquer tipo de bem, ter os filhos que desejam, divorciarem-se, ausentarem-se do país, estudarem, amarem livremente e casarem com quem amam.

Neste século do futuro, e inclusive, no mundo dito civilizado, ao qual nos arrogamos pertencer, alimentamos uma ilusão que leva a sociedade a ter como

garantida a plena igualdade de Direitos e oportunidades entre homens e mulheres. Assim, o Dia Internacional da Mulher deve suscitar o reconhecimento de que grande parte do caminho está por percorrer, com vista a atingir a meta da igualdade.

Se tivermos em consideração a remuneração por trabalho desempenhado, esta será uma meta que, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho, e se continuarmos a caminhar a este ritmo, só será atingida em 2086, quando for alcançada a igualdade de remuneração entre homens e mulheres.

As políticas empobrecedoras castigam as famílias e, sobretudo as mulheres, e em quatro anos em Portugal têm originado um crescimento das diferenças salariais entre géneros, na ordem dos 17,9%, com maior prejuízo para as mulheres, (pois claro!).

Como se a maior vulnerabilidade à pobreza não bastasse, as mulheres sentem-se obrigadas a provar a sua competência para a ocupação de cargos de direção e chefia. E apesar de 61% dos alunos universitários serem do sexo feminino e de mais de 50% das teses de doutoramento serem da autoria de mulheres, na realidade apenas 5% das empresas portuguesas cotadas em Bolsa são lideradas por mulheres e sua participação nos conselhos de administração não ultrapassa os 10%.

A violência contra as mulheres não é um fenómeno exclusivo de alguns países que as condenam a violações coletivas, só porque a tradição e os costumes assim o ditam. Em Portugal, incluindo a nossa Região, a violência contra as mulheres, só no ano passado, vitimou 43 mulheres e, nos últimos 10 anos, 399 mulheres, em que 80% destes casos ocorreram em espaço doméstico. Não se trata de um fenómeno da atualidade, mas apenas com maior visibilidade, graças à quebra gradual da crença de que «entre marido e mulher não se mete a colher». Uma crença que condenou, socialmente, muitas mulheres e mães à transformação do casamento num inferno e do lar numa câmara de horrores.

Sempre que uma mulher é violentada, oprimida e discriminada não se cumprem os Direitos Humanos, pelo que o combate pela igualdade, com direitos entre homens e mulheres, lado a lado é tarefa urgente rumo à igualdade que tanto tarda.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação alusivo ao Dia Internacional da Mulher.

Deste Voto deverá ser dado conhecimento à Rede Integrada de Apoio às Mulheres em Risco, às IPSS e Santas Casas da Misericórdia suas associadas.

Disse.

A Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores, Lúcia Arruda

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo inscrições vamos proceder à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor agradecia que se mantivessem como estão, agradecia também que a Sra. Secretária anunciasse o resultado da votação.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação será do Grupo Parlamentar do Partido Socialista – Classificação da IGP da meloa de Santa Maria.

Tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Classificação IGP da Meloa de Santa Maria

No passado dia 20 de fevereiro, foi publicado, em Jornal Oficial da União Europeia, a Indicação Geográfica Protegida da Meloa de Santa Maria – Açores. A ilha de Santa Maria apresenta condições climatéricas muito próprias que se justificam pela sua localização, dimensão, morfologia e orografia, distinguindo-a das restantes ilhas do Arquipélago dos Açores.

A conjugação dessas condições, com a diversidade de solos e de relevo, conduzem a características muito particulares dos produtos agrícolas produzidos em Santa Maria, com especial relevância para a Meloa de Santa Maria, associado igualmente ao saber fazer dos produtores da ilha, no que respeita às técnicas de produção e de condução da cultura.

Tais técnicas resultam num produto que, pelo seu sabor, textura e aroma, se distingue dos seus congéneres, sendo amplamente reconhecido pelos consumidores das restantes ilhas dos Açores e de Portugal Continental. Refira-se que as origens do paladar reconhecido da meloa remontam à sua introdução na ilha, tal como afirmado por Gaspar Frutuoso, em 1570: “(...) há também muitos melões, e os melhores destas ilhas, e não há nenhum, por ruim que seja, que não tenha muito bom gosto (...)”.

A Meloa de Santa Maria – Açores distingue-se dos demais frutos da mesma categoria produzidos noutros locais, pelas suas qualidades físico-químicas e organolépticas, destacando-se a polpa de cor alaranjada e de textura macia, de

sabor doce e sumarento quando madura, sendo esta uma característica muito própria das variedades cultivadas em Santa Maria.

O seu aroma é a característica que imediatamente indica a presença do fruto, destacando-se ainda o seu elevado teor de vitamina C, destacando-se igualmente a sua riqueza em minerais e os elevados valores energéticos que apresenta.

Em termos históricos, a cultura da meloa foi introduzida pelos colonizadores na ilha de Santa Maria por volta do século XVI e foi mantida ao longo dos tempos como sendo uma cultura de “quintal”. Mais recentemente, na década de setenta, variedades híbridas de meloa começaram a ser introduzidas pelos emigrantes vindos da América.

Os produtores locais aperceberam-se rapidamente de que estas novas variedades apresentavam muito bom desenvolvimento e qualidade, além de um elevado potencial comercial, tendo aumentado gradualmente a sua área de produção, apurando a variedade da meloa e melhorando a sua adaptabilidade às condições edafoclimáticas de Santa Maria e às exigências dos marienses.

O aumento de produtores, bem como da quantidade de meloa, levou ao aparecimento, em 2006, da cooperativa de produtores, a AgromarienseCoop, que potenciou a meloa em mercados externos, contribuindo deste modo para o aumento da produção desse fruto.

Foi esta Cooperativa que requereu o reconhecimento da indicação geográfica nos termos do n.º 1 do anexo I do Despacho Normativo n.º 249/93, tendo sido reconhecida pelo REGULAMENTO DE EXECUÇÃO (UE) 2015/270 da COMISSÃO, de 17 de fevereiro de 2015, relativo à inscrição de uma denominação no Registo das denominações de origem protegidas e das indicações geográficas protegidas [Melo de Santa Maria — Açores (IGP)], publicado no Jornal Oficial da União Europeia a 20 de fevereiro último, tal como já referi.

Esta era uma decisão há muito aguardada pelos produtores de meloa da ilha e pelas suas entidades representativas, que durante 10 anos trabalharam e contribuíram para este desfecho, de enorme notoriedade para a ilha de Santa Maria e para os Açores, sendo que representa o primeiro produto da ilha de Santa Maria a merecer esta distinção.

Este reconhecimento permitirá uma melhor valorização no mercado, garantindo a sua autenticidade, constituindo uma mais-valia económica, comercial e até turística de grande relevo.

Por fim, referir que muitas foram as entidades que contribuíram para se atingir esta distinção, designadamente o Governo dos Açores, através da Secretaria Regional da Agricultura, o Serviço de Desenvolvimento Agrário de Santa Maria, a Associação Agrícola e a cooperativa AgroMarienseCoop, sendo de destacar os técnicos destas instituições e muito particularmente os produtores de meloa da ilha, sendo justo referir o pioneiro na produção de meloa para fins comerciais, o Senhor Carlos Monteiro.

Assim e face ao exposto, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que aprove um Voto de Congratulação pela obtenção e registo da denominação “Melo de Santa Maria Açores – Indicação Geográfica Protegida (IGP).

Mais se propõe que seja dado conhecimento deste voto à Associação Agrícola de Santa Maria, à AgroMarienseCoop, ao Serviço de Desenvolvimento Agrário de Santa Maria, à Assembleia Municipal de Vila do Porto, Câmara Municipal de Vila do Porto e Conselho de Ilha de Santa Maria.

Horta Sala das sessões, 12 de Março de 2015

Os Deputados, Bárbara Chaves, Francisco César, Duarte Moreira, José Carlos San-Bento, Miguel Costa, Arlinda Nunes

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições. Tenho uma inscrição, a Sra. Deputada Graça Silveira. Tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Não podia deixar de intervir, uma vez que o CDS sempre defendeu que devíamos agregar valor aos nossos produtos pela via de certificação.

Portanto, é com bons olhos que nós vemos que finalmente temos mais um produto certificado na Região a acrescer aos únicos sete que tínhamos agora. Temos nós imensas possibilidades.

Não sei bem se isto será um Voto de Congratulação uma vez que isto resulta de um processo oficial de certificação. Talvez um voto de louvor, como a Sra. Deputada disse e muito bem, de todo o trabalho e empenho, porque isto é um processo difícil e que todos os produtores de Santa Maria tiveram que passar por um processo que é difícil, que é demorado e que se envolveram talvez num voto de louvor a quem o fez.

Já agora gostaria também de ter ouvido nas suas palavras alguma referência ao Biscoito de Orelha de Santa Maria, que também foi certificado há pouco e resultou do trabalho único de uma tese de mestrado da Universidade que tentou contribuir nesse sentido.

Deputado Francisco César (PS): Com a assinatura do Governo Regional!

A Oradora: Só deixar o alerta de que neste momento temos DOPs na eminência de os perder, nomeadamente o queijo do Pico. O DOP ananás nunca conseguiu cumprir a sua missão de se valorizar na comercialização.

Portugal e os Açores em particular têm uma característica muito especial em relação aos certificados. Têm grandes quantidades e depois quando vamos ver o valor bruto de rendimento não corresponde.

Portanto, não estamos a encontrar as vias certas para a comercialização de um produto que tem uma valorização adicional.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Dou a palavra à Sra. Deputada Lúcia Arruda, da Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda.

(*) **Deputada Lúcia Arruda (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar o Bloco de Esquerda quer referir a sua satisfação relativamente à certificação da saborosa meloa de Santa Maria, até porque todos nós sabemos que nunca poderemos competir em quantidade, mas sim fazer valer o valor acrescentado dos nossos produtos pela certificação de qualidade relacionados com as nossas condições geomorfológicas/meteorológicas de cultivo das nossas ilhas.

Em 2004 eu tive o prazer de pertencer a uma equipa da Universidade dos Açores que, em cooperação com o Ministério da Economia e da Comissão Europeia, pretendia exatamente fazer o alerta para a mais-valia da certificação dos produtos, portanto, da Identificação Geográfica Protegida, e dos DOP, Denominação da Origem Protegida.

Durante mais de um ano eu e a minha colega investigadora andámos por todas as ilhas do nosso arquipélago, em colaboração com a Câmara de Comércio dos Açores, explicando os critérios e como se realizavam os pedidos, como se processava todo este processo, passe o pleonasma.

Em Santa Maria, exatamente, a meloa, a alheira da Santa Maria (que ainda não está), o Biscoito de Orelha, que foi agora aqui referido, a meloa da Graciosa, o alho, o mel, o ananás... Podia continuar.

Há um que me custa muito (começou-se nessa altura e que ainda hoje...) que é o chá. Somos o único produtor de chá da Europa e ainda não está certificado.

Mas também não posso deixar de dizer que nessa altura este gabinete, o GAPI (Gabinete de Apoio à Propriedade Industrial), reuniu com várias instituições

governamentais, desde o Presidente do Governo Regional de então, com a Secretaria Regional da Agricultura de então, com os serviços agrários, com o IAMA, no sentido de se dar início à marca Açores.

Pois, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muito gosto que passados 11 anos temos indícios, ou tivemos os indícios, do início da marca Açores.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Indícios não!

A Oradora: Como diz o nosso povo e bem, “tarde é o que nunca chega”.

Finalizava só dizendo que se há 10 anos era urgente, hoje perante o ataque que aí vem dos gigantes com o Tratado Transatlântico é urgentíssima a certificação, o mais rápido possível. É urgentíssima! É isso que quero dizer: o mais rápido possível a certificação da maior quantidade de produtos para fazer valer os nossos produtos e os nossos produtores que vão ser completamente... Eu não quero dizer aniquilados, porque tenho esperança e quero dar exatamente o maior incentivo aos nossos produtores, mas a verdade é que esta Região tem que se preparar. Vêm aí os gigantes com o Tratado Transatlântico e nós ou começamos a trabalhar as certificações a sério ou então vamos ser mesmo abolidos e ficar a ver navios.

Obrigada.

Deputado Francisco César (PS): Já começámos!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Parece tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Parece (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É com particular satisfação, como mariense, e em nome do PSD, que nos associamos ao presente voto.

A classificação IGP da meloa de Santa Maria constitui um importante contributo para a divulgação de um produto de excelência que projeta Santa Maria no exterior e é já uma das imagens de marca da ilha.

A produção da meloa é sem dúvida uma mais-valia para a agricultura mariense, em particular para os seus produtores.

Mais do que uma designação esperamos que este seja mais um passo para o seu rendimento.

Estão de parabéns, pois, os produtores, a sua associação, a sua cooperativa, que têm trabalhado para a sua produção e promoção, e também e em geral todos os marienses.

O PSD associa-se naturalmente ao presente voto relembrando que em 2005 propôs uma proposta de resolução de certificação de um conjunto de produtos açorianos, que foi aprovada por unanimidade, que incluía precisamente a meloa de Santa Maria.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está inscrita a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, e Membros do Governo:

Só muito rapidamente para me congratular por toda a câmara ter reconhecido que é importante a classificação IGP da meloa de Santa Maria e realçar aqui mais uma vez o trabalho não só dos técnicos e de todo o pessoal que durante 10 anos trabalhou afincadamente para que se conseguisse esse desfecho, mas também dizer aqui que o Governo Regional teve um papel fundamental no apoio de todo este processo, apoio esse que implementou não só nesta classificação, mas que implementa em todos os processos pendentes e a decorrer relativamente às classificações DOP e IGP que estão a decorrer na Região.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor agradecia que se mantivessem como estão.

Sra. Secretária, agradecia que anunciasse o resultado da votação.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Atingimos as 11H30. Vamos fazer um pequeno intervalo para compensar o atrasado inicial. A um quarto para o meio-dia começaremos os nossos trabalhos.

Bom intervalo.

Eram 11 horas e 31 minutos.

(Após o intervalo a Sra. Deputada Bárbara Chaves voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)

Presidente: Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 48 minutos.

O próximo voto é um voto de saudação – 50 anos na carreira literária de Cristóvão de Aguiar, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE SAUDAÇÃO
50 ANOS DE CARREIRA LITERÁRIA DE

CRISTÓVÃO DE AGUIAR

Luís Cristóvão Dias de Aguiar, sobejamente conhecido entre nós como Cristóvão de Aguiar, nasceu na freguesia do Pico da Pedra, em São Miguel, a 8 de setembro de 1940, e comemora este ano cinquenta anos de vida literária, uma vida frutífera que se iniciou com a obra poética *Mãos Vazias*, em 1965.

Foi agraciado pelo Presidente da República, com a [Ordem do Infante D. Henrique](#), em 2001, e pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com a Insígnia Autonómica de reconhecimento, em 2012.

Depois de em 2005 ter sido homenageado publicamente pela Faculdade de Letras e Reitoria da Universidade de Coimbra, aquando das comemorações dos quarenta anos da sua profícua atividade literária (comemorações que se pautaram igualmente pela publicação de um livro, "Homenagem a Cristóvão de Aguiar", sob orientação da Prof. Doutora Ana Paula Arnaut e que agrega críticas e ensaios relevantes acerca do autor e da sua obra), as bodas de ouro da sua vida nas Letras serão festejadas a 18 de abril próximo, na Casa-Museu Guerra Junqueiro, na cidade do Porto, em colaboração com a Casa dos Açores do Norte e com o Departamento de Letras da Universidade do Minho.

Cristóvão de Aguiar verá igualmente reunida, nessa data, a sua obra completa, composta por 13 volumes, sob a chancela das Edições Afrontamento. A antologia contará com treze títulos, onde se incluem *Raiz Comovida*, considerada uma das suas obras cimeiras (e que venceu o Prémio Ricardo Malheiros da Academia das Ciências de Lisboa, em 1979, prémio atribuído dois anos antes, a mero título de exemplo, a Agustina Bessa-Luís, e no ano seguinte a Lúcia Jorge), *Relação de Bordo* (vencedora do Grande Prémio de Literatura Biográfica da Associação Portuguesa de Escritores em 1999), bem como *Trasfega* e *A Tabuada do Tempo* (obras galardoadas com o Prémio Nacional Miguel Torga em 2002 e em 2006, respetivamente).

No entanto, e porque seria muito difícil destacarmos de forma especial, entre obra tão vasta, um ou outro livro em concreto (para além dos já citados, distinguidos por importantes prémios literários nacionais), deixamos aqui, em tom de conclusão, o início do lindíssimo poema «Naufrágio», da autoria de Cristóvão de Aguiar, magnificamente musicado, em 1969, pelo Duo Duarte e Ciríaco: «A história que eu vou contar / Ouvi-a na minha aldeia / Onde à noite a voz do mar / Murmura canções na areia».

Para além de se tratar de uma das mais belas canções do nosso cancioneiro, as palavras, alinhadas elas próprias como uma “canção na areia”, lembram-nos, desde o primeiro verso e desde os primeiros sons, este sentir ilhéu que é tão nosso.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária, aprove um Voto de saudação pelos cinquenta anos de vida literária de Cristóvão de Aguiar, e que do presente voto seja dado conhecimento a este ilustre escritor açoriano.

Horta, sala das sessões, 12 de março de 2015

Os Deputados, Berto Messias, Catarina Moniz Furtado, Renata Correia Botelho, Maria Graça Silva, Marta Couto, Miguel Costa e José Carlos San-Bento

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo inscrições vamos proceder à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor agradecia que se mantivessem como estão.

Secretária: O Voto de Saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto será do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, Voto de Saudação – 250 anos da Irmandade do Senhor dos Passos, de Florianópolis, apresentado pelo Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

250 anos da Irmandade do Senhor dos Passos de Florianópolis

Há cerca de 300 anos, mais de 6.000 açorianos emigraram para o Sul do Brasil, estimulados pela Coroa Portuguesa, para defender e povoar a Ilha de Santa Catarina.

No primitivo lugar do Desterro e atual cidade de Florianópolis, os povoadores açorianos fundaram a “Irmandade do Senhor Jesus dos Passos”, formalmente constituída a 1 de janeiro de 1765.

Cinco nomes fundadores ficaram para a história da Irmandade e da Cidade: os açorianos Tomás da Costa, Manuel da Silva, Manuel de Sousa e Manuel Maciel e o madeirense Padre Marcelino Abreu.

Logo em 1765, organizaram a primeira procissão com a Imagem do Senhor dos Passos que desembarcara no ano anterior em terras de Vera Cruz.

Foi uma das primeiras organizações dos açorianos no Brasil e é, ainda hoje, uma das manifestações mais emblemáticas da capital do Estado de Santa Catarina.

Integrando por igual os mais humildes “manezinhos da ilha” ou as mais prestigiadas personalidades estaduais, esta Irmandade de caráter filantrópico desenvolveu-se e afirmou-se na sociedade catarinense.

Desde sempre, administrando o “Imperial Hospital de Caridade”, construído num terreno doado pelo faialense André Vieira da Rosa em 1789.

Recentemente, inaugurando o “Centro Intensivo de Alta Complexidade Senhor Jesus dos Passos”, com as estruturas de internamento e as salas de cirurgia mais modernas do Estado de Santa Catarina.

A sua abertura oficial ocorreu no passado dia 1 de janeiro, assinalando os 250 anos da Irmandade, mas estas comemorações incluíram uma sessão evocativa realizada a 7 de março e culminam no próximo dia 22 com a tradicional procissão que deverá reunir mais de 60 mil pessoas no percurso multissecular do centro histórico de Florianópolis.

A mais antiga e maior celebração religiosa de Santa Catarina já é Património Cultural Imaterial do Estado e está em vias de classificação como Património Cultural Brasileiro.

E tudo começou há 250 anos, por iniciativa açoriana, na “nossa ilha” do outro lado do Atlântico.

A distância no tempo e no espaço não desmerece, antes recomenda, que o Parlamento dos Açores aproveite a oportunidade para saudar a sociedade catarinense de origem açoriana que fundou e mantém esta Irmandade religiosa de solidariedade social.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Saudação aos descendentes de açorianos residentes na Ilha de Santa Catarina pela comemoração dos 250 anos da sua Irmandade do Senhor dos Passos**, do qual deve ser dado conhecimento formal ao Governador

Estadual de Santa Catarina, ao Prefeito Municipal de Florianópolis e ao Provedor da Irmandade do Senhor dos Passos.

Horta, Sala das Sessões, 12 de março de 2015

Os Deputados Regionais, Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, José Andrade, Luís Garcia e Bruno Belo

Deputados Jorge Macedo e Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado José Andrade.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Moura.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista quer associar-se a este Voto de Saudação dos 250 anos da Irmandade do Senhor dos Passos em Florianópolis, uma Irmandade, como aqui já foi referido e muito bem pelo Deputado José Andrade, que construiu um hospital há 226 anos e acaba de inaugurar outro, demonstrando que os açorianos em qualquer lugar para onde se desloquem, em qualquer espaço geográfico têm mantido, com esforço, as tradições que levam do seu território natal, ou seja, dos Açores.

O que acho que era importante também aqui referir é que para além desse empenho na manutenção das tradições os açorianos têm demonstrado, nos locais onde vivem, que dão um contributo muito significativo e positivo para a construção das sociedades onde se inserem.

Nós vemos isso de uma forma positiva, que nos devia servir também de exemplo para encararmos com positivismo e com um esforço necessário para ver pela positiva aumentando a nossa autoestima, o que muito também fazemos, não só nos Açores, mas também nos locais para onde escolhemos viver e onde temos dado provas que somos capazes, lá fora e cá.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor agradecia que se mantivessem como estão.

Agradecia que a Sra. Secretária fizesse o favor de anunciar o resultado da votação.

Secretária: O Voto de Saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Passamos para um voto do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, Voto de Saudação ao Clube Desportivo Escolar do Topo, que se sagrou campeão regional de seniores em voleibol feminino.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

O Clube Desportivo Escolar do Topo sagrou-se campeão Regional de Seniores em voleibol feminino no passado dia 8 de março, pela primeira vez na história deste clube.

O Clube Desportivo Escolar do Topo foi constituído no ano de 2000, tendo marcado desde então, a sua participação em várias provas locais e regionais, principalmente na modalidade de voleibol, em vários escalões de formação.

Nos últimos anos alargou a sua oferta com a introdução do Karaté, Açores Ativos e escolinhas de futebol.

Atualmente, é a única instituição na zona do Topo a oferecer qualquer tipo de atividade desportiva, contando na presente época com cerca de 60 atletas e treinadores inscritos, o que representa um número considerável, atendendo às dimensões do meio em causa.

Nesta época conta com o ressurgimento da equipa de seniores, o que só foi possível graças ao esforço conjunto do Clube, das próprias atletas e treinadora, uma vez que, para a participação nas provas de ilha, não existe qualquer tipo de apoio por parte das entidades competentes para este escalão.

Apesar das dificuldades, o esforço por parte de todos os envolvidos foi recompensado com a recente participação no regional, disputado nos dias 6, 7 e 8 de março na ilha Terceira, de onde saíram vencedoras, resultando daí a subida à série Açores.

Este facto é um importante contributo para a divulgação do Topo e da ilha e S. Jorge, e um incentivo ao aturado e empenhado trabalho dos atletas e equipa técnica, dirigentes e colaboradores que com humildade e perseverança tem-se dedicado de forma generosa à prática do desporto.

Infelizmente este clube depara-se com a impossibilidade de receber os jogos da próxima época (Série Açores) no ginásio da EBI do Topo, devido às reduzidas dimensões da zona envolvente ao campo. É de lamentar que, aquando da sua construção, não se tenha contemplado esta possibilidade, comprometendo a prática do desporto competitivo a nível regional.

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores, reconhecendo o importante papel sociocultural desenvolvido pelo Clube Desportivo Escolar do Topo, propõe, nos termos regimentais aplicáveis a aprovação de um voto de congratulação pela sua vitória na Série Açores, desejando a todos os seus atletas, dirigentes e

colaboradores que continuem a somar sucessos desportivos, a bem do desporto açoriano.

Horta, sala das sessões, 11 de março 2015

Os Deputados, Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Bruno Belo, António Pedroso e Luís Garcia

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tenho a inscrição do Sr. Deputado do Partido Socialista, Rogério Veiros. Tem a palavra.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A tradição do voleibol em São Jorge é obviamente um motivo de orgulho para os jorgenses.

A subida à Série Açores por parte da equipa sénior feminina do Clube Desportivo do Topo é obviamente um assunto que orgulha os jorgenses e, em particular, as pessoas da zona do Topo.

Esta tradição mantém-se. Temos tido algumas participações de equipas de São Jorge na série Açores.

Neste ano continua em disputa também pela outra equipa sénior a subida à Série Açores no campeonato de vólei. É um motivo que deve ser referido com agrado e satisfação por parte dos jorgenses.

Mas o maior orgulho que acho que devemos ter enquanto jorgenses e enquanto açorianos em geral, é que estas equipas têm sido constituídas e trabalhadas só com a prata da casa, com atletas de São Jorge, com treinadores de São Jorge.

Isso deve ser um exemplo seguido por muitos outros clubes que infelizmente não seguem. Isso é uma forma de valorização dos atletas locais, é uma forma de valorização do desporto ao nível local.

Outra questão aqui que eu gostaria de realçar, tem a ver com o facto deste clube ser um clube de origem escolar.

Em 1997 foi criada a escola do Topo. É preciso que saibamos que até a essa data o que funcionava na zona do Topo era uma telescola na parte de cima da escola primária de Santo Antão.

Felizmente nós tivemos a coragem de criar uma escola no Topo dando melhores condições de escolaridade às crianças do Topo, mas também hoje o facto de existir este clube escolar e muitas outras atividades em torno da escola do Topo é uma demonstração de que a escola foi uma aposta ganha na afirmação social e económica da zona do Topo que bem merecia e bem precisava.

O Topo hoje é uma zona diferente, uma zona com mais dinâmica social, com mais dinâmica económica graças também a este investimento da escola do Topo.

Obrigado.

Deputados André Bradford e Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo mais inscrições vamos proceder à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor agradecia que se mantivessem como estão.

Secretária: O Voto de Saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

O próximo voto é de saudação (é do Grupo Parlamentar do Partido Socialista), pelos resultados dos atletas André Bicudo Ponte e Henrique Cruz no campeonato nacional de natação adaptada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cecília Pavão.

Deputada Cecília Pavão (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE SAUDAÇÃO

RESULTADOS DOS ATLETAS ANDRÉ BICUDO PONTE E HENRIQUE CRUZ NO CAMPEONATO NACIONAL DE NATAÇÃO ADAPTADA

Decorreu no passado dia 22 de fevereiro, em Vila Franca de Xira, o Campeonato Nacional de Natação Adaptada, com a participação a todos os níveis meritória dos jovens André Bicudo Ponte e Henrique Cruz, atletas do Clube Naval de Ponta Delgada.

Os dois nadadores micalenses concorreram em quatro provas individuais. André Bicudo Ponte nos 50 e 100m Costas e 50 e 100m Livres; Henrique Cruz nos 50 e 100m Bruços e igualmente nos 50 e 100m Livres.

Arrecadaram quatro medalhas. André Bicudo Ponte sagrou-se Campeão Nacional de 50m Costas e Vice-Campeão Nacional dos 100m Costas. Por sua vez, Henrique Cruz é agora Vice-Campeão Nacional dos 50m Bruços e medalha de bronze dos 100m Bruços.

Mesmo sem terem batido os seus próprios recordes pessoais, e sem estarem ainda adaptados a piscina de 50 metros por treinarem regularmente numa de 25 metros, a prestação destes dois jovens no referido Campeonato Nacional foi considerada de elevado nível e qualidade, o que orgulha o Clube Naval de Ponta Delgada e deve, do mesmo modo, orgulhar toda a Região Autónoma dos Açores.

Não são estas as primeiras vitórias dos dois atletas. Para dar apenas um exemplo, brilharam no mesmo campeonato em 2013, na cidade de Aveiro, participando em oito provas e arrecadando uma medalha em todas elas.

Foram já, e muito justamente, homenageados em várias Galas do Desporto Açoriano.

Treinados competentemente por Francisco Matos e contando sempre com o apoio, o incentivo e a presença dos pais, André Bicudo Ponte e Henrique Cruz são um exemplo de esperança e superação que a todos devia inspirar.

Afinal, só os melhores são campeões.

Assim, e nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, um Voto de Saudação pelos resultados dos atletas André Bicudo Ponte e Henrique Cruz no Campeonato Nacional de Natação Adaptada.

Do presente Voto deverá ser dado conhecimento aos Atletas e suas famílias e ainda ao Clube Naval de Ponta Delgada.

Horta, Sala das Sessões, 12 de março de 2015

Os Deputados, Cecília Pavão, Berto Messias, José Carlos San-Bento, Miguel Costa, Francisco César, Arlinda Nunes, Ricardo Cabral

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo inscrições para este Voto de Saudação vamos proceder à votação. As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor agradecia que se mantivessem como estão.

Secretária: O Voto de Saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária. Vamos passar agora para os votos de protesto.

O primeiro Voto de Protesto é do Grupo Parlamentar do Partido Socialista sobre a TAP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PROTESTO

Anunciou a TAP recentemente, por coincidência durante mais uma edição do maior certame nacional na área do turismo, a decisão de não apresentação de proposta às Obrigações de Serviço Público para o transporte aéreo na rota Lisboa-Horta-Lisboa.

Esta é a decisão da transportadora aérea nacional, empresa de capitais exclusivamente públicos, controlada pelo Governo da República, estamos certos, numa consequência direta dos trabalhos preparatórios do seu processo de privatização.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Onde é que arranjaste essa certeza? Isso é a prova de vida do PS do Faial!

O Orador: Desta forma a TAP, que assegurou as ligações aéreas entre o Lisboa e o Faial ao longo de 31 anos, marcando a história desta ilha e das ilhas do Triângulo, mas também da própria empresa, agora opta por não defender os interesses de todos os portugueses, com particular ênfase para os açorianos da ilha do Faial.

A decisão estamos certos que não se encerra na TAP, estando pelo contrário suportada em orientações do seu acionista único,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Estás certo, como?

O Orador: ... desencadeia um processo sem precedentes no serviço até há data prestado, numa rota tida como rentável, com implicações económicas e sociais muito significativas para a ilha do Faial.

Deputado Jorge Macedo (PSD): De onde é que vem tanta certeza?

O Orador: Mais, este é o mesmo Governo da República que, após a privatização da ANA, onde não assegurou a realização das intervenções necessárias à ampliação da pista do Aeroporto da Horta, com consequências na sua operacionalidade e segurança, pela voz do Senhor Primeiro Ministro na última visita à ilha do Faial,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Operacionalidade, segurança, não!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem lembrado!

O Orador: ... informou que a pista do aeroporto da Horta não será, por sua iniciativa, objeto de qualquer investimento tendente à ampliação ou melhoramento.

Ambos os processos vêm confirmar o que a maioria dos Açorianos, e em particular os Faialenses, já sabiam: a aposta no investimento público e a promoção da coesão territorial não fazem parte das prioridades deste Governo da República.

Deputado Luís Garcia (PSD): Coesão territorial? O Partido Socialista dos Açores a falar disso?

O Orador: Este é um processo desencadeado pela TAP, tendo como responsável, em exclusivo, o seu acionista único, desprovido de qualquer sentido estratégico – o Governo da República, que só não assume contornos de maior gravidade pela pronta intervenção do Governo Regional dos Açores, através da SATA que, mais uma vez, demonstra a intensão de ir de encontro dos interesses dos Faialenses.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis os deputados subscritores propõe o seguinte voto de protesto:

A Assembleia Legislativa do Região Autónoma dos Açores protesta contra a decisão da TAP, e do Governo da República, enquanto seu acionista único, de não proceder à apresentação de proposta às Obrigações de Serviço Público para o transporte aéreo na rota Lisboa-Horta-Lisboa, com potenciais consequências na dinâmica económica da ilha e na operacionalidade da sua infraestrutura aeroportuária.

Propõe-se que, deste Voto, seja dado conhecimento a Sua Excelência o Presidente da República, a Sua Excelência o Primeiro-Ministro, a Sua Excelência o Presidente do Governo Regional dos Açores, ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Está aqui!

O Orador: ... ao Presidente da TAP e aos órgãos de comunicação social.

Horta, 12 de março de 2015

Os Deputados, Lúcio Rodrigues e Berto Messias

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do PSD, Costa Pereira.

(*) **Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Presidente permitir-me-á fazer aquilo que os literatos chamam um exercício de intertextualidade.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Com alguma liberdade criativa e rigor histórico vou então ler o Voto de Protesto apresentado pelo Partido Socialista, mudando apenas algumas partes.

Voto de Protesto

Anunciou a SATA, recentemente, os seus horários para ligação aérea Lisboa-Horta-Lisboa.

A SATA propõe-se ligar aquelas cidades de abril a outubro...

Deputado André Bradford (PS): Isso é comunicado do PSD Faial! Está no *site*!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é!

Deputado André Bradford (PS): Pelo menos parece!

O Orador: ... com 218 voos, o que, por comparação com o horário praticado no ano passado pela TAP, significa uma redução de 70 voos e cerca de 13 mil lugares disponibilizados.

Deputado Francisco César (PS): Ó senhor, não ande a falar mal da SATA!

O Orador: Esta é a decisão da transportadora aérea regional, empresa de capitais exclusivamente públicos, controlada pelo Governo Regional.

Deputado Berto Messias (PS): Os senhores para se defenderem do Voto de Protesto à TAP falam mal da SATA!

(Diálogo entre os Deputados Francisco César e Artur Lima)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia algum silêncio, porque está no uso da palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Os apartes são regimentais (artigo 91.º) mas para conversas laterais aconselhava a utilização do telefone, como a Sra. Presidente já solicitou aos líderes parlamentares, aos grupos e representações políticas.

Dou a palavra novamente ao Sr. Deputado Costa Pereira.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Desta forma a SATA agora opta por não defender os interesses de todos os portugueses, com particular ênfase para os açorianos do Faial.

Deputado Berto Messias (PS): Grande lata! Isto é que é lata! Ou seja, o Governo da República a falar mal da SATA!

O Orador: A decisão, estamos certos (que não se encerra na SATA, estando pelo contrário suportada...

(Aparte inaudível do Deputado Miguel Costa)

Presidente: Sr. Deputado,...

O Orador: Sr. Presidente, eu gostava de falar...

Presidente: Eu agora vou falar, Sr. Deputado.

Eu já fiz um aviso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não são avisos! São apelos!

Deputado Berto Messias (PS): Agora vai ser preciso darem entrada na Mesa por escrito! É como o Melhoral, não faz bem, nem faz mal!

Presidente: O primeiro aviso, agradecia que utilizassem o telefone.

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira, que interrompeu a sua intervenção precisamente por não ter condições.

Deputado Francisco Coelho (PS): Os votos são apresentados por escrito na Mesa, não é?!

Deputado Berto Messias (PS): Agora não vai ser preciso dar entrada na Mesa por escrito! É como o Melhoral, não faz bem, nem faz mal!

O Orador: Muito obrigado Sr. Presidente pela sua compreensão.

A decisão, estamos certos (que não se encerra na SATA estando pelo contrário suportada em orientações do seu acionista único) desencadeia um processo sem precedentes no serviço até à data prestado numa rota tida como rentável com implicações económicas e sociais muito significativas para a Ilha do Faial.

Mais. Este é o mesmo Governo Regional que não assegurou a realização das intervenções necessárias à ampliação da pista do aeroporto da Horta com consequências na sua operacionalidade e segurança...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado André Bradford (PS): E os senhores riem!

O Orador: ... e que renegou as promessas solenes de Carlos César que garantiu aos faialenses que se ANA e o Governo da República não o fizessem, o Governo Regional iria proceder à ampliação da pista do aeroporto da Horta.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Ambos os processos vêm confirmar o que a maioria dos açorianos e em particular os faialenses já sabiam: a aposta no investimento público e a promoção da coesão territorial não fazem parte das prioridades deste Governo Regional.

Deputado Berto Messias (PS): Até o Sr. Deputado Costa Pereira que é uma referência de credibilidade faz este número!

O Orador: Esta redução do número de ligações da Horta com Lisboa é um processo desencadeado pela SATA tendo como responsável em exclusivo o seu acionista único, desprovido de qualquer sentido estratégico, o Governo Regional.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Como é que os senhores conseguem surpreender?

O Orador: Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais os deputados subscritores propõem o seguinte Voto de Protesto:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores protesta contra a decisão da SATA e do Governo Regional enquanto seu acionista único em não manter nas ligações entre Lisboa e a Horta o mesmo número de voos e de lugares disponíveis que se verificavam em 2014.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Um voto em cima de um voto!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: ...

Deputado Berto Messias (PS): O senhor devia ter entregue esse voto na Mesa!

Deputado Francisco Coelho (PS): Exatamente! Eis a questão!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Vocês mandam no vosso e a gente manda no nosso!

O Orador: Posso, Sr. Presidente?

Presidente: O Sr. Deputado Costa Pereira tem todas as condições para continuar.

O Orador: Este texto que acabo de ler...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Às vezes vocês querem mandar no nosso também!

Presidente: Se o Sr. Deputado Costa Pereira fizer interrupção e se pedir ao Sr. Deputado Jorge Macedo para não o interromper...

O Orador: Sr. Presidente, este texto que acabo de ler se é injusto e parcial então também injusto e parcial é o que foi apresentado pelo Partido Socialista.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Aquilo que nos distingue, Sr. Deputado Lúcio Rodrigues é uma questão de princípio.

A defesa do Faial e dos faialenses, para nós, faz-se sempre sem dúvidas e sem desculpas, qualquer que seja a cor partidária de quem governa a República ou de quem governa a Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Isso, Sr. Deputado, faz toda a diferença.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra para a Sra. Deputada Graça Silveira.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor é uma referência de credibilidade! Como é que consegue fazer esse número?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): A seguir vou ler a cartinha do Parreirão aos credores da SATA!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu só voo acima dos 10 mil pés! Isso é uma vergonha!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira para fazer a sua intervenção neste Voto de Protesto.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sr. Presidente, eu sei que falo normalmente alto, mas assim é impossível.

Presidente: Se a Sra. Deputada fizer o favor de dar início à sua...

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, eu lembro-me que este novo modelo aprovado pelo Governo que a sua maioria socialista apoia é que veio criar esta situação, como de resto o CDS sempre alertou que ilhas como o Faial e o Pico seriam prejudicadas, porque ao acabarmos com as indemnizações compensatórias, o que é que uma empresa como a TAP poderia decidir fazer esta rota, uma rota que não é economicamente viável?

Pergunto-lhe Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, que tanto defende o Faial, representando os faialenses que o puseram nesta Casa, o que é que o senhor fez para evitar que esta situação acontecesse?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Esteve calado! Ficou caladinho!

Deputado André Bradford (PS): Coitadinha da TAP!

A Oradora: O que é que a SATA, que é uma companhia paga com o dinheiro de todos nós, inclusivamente com o dinheiro dos faialenses e do Pico,...

Deputado Francisco César (PS): Dinheiro de todos nós? É dinheiro da República!

A Oradora: ... vai fazer para compensar esta situação?

O senhor fala na influência que o CDS pode ter na República.

Eu pergunto-lhe: qual é a influência que o Sr. Deputado tem no seu Governo, que tutela a SATA, para resolver o problema dos faialenses e dos picarotos que ficaram nesta situação?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): A senhora está desatenta!

A Oradora: E por que é que os faialenses estão descontentes?

Deputado Rogério Veiros (PS): Está a defender os açorianos ou a TAP?

A Oradora: Estão descontentes porque os faialenses, segundo parece, não confiam na sua empresa pública que lhes devia assegurar as ligações entre a sua ilha e o continente.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Rogério Veiros (PS): Os senhores estão do lado da TAP, não dos açorianos.

Deputado André Bradford (PS): Coitadinha da TAP! O que é que ela vinha fazer para aqui? Perder dinheiro!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada Graça Silveira.

Continuam abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo mais inscrições vamos passar... Sr. Deputado Lúcio Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aquilo que acabámos de assistir neste momento pelo Sr. Deputado Jorge Costa Pereira foi, nem mais nem menos do que um momento cultural, digamos, dessa passagem de entretenimento.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Cultural e literário!

O Orador: Eu vou explicar por quê.

Porque o senhor pega num voto, e eu acredito, muito honestamente, que o senhor concorda com todo o seu teor, e transforma-o tanto para desculpar aquilo que é o vosso Governo da República.

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor está a defender o Governo Regional!

O Orador: Mas quero acrescentar: quando digo o vosso Governo, eu quero associar as palavras da Sra. Deputada Graça Silveira, é porque o vosso Governo é composto pelo Sr. Ministro Pires de Lima, que penso que é do CDS, e pelo Sr. Secretário de Estado, Sérgio Monteiro, que é do PSD, o tal que afirmou que nas novas Obrigações de Serviço Público a TAP iria concorrer a todas as ligações aos Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é mentira!

O Orador: Eu gostava de acrescentar algo que me parece muito importante nesta Casa.

O Sr. Deputado Costa Pereira falou e utilizou uma palavra que a mim me diz muito: utilizou a palavra solidariedade, se não estou enganado.

Onde é que estava essa solidariedade, Sr. Deputado, que todos falam que quando o Governo da República é do PS nós não temos, e quando é do PSD vocês mantêm sempre coerência, quando foi o sismo de 1998, quando a Sra. Ministra Manuela Ferreira Leite disse que não havia mais dinheiro para os Açores?

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Onde é que estava essa solidariedade? Não havia!

Mas não houve também na pista do aeroporto na privatização da ANA.

Agora vêm aqui fazer um ataque cerrado à SATA, a uma companhia que é de todos os açorianos, que neste momento chegou-se à frente e vai concorrer às Obrigações de Serviço Público e vai cumprir aquilo que disse que ia fazer, vêm vocês nesta lógica de sacudir a água do capote dizer, “sim senhor, a TAP vai ser privatizada, que é uma coisa perfeitamente normal; logo, não vai concorrer mais para os Açores e o Governo dos Açores é que tem essa responsabilidade”.

Sr. Deputado, coerência!

Em relação à Sra. Deputada Graça Silveira, gostava de lhe dizer o seguinte:

O Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, como disse, e disse muito bem (aliás, a senhora conhece-me muito bem) defende os interesses dos faialenses. E defendo!

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor defende é o Governo Regional e isso faz toda a diferença!

Deputado José Ávila (PS): Sr. Deputado Luís Garcia, inscreva-se!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O senhor tem dois pesos e duas medidas!

O Orador: Sra. Deputada, ouça!

Eu penso que nas aulas da Universidade a senhora quando fala os alunos ouvem.

Aproveito para dar-lhe esta aula! Ouça que é importante saber ouvir.

A Sra. Deputada Graça Silveira vem falar na defesa dos faialenses. Eu defendo os faialenses com muito gosto. Aliás, eu defendo os faialenses e fui eleito pelos faialenses. Vivo no Faial e com muito gosto! A senhora sabe isso.

Diz a senhora que é perfeitamente normal na privatização a TAP não voar mais para os Açores.

Mas onde é que está o seu conceito de insularidade? Onde é que está o seu conceito dos Açores? Não tem!

A senhora ataca a SATA para defender a TAP e para defender o Governo da República?

Desculpe, Sra. Deputada!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Eu estou a dizer é que o senhor tem dois pesos e duas medidas!

O Orador: Por vezes, apesar da senhora ser muito simpática, a sua incoerência deixa-nos alguma amargura.

Até em aparte diria em tom de brincadeira: já tenho saudades do Sr. Deputado Félix!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Luís Garcia (PSD): Grande defesa do Governo Regional!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

Continuam abertas as inscrições.

(Pausa)

Vamos proceder à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor agradecia que se mantivessem como estão.

Secretária: O Voto de Protesto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Presidente,...

Presidente: O Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para uma interpelação. Sr. Presidente, era para repetir a votação.

Presidente: Certíssimo!

Vamos repetir a votação a pedido do Sr. Deputado Artur Lima.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor agradecia que se mantivessem como estão.

As Sras. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Agradecia que a Sra. Secretária dissesse o resultado da votação.

Secretária: O Voto de Protesto apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: O Sr. Deputado Costa Pereira pede a palavra para?

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Uma declaração de voto.

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O PSD provou que este Voto de Protesto é claramente parcial.

Deputado André Bradford (PS): Os senhores não votaram a favor?

O Orador: Por razões partidárias, como se demonstrou, o voto só se foca numa parte do problema, mas a parte do problema que ele foca merece e mereceu a nossa concordância.

O problema, e é isso que nos distingue (e falo com à vontade, sem precisar de estar zangado e levantar a voz com ninguém)...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Já o seu colega do Faial não é assim!

O Orador: O que nos distingue é que seja o Governo da República, seja o Governo Regional, qualquer que seja a cor política, estamos sempre prontos para defender o Faial e os faialenses.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Menos no sismo!

Deputado Luís Garcia (PSD): Essa é que é a grande diferença!

Presidente: Sr. Deputado Lúcio Rodrigues pede a palavra para uma declaração de voto, pressuponho. Tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A coerência é algo que nos distingue claramente. Hoje ficou outra vez provado!

Deputado Luís Garcia (PSD): É verdade! Ficou provado!

O Orador: Em relação a levantar a voz, à zanga, eu já expliquei isso ao Sr. Deputado Costa Pereira e vou voltar a explicar.

Não tem nada a ver com estar zangado ou não estar. Aliás, devia dizer isso ao Sr. Deputado Luís Garcia, na sua última intervenção aqui na Assembleia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Quando levanto a voz é porque estou zangado! E estava zangado mesmo!

O Orador: Em relação àquilo que nós estamos efetivamente a discutir eu gostava de dizer o seguinte:

O Sr. Deputado fez uma intervenção. Baseou-se nos argumentos que tem para a fazer.

Depois de toda a crítica que fez à SATA em defesa da TAP e do Governo da República, votar a favor do respetivo voto, isso não é mais nem menos do que cobardia política.

Deputado Luís Garcia (PSD): Cobardia?! Coragem!

O Orador: Defender o Faial é aprovar votos contra o Governo Regional e contra o Governo da República!

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Cobardia política é a vossa posição em relação ao aeroporto da Horta!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira, suponho que para uma declaração de voto.

Tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A questão aqui é que o PS apresenta um modelo. Depois vê as consequências do seu modelo e arrepende-se!

Apresenta um Voto de Protesto para responder ao PSD!

Portanto, o CDS abstém-se dessa guerrilha.

Aquilo que dizemos e voltamos a afirmar é que este novo modelo prejudica as ilhas do Faial e do Pico, porque aquilo que os senhores fizeram foi acabar com as Obrigações de Serviço Público,...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Os senhores!

A Oradora: ... uma vez que acabaram com as indemnizações compensatórias.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Neste momento vamos passar para outro Voto de Protesto, da Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda dos Açores: objetivos programáticos da Comissão Europeia para o Ambiente e Assuntos Marítimos e Pescas.

Tem a palavra a Sra. Deputada Lúcia Arruda.

Deputada Lúcia Arruda (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

Os objetivos programáticos da Comissão Europeia para o Ambiente, Assuntos Marítimos e Pescas acentuam a centralidade do crescimento azul e da economia verde como peças fundamentais de construção da União Europeia. Sendo Portugal o país responsável pela maior Zona Económica Exclusiva da UE – um estatuto que só se torna possível pela posição geográfica do arquipélago dos Açores – o conhecimento científico sobre o Mar apresenta-se como uma oportunidade fundamental para o desenvolvimento económico dos Açores.

Apesar de todo o reconhecido e prestigiado trabalho de investigação científica nas áreas marinhas/marítimas, principalmente nas Universidades dos Açores (UAç), Algarve e Aveiro, os recursos humanos e meios técnicos para a

investigação do mar continua a ser muito vulnerável perante a magnitude das tarefas com que Portugal está confrontado.

O reforço das infraestruturas de investigação e monitorização, assim como das tecnologias e equipamentos de exploração, requerem a continuidade do investimento na formação de recursos humanos especializados, a sua integração e emprego em unidades de investigação e desenvolvimento, em laboratórios de Estado, e nas empresas e setores produtivos, considerando que o sucesso da economia azul está completamente dependente da existência de quadros qualificados.

No entanto, os cortes no investimento para a Ciência e Investigação – por parte do Ministério da Educação e Ciência, da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), e da Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia – e a falta de um plano estratégico, nacional e regional, nesta área põem em perigo, não só a continuidade de várias linhas de investigação, como o aparecimento de novos projetos. É o que pode vir a acontecer no Departamento de Oceanografia e Pescas da UAç, que está a perder cada vez mais recursos humanos, em consequência da diminuição de Bolsas da FCT e do Fundo Regional de Ciência. Só uma aposta no aprofundamento do conhecimento sobre as potencialidades do imenso mar que nos rodeia pode beneficiar os Açores e o País a longo prazo. Em vez disso, corta-se no financiamento à investigação!

Há dois anos e meio que o Fundo Regional para a Ciência não abre vagas para Doutoramento e Pós Doutoramento, e as bolsas de Investigação rareiam. Com o fim de projetos e bolsas, entre dezembro de 2014 e o fim do corrente mês de março, a Região perde mais de 70 investigadores, que ficam sem saber o que será feito das suas vidas, ou das linhas de investigação que desenvolveram ao longo dos últimos anos, nas quais foram investidas verbas públicas.

Apesar de já terem sido definidas áreas estratégicas pela, anterior, tutela regional da Ciência – como a Agricultura, o Mar e o Turismo – nunca foram

definidos objetivos regionais de acordo com um plano estratégico para a Ciência e Tecnologia, nem tão pouco foram realizados nos Açores – ao contrário do que acontece na República – Contratos Ciência, que permitem criar uma estrutura de carreira científica que garantem a continuidade dos projetos.

Enquanto não houver uma estratégia regional para a investigação científica, estaremos a desperdiçar recursos humanos, que abandonam a Região, e a oportunidade de realizar investigação aplicada ao desenvolvimento ambiental, social e económico nestes laboratórios vivos em que vivemos.

O desinvestimento na ciência está a negligenciar a importância do potencial comercial que o conhecimento científico sobre os nossos recursos – especialmente os marítimos – terá no âmbito de futuras negociações com as grandes multinacionais que – mais cedo ou mais tarde – quererão explorar o nosso mar. Sem o conhecimento científico adequado, seremos espoliados nos nossos recursos endógenos.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação de um Voto de Protesto pelo desinvestimento na ciência e investigação – nas várias áreas do conhecimento, e em particular nas áreas da economia azul e ciências do mar – quer pelo Governo da República, quer pelo Governo Regional dos Açores.

Propõe-se, ainda, que deste voto seja dado conhecimento à Assembleia da República, ao Governo da República, ao Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, e ao Núcleo dos Bolseiros da Universidade dos Açores.

Disse.

A Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores, Lúcia Arruda.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Contente, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não podendo o Governo Regional falar nesta matéria e tendo o Partido Socialista tomado conhecimento de um voto cujo tema até podia ser consensual, o desenvolvimento deste tema, é impreciso, confuso, atabalhado e desprovido, na parte que toca ao Governo dos Açores,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... de qualquer sentido de bom senso para além de conhecimento factual daquilo que se faz nos Açores, que já se fazia e que se continua a fazer em matéria de política científica regional, de estratégia de política científica e regional e de apoio às principais unidades de investigação dos Açores que estão sediadas na Universidade dos Açores, que são justamente 13, e também daquilo que já foi anunciado pelo Governo dos Açores em matéria de políticas de bolsas de doutoramento e pós doutoramento...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que os senhores cortaram!

O Orador: ... que neste momento vão ser integradas, e muito bem, no novo Quadro Comunitário de Apoio onde o esforço é multiplicado por sete face ao esforço que o Governo Regional tem que assumir.

Isso significa, e também o Sr. Secretário Regional já aqui trouxe à colação esta matéria, que brevemente essas bolsas serão transformadas num paradigma de acordo com o novo Quadro Comunitário de Apoio. São contratos programa que apoiarão os pós doutoramento que terminam justamente o seu contrato agora em 2015 e são cerca de 26 para sua informação.

Deputada Lúcia Arruda (BE): Em dezembro, Sr. Deputado! Em dezembro, foram mais 30!

O Orador: As bolsas de doutoramento, aquelas que existem, só terminarão em 2016.

Há também aqui 100 contratos ativos de bolsas de pós doutoramento, de doutoramento, de licenciatura, que são fundamentais nesta estratégia.

Aliás, eu devo dizer que o Governo Regional, quer no passado, quer neste, tem uma estratégia clara para isso.

Deputada Lúcia Arruda (BE): Estamos mesmo a ver!

O Orador: Ela é tão clara que no continente a Fundação de Ciência e Tecnologia só apoia 25% destas bolsas e o Governo dos Açores, através do Fundo Regional de Ciência e Tecnologia, apoia em 75% estas bolsas.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Portanto, há aqui uma diferença bem clara.

Queria dizer também que a estratégia nacional para o mar, que é da responsabilidade do Governo da República, tem sido acompanhada pelo Governo dos Açores. Nós concordamos e o Governo já disse que precisa manter essa vigilância permanente nesse assunto, uma vez que este é um tema que suscita a prudência e a vigilância dos Açores face aos interesses que estão instalados nas nossas águas e também ao potencial endógeno que elas têm, mas esta também é uma visão de quem assumiu desde a primeira hora que o mar era uma prioridade e é por isso que a Universidade dos Açores, através do seu departamento, sempre teve muito e muito apoio.

Eu faço recordar só que os Governos do Partido Socialista durante vários anos, a partir de 2005, já apoiaram a Universidade dos Açores na sua totalidade em mais de 50 milhões de euros.

Portanto, nós não estamos aqui a falar em situações que tenham a ver só com apoios virtuais ou com ideias de princípio.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Há um apoio efetivo à Universidade dos Açores pelos Governos do PS que não tem paralelo na história da Autonomia...

Deputada Lúcia Arruda (BE): É! NONAGOM!

O Orador: ... nem mesmo com as responsabilidades que o Governo da República devia ter.

Também é justo dizê-lo aqui nesta câmara que às vezes, por mais boas intenções que nós tenhamos e pelo valor e pela importância da Universidade dos Açores, faz-se uma coisa que não é justa em relação ao Governo Regional. É que a responsabilidade primeira do apoio à investigação científica nos Açores e ao ensino superior é do Governo da República...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É da responsabilidade do Governo!

O Orador: ... e tem sido o Governo Regional, por vários programas, que apoia com a consciência de que isso é importante para a Região Autónoma dos Açores.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): A ciência não é do Ministério da Educação!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Agora o que não é justo é um Governo do Partido Socialista, como este Governo já demonstrou, que tem uma estratégia baseada nos próximos fundos comunitários de apoio, que vai fazer contratos programa...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É com o dinheiro dos outros!

O Orador: ... e que vai naturalmente também continuar a investir na ciência e tecnologia nos Açores, que apoia em 75%...

Deputada Lúcia Arruda (BE): NONAGOM!

O Orador: ... as bolsas da Região Autónoma dos Açores, enquanto que o Governo da República só apoia em 25%, haver ainda votos de protesto contra a política científica e tecnológica dos Açores.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não é contra a política científica! É contra as bolsas, Sr. Deputado!

O Orador: Isso é injusto e é perfeitamente desconhecedor da realidade factual daquilo que o Governo pretende fazer e do que está fazendo.

Deputada Lúcia Arruda (BE): O Sr. Deputado esqueceu-se do que escreveu em dezembro de 2014!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, Luís Garcia.

(*) Deputado Luís Garcia (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este voto da Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda refere-se a uma área central e essencial de qualquer governação num espaço como os Açores, como Portugal e até como a Europa.

Se queremos apostar no mar, na economia azul, temos de ter obviamente políticas e financiamentos adequados e coerentes com esse discurso.

Deputado André Bradford (PS): Está mais calmo hoje, Sr. Deputado!

O Orador: Essa aposta no mar não se faz sem conhecimento científico e não podemos admitir andar para trás nessa matéria, porque essa aposta no mar tem que se fazer bem alicerçada no conhecimento científico.

O DOP na Horta é um bom exemplo disso, a falta de financiamento pode colocar em causa muito do trabalho que é ali realizado.

Um bom exemplo disso é a política ou a ausência de política científica do Governo Regional, nomeadamente das prometidas, em campanha, bolsas de estudo que nunca mais apareceram e que goraram muitas expetativas...

Deputado André Bradford (PS): Estamos à espera da sua investigação, Sr. Deputado!

O Orador: ... de muitos investigadores desta Região.

Esse financiamento é tão mais importante porque temos desafios interessantes pela frente, desde logo a extensão da plataforma continental, mas também o aproveitamento integral das novas oportunidades e financiamentos que a política marítima europeia nos dá.

Além desse investimento, Sras. e Srs. Deputados, precisamos de políticas adequadas, precisamos sobretudo de modelos de governação bem diferentes dos utilizados na Região, modelos abertos, dialogantes e que envolvam todos os parceiros, todos os órgãos e todos os agentes nesta tarefa.

Este voto é um voto integral, não é um voto imparcial. É um voto que tem em conta toda a dimensão do problema. É um voto que prova mais uma vez a incoerência do Partido Socialista.

Eu gostava de ver o resultado desta votação se o voto se dirigisse só ao Governo da República.

Deputado Berto Messias (PS): Apresente um voto e já verá!

Deputado Francisco Coelho (PS): Faça um exercício de consciência interna!

O Orador: Eu gostava de ver!

Nós, pela nossa parte, de consciência tranquila, vamos manter a nossa coerência.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): Apresente um voto e vai ver a nossa posição!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor agradecia que se mantivessem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Protesto apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

De imediato vamos passar para o Voto de Protesto do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, apresentado pelo Sr. Deputado Luís Maurício, em relação às declarações do Sr. Secretário Regional da Educação.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

"A culpa é necessariamente nossa.

A culpa é, por exemplo, de todos aqueles que mensalmente, eu também, se sentam neste hemiciclo e que, não raras vezes, servem a todos vocês, o mais triste dos espetáculos, ou seja, o espetáculo da vitória do interesse pessoal sobre a conveniência coletiva, do insulto sobre a decência, da estupidez sobre a inteligência".

Deputado Francisco César (PS): Grande verdade!

O Orador: Estas foram as declarações feitas pelo Senhor Secretário Regional da Educação e Cultura aquando da última edição do Parlamento Jovem, no dia 23 de fevereiro, procurando justificar perante os jovens de todas as escolas da Região que aqui se sentavam, a sua distância relativamente à política e aos políticos e a sua falta de participação cívica.

No nosso entender estas declarações são graves e são graves por dois motivos: graves pelo conteúdo em si, porque elas desrespeitam este Parlamento, desrespeitam o trabalho dos Deputados que mensalmente aqui se sentam, mas também são graves pelo contexto em que foram proferidas.

Elas foram feitas na presença de jovens a quem, por iniciativa deste Parlamento, e bem, se procurava imbuir um espírito de participação cívica e de participação na atividade política.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estas declarações desafiam-nos a todos nós, Sras. e Srs. Deputados, cada uma e cada um dos Srs. Deputados de todas as bancadas sem exceção, para se manifestarem aqui, hoje, consoante o sentido do seu voto, se se retratam ou não se retratam naquilo que nós consideramos um desprestígio deste Parlamento.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Francisco Coelho (PS): Demagogia!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero dizer-vos com toda a humildade que refleti sobre a forma regimental de apresentar esta (permitam-me) contestação. É um facto, e tenho consciência disso enquanto Deputado desta Casa, que esta formulação regimental não permite a defesa dos visados.

Não tinha, no entanto, por análise do Regimento, outra forma de concentrar o discurso e concentrar a defesa do prestígio deste Parlamento de uma forma muito clara, mas queria dizer-vos a todos, Sr. Presidente, Sras. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, que estou certo que esta câmara permitirá que num processo interpelativo ao Presidente da Mesa, V.^a Ex.^a terá oportunidade de se redimir destas afirmações e pedir desculpa a todos os Deputados que se encontram aqui presentes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não pode!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Diz o povo, e bem, e de forma sábia: “quem não se sente não é filho de boa gente”.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e dos Deputados Paulo Estêvão e Artur Lima)

A versão integral do voto pode ser consultada no *link*:
http://base.alra.pt:82/Doc_Voto/Xva794_15.pdf

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Luís Maurício.

O Sr. Presidente do Governo pede a palavra para?

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, a minha leitura está correta ao considerar que regimentalmente o Governo não pode intervir nos votos, presumo que nem mesmo numa situação em que é interpelado diretamente?

Presidente: Não pode!

O Orador: Então a única coisa que me resta dizer, Sr. Presidente, é que a apresentação de um voto deste teor causa mais prejuízo à credibilidade, à dignidade desta Assembleia,...

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Não senhor!

O Orador: ... da política e da autonomia,...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Não senhor!

O Orador: ... do que aquele que eventualmente resultasse das declarações do Sr. Secretário.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Não apoiado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Chamam-vos estúpidos e vocês aplaudem? Eu não aplaudia!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Interpreto o Regimento com os artigos 71.º e 73.º, onde o Governo não pode pronunciar-se e não vai ser hoje que se vai atropelar o Regimento.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos se houver alguém inscrito para este Voto de Protesto do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho** (*PS*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se bem percebi – calma, porque ainda não comecei a falar, Sr. Deputado; o PSD ainda não pediu reforços...

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Se bem percebi, o Grupo Parlamentar do PSD entendeu, através da voz autorizada do Sr. Deputado Maurício, apresentar um Voto de Protesto ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Para percebermos bem, esse Voto de Protesto baseia-se, se bem percebi e citando a citação, pelo menos em parte, no seguinte:

O Sr. Secretário terá nesta Casa proferido, no âmbito do Parlamento Jovem, não sei em que contexto, a seguinte afirmação:...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não sabe?

Deputados Joaquim Machado e João Bruto da Costa (PSD): Devia saber!

O Orador: Eu não tenho aqui o texto todo (a frase), com certeza.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Para um ex-Presidente da Assembleia...

O Orador: “A culpa é necessariamente nossa”.

Desculpem se eu ler isto como se não fosse uma bula, mas isto efetivamente não é uma bula.

“A culpa é, por exemplo, de todos aqueles que mensalmente, **eu também**, se sentam neste hemiciclo e que, não raras vezes, servem a todos vocês...”.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E o resto?

O Orador: Que eu saiba, neste hemiciclo ou nestes três quartos de círculo, para sermos mais rigorosos, sentam-se os Deputados e o Governo, como se vê pela gravura em anexo.

Portanto, necessariamente havemos de entender e em primeiro lugar, ao contrário do que rasgando as vestes e enchendo lençóis de lágrimas o Sr. Deputado Luís Maurício nos tentou dizer, o Sr. Secretário não fez exclusivamente ou sequer principalmente uma crítica aos Deputados.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pelo amor de Deus!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Chamou-nos estúpidos!

O Orador: Fez uma crítica aos Órgãos de Governo Próprio, àqueles que se sentam neste Parlamento...

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas)

O Orador: Eu agradecia que o terceiro anel me deixasse falar.

... que são os representantes dos órgãos de Governo próprio, que são os Deputados e que são os Membros do Governo.

Se alguma dúvida de interpretação houvesse para os espíritos mais retardados, eu penso que a dupla expressão “a culpa é necessariamente nossa” e “eu também” é absolutamente cristalina acerca do que o Sr. Secretário quanto muito estava a fazer, não uma crítica mas sim e desde logo uma autocrítica, de que fez questão de não se excluir.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É a única maneira de se defenderem!

Uma é que o Governo não pode falar, a outra é “eu também...!”.

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

O Orador: Depois, Sras. e Srs. Deputados, é bom termos presente o seguinte:

Que a função de Deputado é muito digna e nos honra, tal como a de governante, todos nós sabemos!

Que ela tem uma legitimidade direta, também nós sabemos!

E que tudo fazemos, estou certo, e pelo menos é esse o nosso principal objetivo, no sentido de dignificar essa função e de servir os açorianos, também sabemos. Mas também havemos de saber, se não andarmos muito distraídos, que a democracia é por essência (a democracia que aqui nos traz!) o campo da liberdade, da divergência e da crítica.

Deputados João Bruto da Costa e Joaquim Machado (PSD): Menos do insulto!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Do insulto não, Sr. Deputado!

O Orador: Todos nós também sabemos que todos os dias são os governantes, os políticos e sobretudo os Deputados alvos de grandes críticas.

Também sabemos a este respeito que devemos ter a humildade, sobretudo a humildade de perceber que a nossa legitimidade democrática, como manda a boa ética republicana,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ética republicana?! Só faltava cá essa!

O Orador: ... é necessariamente transitória, de perante a crítica resistir à tentação primária de “matar o mensageiro” ou perante “a imagem menos agradável do espelho” resistir à primeira tentação e não o partir.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Isso, sim, é que penso que é a verdadeira democracia.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Também havemos de convir que é certo que independentemente do balanço do nosso trabalho também não somos todos perfeitos, nem somos todos perfeitos todos os dias.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Basta olhar para si!

O Orador: Não! Por acaso estou de frente para si, Sr. Deputado.

(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Não somos todos perfeitos, todos os dias!

A verdade é que por vezes também há aqui alguns excessos e algumas coisas que não contribuem para que essa imagem também seja a melhor. Por que é que não o havemos de reconhecer?

Agora, Sr. Deputado Luís Maurício, ao invés do que parece, com essa tentativa de discurso de “donzela ofendida”, o Sr. Secretário até disse perante os jovens, como se fosse um Sócrates que quisesse corromper a juventude (parece-me sim, necessariamente hipócrita e parece-me que é bastante arrogante): a democracia leva-nos a perceber que somos sim alvo de críticas todos os dias e que devemos fazer a autocrítica e também reconhecer as nossas limitações e as nossas insuficiências.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Foi um atentado à inteligência!

O Orador: Feito o balanço deste delito de opinião do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: ... eu diria que devemos pensar nele, independentemente da opinião que tivermos, devemos vê-lo como uma autocrítica.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Essa tocou fundo!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Afinal, quando se dirigiu a si dirigiu-se bem!

O Orador: Eu penso que no fundo este gosto, esta irresistível tentação que o PSD tem pelo pequeno caso e pela crítica *ad hominem*, e fazendo um pouco minhas as palavras do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor enfiou o barrete que o Sr. Secretário lhe entregou! Nós não enfiamos!

O Orador: ... não fará com que este episódio contribua para o vencimento da inteligência.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo de imediato a palavra para o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu devo dizer que o Sr. Deputado Francisco Coelho me fez lembrar aquele advogado eloquente do filme Malena que julgava um crime de adultério e que defendia uma causa indefensável.

Deputado Francisco Coelho (PS): Logo de adultério, Sr. Deputado?

O Orador: Porque a causa indefensável que aqui defendeu contraria aqueles que são os princípios democráticos e parlamentares de um partido como o Partido Socialista que é um grande partido da democracia portuguesa.

É fundamental que em todos os momentos o Partido Socialista... Nas questões da democracia e da defesa do parlamentarismo, nós o que esperamos do Partido Socialista e dos outros partidos que aqui estão representados, é coerência.

Eu vou ler este texto, esta citação, a partir exatamente do momento em que o Sr. Deputado Francisco Coelho deixou de ler.

O que ele não leu foi o seguinte:

“... se sentam neste hemiciclo e que não raras vezes servem a todos vocês o mais triste dos espetáculos, ou seja, o espetáculo da vitória e do interesse pessoal...”

Deputado Rogério Veiros (PS): Isso encaixa perfeitamente em V. Exa.!

O Orador: ... sobre a convivência coletiva, do insulto sobre a decência, da estupidez sobre a inteligência”.

Este discurso, esta citação, meus senhores, não foi feito a miúdos da mocidade portuguesa, entre os 7 e os 14 anos. Este discurso foi feito para miúdos do ensino básico dos 12 aos 14 anos, nesse contexto de defesa da dignidade parlamentar em que este discurso foi feito.

Eu devo dizer, e não resisto a mostrar aqui as semelhanças que existem entre esta tirada antiparlamentar e antidemocrática em relação a outras tiradas antiparlamentares e antidemocráticas de um outro professor doutor, este de Coimbra, numa entrevista muito célebre a António Ferro. Dizia o seguinte, fazia a seguinte pergunta a António Ferro:

“Há quem atribua o seu antiparlamentarismo ao seu feitio aparentemente concentrado, ao seu horror aos discursos”. Há quem o desafie para São Bento.

Eu queria vê-lo diante de uma interpelação de fulano, beltrano e sicrano.

Há outros que também desabafam de quando e quando com esta ameaça platónica: “Ah... Se não houvesse censura”.

E Salazar, no Murmúrio, com a orgulhosa humildade diz: “talvez tenham razão; venciam-me com certeza; ainda que a gente habitue-se a tudo, mesmo a não fazer nada, sendo trabalhador e alteando a voz a pouco e pouco, eu sou de facto profundamente antiparlamentar porque detesto os discursos ociosos, palavrosos, as interpelações vistosas e vazias, a exploração das paixões, não à volta de uma grande ideia, mas de futilidades, de vaidades pessoais, de nada sob o ponto de vista do interesse nacional”.

Meus senhores, são estes discursos que 70 anos depois vemos reproduzidos nesta Casa dirigida a miúdos entre os 12 e 14 anos. Isso é absolutamente inaceitável no contexto em que foi e vindo do partido que veio, que é (reforço!) um partido de grandes tradições democráticas, como é o Partido Socialista, e de grandes tradições parlamentares.

É inaceitável e o senhor com estas declarações envergonhou o Partido Socialista que o sustenta e na minha opinião a única saída que V.^a Ex.^a tem é a porta da

rua deste Parlamento, porque o senhor com estas declarações não merece nem pode aqui ficar.

Deputado André Bradford (PS): Então o senhor acaba de dar razão ao que disse o Sr. Secretário! O senhor é o melhor exemplo das declarações do Sr. Secretário!

Deputado Rogério Veiros (PS): O senhor é o melhor exemplo das declarações do Sr. Secretário!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Dou a palavra ao Sr. Deputado (o último inscrito) Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A democracia realmente é o pior dos regimes à exceção de todos os outros.

Portanto, “não vale a pena tapar o sol com a peneira”.

Eu acho que quem conhece minimamente o Sr. Secretário Regional sabe que é isto que ele pensa.

Ele nunca o negou! Escreveu-o!

Isto foi refletido! Não foi um improviso!

Portanto, em democracia o Sr. Secretário Regional tem direito à sua opinião e a opinião que o Sr. Secretário Regional tem do Parlamento dos Açores está aqui plasmada.

Não há mais nenhum comentário a fazer. O texto é claro, é conciso e é objetivo. Nós, em democracia, temos todo o direito de censurar a opinião do Sr. Secretário, não do Prof. Avelino, não do cidadão Avelino, mas do político Avelino Meneses, titular de um cargo político que se senta e responde perante este Parlamento.

É assim a democracia!

E na democracia nós censuramos a opinião e discordamos em absoluto da opinião clara manifestada pelo Sr. Secretário Regional Avelino Meneses.

“Não vale a pena tapar o sol com a peneira!”; buscar ética republicana ou monárquica!

A verdade nua e crua está aqui. A opinião que um membro do Governo tem perante o primeiro órgão de Autonomia é esta. Contra factos não há argumentos, ou como diz o outro, contra factos há mesmo argumentos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e PPM: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Artur Lima.

Dou a palavra imediatamente ao Sr. Deputado da Representação Parlamentar do Partido Comunista Português, Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP vai votar favoravelmente este Voto de Protesto e não vou tecer aqui considerações ou mais considerações para além de dizer que lamento aquilo que foi a intervenção do Sr. Secretário Regional no Parlamento Jovem. Não vou tecer aqui mais considerações, porque sei que o Secretário Regional não tem hipótese de retorquir aos juízos que aqui lhe estamos a fazer.

Haverá certamente outras oportunidades e eu até a poderei criar para que o Secretário Regional possa vir a este debate e dizer de sua justiça.

De qualquer forma, foi lamentável aquilo que foi dito aos jovens aqui no Parlamento dos Jovens.

A Representação Parlamentar do PCP vota favoravelmente este Voto de Protesto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu vou escusar-me a responder a alguns apartes e algum do conteúdo da intervenção do Sr. Deputado Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho (PS): Se calhar devia!

O Orador: Eles ficarão bem no seu próprio espelho.

O que eu apenas e só vou referir são duas coisas (duas ideias):

Em primeiro lugar, de que eu não confundi, em nome do PSD, delito de opinião com menosprezo deste Parlamento.

Não é um delito de opinião fazer-se o julgamento que se fez da atividade dos Deputados desta Casa na sua ausência e, por conseguinte, no respeito dos princípios que eu próprio defendo não vou classificar do ponto de vista político, como o fizeram comigo aqui em aparte a natureza destas afirmações.

Em segundo lugar, e para terminar, dizer-lhe, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, a exemplo do que fez o Sr. Presidente do Governo que interpelando a Mesa para que constasse em Diário das Sessões que não podia responder tal e qual como eu referi, ao conteúdo deste Voto de Protesto, mas que acrescentou e fez um juízo político sobre ele, ultrapassando o motivo da sua interpelação,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... queria dizer que se o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura o tivesse feito, este Voto nem sequer era votado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Na impossibilidade de haver mais inscrições, porque cada grupo parlamentar e cada representação só tem direito a falar de uma só vez, vamos proceder à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor agradecia que se mantivessem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Agradecia que a Sra. Secretária anunciasse o resultado da votação.

Secretária: O Voto de Protesto apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Quero informar os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que temos mais três votos de pesar, que vão transitar para a próxima sessão legislativa.

O Sr. Deputado Francisco Coelho vai fazer a sua declaração de voto, para acabarmos aqui a sessão da manhã que começou tarde. Faça favor.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há aqui uma coisa. Eu percebo o incómodo do Sr. Deputado Maurício, até aquela defesa conhecida de...

Deputado Joaquim Machado (PSD): A gente é que não percebe o seu incómodo!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Isso não é uma declaração de voto!

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Convém ser uma declaração de voto!
Não é a continuação do debate! É uma declaração de voto!

Deputado Berto Messias (PS): Calma!

Deputado José Ávila (PS): Estão nervosos!

Presidente: Agradecia algumas condições para o Sr. Deputado Francisco Coelho fazer a sua declaração de voto. Faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: É difícil! É difícil, Sr. Presidente.

Estava eu a dizer que eu percebi. O Sr. Deputado Luís Maurício começou por levantar o problema e uma dúvida de consciência, mas ainda assim... Mas isto piorou muito, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas isso é uma declaração de voto ou é uma intervenção?

O Orador: O aparte que o Sr. Deputado disse ao Sr. Presidente do Governo, que se tivesse sido o Sr. Secretário, que o voto teria sido retirado, isso é absolutamente inadmissível, Sr. Deputado.

Sr. Deputado, vamos lá ver uma coisa:

Os senhores apresentaram um voto de manhã, distribuíram durante horas pela comunicação social.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Mas isto é uma declaração de voto? Isto é discutir outra vez!

O Orador: O voto foi comentado e foi distribuído.

O Sr. Deputado sabe qual é a praxe desta Casa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Praxe?!

O Orador: Sr. Deputado, mais uma vez há uma coisa, apesar das suas...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Estamos a falar de praxe?!

O Orador: Ó Sr. Deputado!...

Presidente: Srs. Deputados, estamos a terminar a sessão. O Sr. Deputado Francisco Coelho tem cinco minutos...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Cinco minutos para uma declaração de voto?

O Orador: Nunca leu o Regimento, Sr. Deputado Joaquim Machado?!

Presidente: Se o Sr. Deputado quiser consultar o artigo 89.º, vai confirmar que são cinco minutos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Está bem! Mas é preciso que se cinja à declaração de voto!

Presidente: Agradecia que o Sr. Deputado Francisco Coelho se cingisse na declaração de voto ao Voto de Protesto.

Faça favor. Tem a palavra.

O Orador: É verdade, Sr. Presidente.

Uma declaração de voto são cinco minutos. Talvez fosse bom distribuir um Regimento.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Não, não! Uma declaração não é isso!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mas isso não é uma declaração de voto!

O Orador: Estava eu a dizer...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Uma declaração de voto, é uma declaração de voto!

O Orador: Eu gosto deste espírito democrático e tolerante do PSD que se revela ao mais pequeno pormenor.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eu gosto mais da estupidez do PS!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Ó Sr. Deputado!...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Que infeliz! Espero que tenha ficado no Diário das Sessões!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Foi o que o Sr. Secretário da Educação chamou!

O Orador: Estava eu a tentar dizer, Sras. e Srs. Deputados, que o Sr. Deputado Luís Maurício teve o cuidado extremo de fazer toda uma interpelação a desculpar-se.

Teve este episódio para mim verdadeiramente infeliz de dizer em aparte ao Sr. Presidente do Governo que se fosse o Sr. Secretário a requerer a palavra o voto teria sido retirado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não foi em aparte!

O Orador: O PSD sabe com certeza qual é a praxe e o Regimento desta Casa em matéria de votos.

O PSD não pode hipocritamente alegar ignorância.

Presidente: Sr. Deputado Francisco Coelho, eu agradecia que se orientasse para a declaração de voto do Partido Socialista. Agradecia algum silêncio.

O Orador: O PSD sabia e sabe, quis e fez hipocritamente um voto de ataque pessoal quando o visado não se podia defender.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Este foi um voto objetivamente cobarde e assumido pelo PSD.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Francisco Coelho.

Tenho aqui mais uma inscrição para fazer uma declaração de voto. Sr. Deputado Luís Maurício faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta intervenção do senhor (uma intervenção, sim! Não uma declaração de voto!) Deputado Francisco Coelho, é absolutamente lamentável...

Deputado José Ávila (PS): E a sua o que é? É uma declaração de voto?

O Orador: ... em relação à terminologia que utilizou, que eu não me revejo nela.

Deputado Francisco Coelho (PS): Foi cobarde!

O Orador: Foi isso mesmo que o senhor disse: cobarde!

Não me revejo nesse tipo de linguagem...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... nem é esse o meu tipo de atitude.

(Aparte inaudível da Deputada Catarina Moniz Furtado)

O Orador: A Sra. Deputada Catarina quer intervir? Podia substituir...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Não pode!

O Orador: Não! Podia ter substituído a declaração de voto do Sr. Deputado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só para terminar.

Não me revejo na linguagem do Sr. Deputado Francisco Coelho. Em termos de Regimento lamento profundamente que pela segunda vez um ex-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores viole o Regimento que ele, mais do que todos nós, tem a obrigação de conhecer...

Deputado Francisco Coelho (PS): Tal como o Presidente Reis Leite!

Presidente: Sr. Deputado Luís Maurício, declaração de voto.

O Orador: ... transformando uma declaração de voto numa intervenção política.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): E onde é que está a sua declaração de voto?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado Luís Maurício.

Tenho aqui mais uma declaração de voto do Sr. Deputado Paulo Estêvão, do Partido Popular Monárquico.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Naturalmente votei a favor deste Voto de Protesto apresentado pelo PSD, porque em defesa da dignidade deste Parlamento não podíamos de forma nenhuma, e envergonhará para sempre as páginas da história do Partido Socialista, ter sem nenhuma crítica, sem nenhuma referência, aceitado que um Membro do Governo do Partido Socialista produza uma declaração antiparlamentar, deste conteúdo, que como eu bem demonstrei é idêntico na forma e no conteúdo em relação às produzidas pelo salazarismo, em relação ao parlamentarismo.

É uma vergonha que o Partido Socialista pela primeira vez na sua história (pela primeira vez na sua história!) não tenha uma palavra de crítica contra uma frase, contra declarações de conteúdo antiparlamentar e antidemocrático inaceitáveis.

Eu considero que quem desempenha funções, ainda por cima na área da educação e da cultura, e que pense o que pensa sobre o nosso regime democrático e parlamentar, não tem condições para permanecer nessas funções.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Não tenho mais nenhuma inscrição para declaração de voto.

Vamos para almoço informando a câmara de que há mais três votos de pesar que vão transitar para a sessão legislativa seguinte. São os Votos de Pesar pelo falecimento do Sr. José Damião de Almeida, que ao adiantado da hora vão transitar para a próxima sessão legislativa.

Um bom almoço para todos.

Eram 13 horas e 18 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que ocupassem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 07 minutos.

Já temos quórum.

Queria informar os Srs. Deputados que recebi uma proposta de substituição integral do ponto 9, que estamos a discutir (**Projeto de Resolução n.º 97/X – “Recomenda ao Governo Regional que reforce o apoio e a cooperação com as freguesias dos Açores”**).

Portanto, vamos discutir esta nova proposta e vamos votá-la depois.

Estava inscrito ontem o Sr. Deputado do Partido Social Democrata, Cláudio Lopes.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: O Sr. Deputado Cláudio Lopes prescinde.

Tenho a seguir o Sr. Deputado Paulo Estêvão, mas não está na sala, e não tenho mais inscrições.

Dou a palavra ao Sr. Deputado do Partido Comunista Português, Aníbal Pires. Tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP, até para desmistificar qualquer ideia que pudesse eventualmente ter ficado ontem na discussão...

Deputado José San-Bento (PS): E ficou!

O Orador: ... que já iniciámos sobre esta matéria, para desmitificar qualquer mal-entendido, ou qualquer ideia de que o PCP queria ver esta sua iniciativa reprovada, porque entretanto não tinha atendido a algumas recomendações que vieram da Comissão, designadamente da audição que foi feita ao Sr. Vice-Presidente, reformulou a sua proposta e adequou-a, julgo eu, àquilo que foi, digamos, dito em sede de Comissão e que eventualmente poderia colocar em causa a sua aprovação ou não, desde logo, o facto das questões relacionadas com a colaboração e a cooperação, adequando assim ao texto legal e retirando

um dos pontos resolutivos que remetia para as competências que não são da Região e que são da República.

Como tal, apresentamos agora para discussão esta proposta reformulada.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Voltarei ao debate quando for necessário.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Aníbal Piros.

Eu não tenho mais nenhuma inscrição para o debate.

Já tenho uma. Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Lopes. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Membros do Governo:

O PSD, desde já, agradece a cordialidade do proponente desta iniciativa em abordar de novo o PSD em relação às alterações que introduziu e quer manifestar desde já, ou melhor, renovar aqui ou seu apoio à iniciativa, porque desde o início o PSD sempre entendeu que esta era uma matéria importante para as freguesias, para a criação de melhores condições de funcionamento das freguesias, para que elas assim possam dar respostas mais eficazes e um maior número de respostas às populações.

Nesse sentido sempre tivemos boa vontade política em apoiar esta iniciativa.

Portanto, se esta iniciativa não fosse aprovada a culpa não seria necessariamente nossa.

Eu não sei se esta proposta que hoje parece que reúne condições de todos os grupos parlamentares para ser aprovada, se é uma vitória da estupidez sobre a inteligência se é o seu contrário,...

Deputado André Bradford (PS): Sr. Deputado, não precisava essa parte!

O Orador: ... se é uma vitória da inteligência sobre a estupidez.

De qualquer forma eu penso que ao longo destes meses que se passaram, desde que esta iniciativa começou a ser avaliada e analisada neste Parlamento, houve

alguém que teve um comportamento como aquela senhora que está num baile e não tem vontade de dançar.

Então arranja todos os argumentos e mais algum para não dançar, inclusivamente utiliza o argumento de que a sala está torta e não pode dançar por causa disso.

Acontece que até ontem o comportamento de alguém neste Parlamento era esse. Não queria dançar!

De repente, esta noite dormiu bem, certamente e apeteceu-lhe dançar hoje.

Deputado André Bradford (PS): E o senhor “dança” com a gente ou não?

O Orador: Eu fico satisfeito por isso, porque é bom que esta iniciativa chegue ao fim, que tenha um bom termo e que seja aprovada por todos os grupos parlamentares e representações parlamentares desta Casa para bem dos açorianos.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Ó Jorge, isso é para ti! Tu é que és bom dançarino!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Passo de imediato a palavra à Sra. Deputada Ana Espínola.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao longo dos tempos, tem-se vindo a perceber que faz mais e melhor quem está mais perto do que é preciso fazer.

O Governo Regional tem vindo também a promover esta descentralização de competências, meios e serviços, protocolando, nomeadamente com as Autarquias.

Porém, existe um conjunto de outros problemas que afetam o dia a dia nas nossas populações... Apesar de, em muitas circunstâncias, as juntas de freguesia não terem competências para resolver determinadas situações, é à junta que os populares recorrem em primeira instância...

No que diz respeito aos meios financeiros destinados à cooperação com as freguesias, em especial em termos de limpeza, renaturalização e reperfilamento de linhas de água, devo lembrar que o CDS-PP também, no momento adequado, deu o seu contributo, quando propôs um aumento do reforço para os acordos de colaboração com as juntas de freguesia, em sede de Orçamento Regional, no âmbito da requalificação e proteção dos recursos hídricos.

As autarquias, sendo o órgão de poder mais próximas das populações, podem de forma mais rápida acudir aos maiores constrangimentos das populações e até, de uma forma preventiva, trabalhar para evitar que esses constrangimentos surjam (quer seja pela limpeza de ribeiras, quer seja pela manutenção de caminhos agrícolas, percursos pedestres...).

No entanto, só será possível às juntas de freguesia fazer esses trabalhos se sobrarem as verbas suficientes e necessárias, os meios para a concretização desses desideratos, e a vontade política para aprovar esta iniciativa que pelos vistos alcançou algum consenso.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Vou passar a palavra para o Sr. Deputado da Representação Parlamentar do Partido Popular Monárquico, Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ora cá está um exemplo, Sr. Deputado Aníbal Pires, de como a dialética parlamentar, o debate parlamentar, é extremamente positivo e permite que as diferenças de opinião depois sejam devidamente ultrapassadas formando consensos, com cedências por parte das diversas forças partidárias e parlamentares no sentido de encontrarmos um processo de sinalizarmos este conjunto de interesses que queremos ver realizados na nossa comunidade, que é este caso do poder local.

O Partido Popular Monárquico tem um enorme apreço pelo poder local.

Somos, desde o nosso início, desde o nosso nascimento, em 1974, um partido municipalista. Definimo-nos como um partido municipalista.

Portanto, vejo com a maior simpatia e vejo como muito importante do ponto de vista material as propostas que V.^a Ex.^a aqui faz.

Deputado André Bradford (PS): Estava à espera da sua apreciação!

O Orador: É um projeto que irá merecer da nossa parte uma votação positiva.

Considero também que da parte do Partido Socialista há um posicionamento um pouco diferente em relação a esta matéria, que se adivinha diferente, que possa realmente provocar este consenso que é desejável nesta matéria.

Sendo assim, o que se adivinha aqui é um consenso nesta matéria da descentralização, de dotar as nossas freguesias das competências necessárias nesta matéria.

Eu considero que mais uma vez este Parlamento dignifica aquele que é o seu papel nesta matéria e na democracia açoriana e que estamos todos de acordo em privilegiar a descentralização e as populações locais.

Na minha perspetiva é o mérito do PCP de trazer esta matéria a debate e o mérito do conjunto deste Parlamento de conseguir criar os consensos necessárias para que se implementem políticas positivas para a sociedade açoriana e para as freguesias açorianas.

Um bem-haja, Sr. Deputado! E um bem-haja a este consenso que foi possível aqui organizar e implementar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tenho inscrito o Sr. Deputado do Partido Socialista, Manuel Pereira. Tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista desde o princípio, já na reunião da Comissão, demonstrou o que é que estava errado e por que é que não podia votar favoravelmente este Projeto de Resolução do Partido Comunista.

Fê-lo e está retratado no relatório. Não foi o único que o fez.

Havendo uma saudação, é uma saudação aos consensos que foram encontrados de forma a adequar a proposta, o projeto que estava em discussão, à legislação que temos um vigor.

Portanto, sempre demonstrámos vontade política em aumentar a cooperação com as nossas juntas de freguesia e a demonstração disso mesmo foi o diálogo que existiu, a abertura que existiu, de forma a adequá-lo à legislação, como já referi, e assim temos, digamos, condições para aprovar esta proposta e assim aumentarmos os recursos das nossas juntas de freguesia.

Tenho pena, lamento mesmo, que mesmo infringindo a lei houvesse grupos parlamentares que estavam disponíveis para aprovar uma coisa que era ilegal.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Esta é a posição que nós queremos realçar, porque somos de facto a favor da defesa do poder local, aqui e sempre, como quando foi da aprovação das Leis 73 e 75 de 2013, que muito afetaram a vida de todos os nossos autarcas.

Disse.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo de imediato a palavra para a Sra. Secretária dos Assuntos Parlamentares.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em nome do Governo começo por me congratular pela solução de consenso que foi possível alcançar relativamente a esta iniciativa, pela importância que reveste a matéria das relações entre o Governo dos Açores e as autarquias da Região.

Como ontem foi aqui referido pelo Sr. Vice-Presidente, nunca esteve em causa a vontade política do Governo nesta matéria, como aliás resulta daquela que é a prática governativa em matéria de relações entre a Administração Regional e a Administração Local.

Também nunca esteve em causa a nossa concordância com os princípios subjacentes à iniciativa.

Estava sim em causa uma clara desconformidade entre a proposta inicial que o PCP trouxe a esta câmara e aquele que é o regime que regula as relações entre a Administração Regional e as autarquias locais, regime esse aprovado por esta câmara e plasmado, como todos sabem, no Decreto Legislativo Regional n.º 32/2002.

Não se trata, por isso, Sr. Deputado Cláudio Lopes, de não gostar de dançar ou achar que a sala está torta e não vai permitir uma boa *performance*. Não é essa a questão.

Aliás, de um político experiente e autarca experiente como o senhor, seria de esperar que concordasse com as desconformidades que assistiam à proposta original.

O que interessa é que essas desconformidades foram ultrapassadas e o Governo dos Açores, que reconhece e sempre reconheceu o papel imprescindível que as autarquias locais têm no desenvolvimento das suas comunidades e consequentemente no desenvolvimento da nossa Região, não pode senão deixar, como eu referi no início da minha intervenção, de se congratular pelo resultado a que chegámos.

Muito obrigada.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Não tenho mais nenhuma inscrição (vou passar mais uma vista de olhos).

Sr. Deputado Cláudio Lopes tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Lopes** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A intervenção da Sra. Secretária Regional merece-me um reparo apenas e tão-somente pelo seguinte:

A falta de vontade política em acolher esta iniciativa do PCP, por parte do Sr. Vice-Presidente, manifesta na audição em sede de Comissão de Política Geral, passou pelo seguinte:

Passou quando eu próprio fiz uma pergunta ao Sr. Vice-Presidente, em Comissão, depois de ele alegar que esta proposta estava ferida de alguma ilegalidade e sinalizou os pontos em que havia alguma ilegalidade. Eu questionei o Sr. Vice-Presidente nos seguintes termos:

Apesar disso, está ou não o Governo empenhado em acatar as sugestões todas feitas na parte resolutiva deste Projeto de Resolução e tomar, ele próprio, o Governo Regional a iniciativa de alterar (acautelando estas preocupações) o Decreto Legislativo Regional n.º 32/2002/A?

E o Sr. Vice-Presidente (vou usar uma linguagem da gíria futebolística) chutou para canto e disse que estava à espera de uma proposta da ANAFRE para então ajuizar e avaliar sobre essa questão.

Foi esta a manifesta vontade política do Governo em audição de sede da Comissão de Política Geral.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra para o Sr. Deputado Manuel Pereira do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

(*) **Deputado Manuel Pereira** (*PS*): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Concordo com a parte que se passou na Comissão, mas falta complementar. Eu acho que é justo que seja feito.

O Sr. Vice-Presidente já na audição demonstrou abertura para que, ou no âmbito desta Assembleia, que é quem tem competência para alterar o DLR em questão, o 32/2002... Até informou-nos que estava a aguardar, de um diálogo que tinha existido com a ANAFRE, a apresentação de propostas de alteração e de renovação para rever exatamente este DLR.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Não! Foi isto que se passou!

O Orador: Portanto, há vontade política e acho que nessa altura ficou manifestamente claro que há abertura para o fazer.

Era isso que penso que, a bem da verdade, é bom que se diga.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra para a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Parlamentares. Tem a palavra.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Cláudio Lopes, não vou eternizar esta questão, mas não posso deixar de lembrar-lhe que o que estávamos aqui a discutir ontem e continuamos a discutir hoje não é uma alteração ao Decreto Legislativo Regional. É, sim, uma proposta de resolução apresentada pelo PCP que o senhor, autarca com reconhecida experiência, concordará que não estava de acordo com um regime aprovado por esta Assembleia que regula as relações entre a Administração Regional e entre a Administração Local.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

A Oradora: Aquilo que está em causa é essa resolução. Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa,...

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Como dizia a Sra. Deputada Zuraida!

A Oradora: ... como diria a Sra. Deputada Zuraida Soares se aqui estivesse.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

Não tenho mais nenhuma inscrição.

(Pausa)

Não havendo inscrições vamos passar à votação do Projeto de Resolução que “Recomenda ao Governo Regional que reforce o apoio e a cooperação com as freguesias dos Açores”, apresentado pela Representação Parlamentar do Partido Comunista Português.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor façam o favor de se manter como estão.

Agradecia que a Sra. Secretária anunciasse o resultado votação.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária. Passamos de imediato ao ponto 10 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 103/X – “Identificação de processos e técnicas de construção do bote baleeiro”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho tem a palavra.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A história da baleação nos Açores revela-se transversal a todas as ilhas do arquipélago, configurando uma importante e incontornável peça histórica da nossa identidade insular, de uma cultura que é nossa e que nos une.

O evoluir dos tempos obrigou, e bem, ao evoluir das práticas. Hoje, inteiramente abandonada que foi, para o bem do Homem e da Natureza, a caça à baleia, aproximamo-nos novamente em torno dessa realidade histórica, seja por uma salutar derivação, de carácter essencialmente lúdico e turístico, e presente um pouco por todo o arquipélago, do nosso contacto com as baleias e os cachalotes que nestes mares encontram morada, seja pela necessidade imperiosa de conservarmos o património que nos chega desses tempos idos.

O bote baleeiro é, independentemente da técnica de construção utilizada, o mais importante vestígio material do património baleeiro e da cultura da baleação. Tal património, pertença de todo o povo Açoriano, é resultado da capacidade criativa e do génio inventivo dos primeiros grandes construtores navais açorianos. Daí que o bote baleeiro açoriano seja descrito, no entender de muitos especialistas, como, e cito, “a mais perfeita embarcação que alguma vez sulcou os mares”.

De Santa Maria ao Corvo, é vasto o património baleeiro que atravessa as nossas nove ilhas – nove realidades que, nas suas idiossincrasias e nas suas especificidades, o mar sempre soube conciliar. Vastos são os relatos, as técnicas, as metodologias, os objetos inerentes à história da baleação no arquipélago, todos convergindo para um reforço da coesão regional em torno de matérias como esta, tão intrinsecamente identitárias.

Será consensual afirmar que amplo tem sido o investimento, continuamente evolutivo, da Região nesta matéria, quer ao nível legislativo, de que é exemplo a recente aprovação, por unanimidade, do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2014/A, de 24 de julho, quer ao nível executivo, como comprova a inventariação do património baleeiro atualmente em curso. Mas o tema não se

esgota, e o número de interessados mostra-se sempre em crescendo, dando bem nota do lugar central da baleação e das suas particularidades na nossa história coletiva e arquipelágica.

Ora, ainda que seja comumente admitida a existência, na extensão do arquipélago, de técnicas de construção específicas de alguns lugares, de alguns territórios, que deram azo, ainda que convergentes na sua função, a botes baleeiros diferenciados (São Miguel, por exemplo, terá desenvolvido, como se sabe, uma técnica de construção distinta – e, à semelhança deste, outros locais poderão também ter conhecido técnicas diferentes), será importante conhecer efetivamente melhor esta dimensão imaterial: entender as várias técnicas, estudá-las, conhecer as comunidades nas quais surgiram, as vivências que lhe eram inerentes, as inúmeras razões que terão levado a essas especializações.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, **recomenda ao Governo Regional dos Açores que desenvolva os procedimentos necessários à identificação e inventariação dos diferentes processos e técnicas tradicionais de construção dos botes baleeiros e das suas especificidades na História e no património imaterial da baleação dos Açores.**

A identificação e inventariação referida no número anterior deve estar concluída no prazo de 18 (dezoito) meses a contar da data de publicação desta resolução.

Disse.

Deputados Berto Messias e Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Passo a palavra para o Sr. Deputado José Andrade, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Deputado José Andrade (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A atividade económica da caça à baleia nos Açores remonta ao século XVIII, por influência da baleação americana, começa a ganhar expressão local no segundo quartel do século XIX, com os primeiros botes baleeiros da baía faialense do Porto Pim, e assume importância significativa a partir de meados do século XX, com a fundação de fábricas de processamento de cachalote em diferentes ilhas.

A primeira a abrir foi a fábrica da “União das Armações Baleeiras de São Miguel”, em 1937, na confluência litoral das freguesias de Capelas e S. Vicente Ferreira, na costa norte do concelho de Ponta Delgada. Deixaram-na demolir em 2007, num laxismo de lesa-património, e dela apenas resta hoje a chaminé industrial que aguarda a conclusão do processo de classificação, de alguma forma, impulsionado pelo parlamento atualmente em execução por parte do governo.

A última dessas fábricas a encerrar foi a fábrica das “Armações Baleeiras Reunidas”, em 1984, na vila de São Roque do Pico. Reabriu há 10 anos como polo da indústria baleeira do museu regional da ilha montanha, sediado nas Lajes, que é, como certamente sabem, o museu mais visitado dos Açores.

O património reconstruído da memória baleeira compreende ainda outros dois equipamentos de carácter museológico:

Aqui, nesta ilha do Faial, na antiga fábrica do Porto Pim, adquirida pelo governo em 1981 e inaugurada como museu em 2000, embora a precisar de obras de conservação porque chove lá dentro.

Na ilha das Flores, a antiga fábrica do Boqueirão, com uma empreitada de reabilitação adjudicada em junho de 2009 para um prazo de execução de 7 meses que, passados 70 meses, ainda aguarda inauguração oficial.

Mas o mais importante vestígio material do património baleeiro e da cultura da baleação, como refere, aliás, o Projeto de Resolução agora em apreciação, é porventura o bote baleeiro.

Há um trabalho importante de recuperação patrimonial e de reutilização recreativa do bote baleeiro açoriano desenvolvido nos últimos anos – por iniciativa meritória de entidades associativas, autarquias locais e governo regional – especialmente nas ilhas do Pico, Faial e S. Jorge, com reconhecida e merecida centralidade regional nesta matéria, que não pode nem deve ser contestada.

Até 2011, foram aqui recuperados 41 botes baleeiros.

Já o mesmo se não verifica noutras ilhas açorianas de tradição baleeira, como, por exemplo, S. Miguel e Santa Maria.

Consta, aliás, que o modelo tradicional de “bote baleeiro micaelense” é o mais diferenciado no contexto açoriano.

Esta tese tem sido suscitada pelo Núcleo do Bote Baleeiro do Clube Naval de Vila Franca do Campo e subscrita pela Associação dos Amigos dos Poços e da Baleação em S. Vicente Ferreira e Capelas, mereceu a adesão unânime do Conselho de Ilha de São Miguel, impulsionou a presente iniciativa legislativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e registou o reconhecimento do Secretário Regional da Educação e Cultura e da Comissão Consultiva do Património Baleeiro Regional em recente audição parlamentar pela Comissão dos Assuntos Sociais.

Nas palavras do Secretário da Educação e Cultura, “ao que tudo indica, existe em São Miguel, efetivamente, uma singularidade no que respeita à construção do bote baleeiro micaelense e que deriva da baleeira açoriana. A identificação do processo e técnicas de construção que estiveram na sua origem será, com

certeza, mais um contributo para o estudo da baleação açoriana e para a identificação da nossa singularidade atlântica”. Fim de citação.

Nas palavras do Presidente da Comissão Consultiva, “o bote baleeiro micaelense é identificado por uma construção clássica, que remonta ao século XIX. As suas particularidades assentam sobretudo nas funções para as quais foi construído: a sua dimensão funcional sobrepõe-se à função estética dos restantes botes e isto porque surge num contexto empresarial”. Fim de citação.

Apesar da sua reconhecida particularidade, são escassos e estão dispersos os exemplares resistentes.

Haverá seis únicos exemplares representativos, de alguma forma, do tradicional “bote baleeiro micaelense”.

O mais conhecido é o “Santa Joana”, propriedade do Museu Carlos Machado e exposto num centro comercial de Ponta Delgada.

Os demais estarão degradados à guarda impotente de particulares ou associações em Vila do Porto, nas Velas de S. Jorge, na Holanda e na França.

Daqui resultam, e para terminar, duas constatações importantes.

A primeira é que se justifica – e por isso apoiaremos – a proposta socialista de recomendar ao governo que desenvolva os procedimentos necessários à identificação e inventariação dos diferentes processos e técnicas tradicionais de construção dos botes baleeiros e das suas especificidades na história e no património imaterial da baleação dos Açores.

A segunda constatação é que se impõe chegar mais longe e ser mais concreto, aproveitando esta oportunidade para, sem prejuízo do estudo geral do bote baleeiro regional, mais conhecido, aprofundar o conhecimento do bote baleeiro micaelense, menos divulgado.

É certo que, nos termos regimentais, só o partido proponente pode formalizar alterações aos projetos de Resolução que apresenta.

Por isso o PSD sugeriu ao PS uma proposta de aditamento ao objeto resolutivo da sua iniciativa legislativa antes da presente discussão em plenário.

Na opinião do PSD, o estudo regional proposto pelo PS deveria “incluir, designadamente, a construção e registo de um modelo tradicional de ‘bote baleeiro micaelense’, por ser este o de características mais diferenciadoras e o de existência mais escassa”.

Lamentavelmente, o Partido Socialista, embora naturalmente no seu direito, não aceitou a nossa sugestão.

Isso não é caso para alterar o nosso sentido de voto.

Mas é pena que assim se perca a oportunidade de contribuirmos, de forma consistente e conseqüente, para a valorização do património baleeiro micaelense e, portanto, também para a valorização do património baleeiro açoriano.

Disse.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado André Bradford (PS): Também foi baleeiro?

O Orador: Diga, Sr. Deputado? Sr. Deputado André Bradford diga?

Deputado André Bradford (PS): Perguntei se também tinha sido baleeiro!

O Orador: Eu devo dizer, em primeiro lugar, que esta é uma das áreas em que eu penso que a nossa Autonomia tem feito um bom trabalho, os sucessivos governos.

A recuperação do património baleeiro, evidentemente é sempre possível fazer mais, mas eu penso que é possível dar uma nota muito positiva à recuperação do património baleeiro nos Açores.

Como se tem constatado é algo muito importante, do ponto de vista turístico, do ponto de vista da nossa identidade cultural, da identidade cultural dos Açores.

Esta proposta do Grupo Parlamentar do PS, é na minha perspetiva muito bem vinda. Aborda uma vertente que eu penso que não está suficientemente desenvolvida e em que há um trabalho efetivamente a fazer, sendo que em todas as outras áreas, como acabei de dizer, tem vindo a ser desenvolvido um trabalho meritório.

Por isso, este ponto n.º 1 que “a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, recomende ao Governo Regional dos Açores”, que desenvolva os procedimentos necessários à identificação e inventariação dos diferentes processos e técnicas tradicionais de construção dos botes baleeiros e das suas especificidades na história e no património imaterial da baleação dos Açores, acho que é muito positivo e considero, que de maneira nenhuma, esta atividade está concretizada, portanto, é necessário desenvolver esta vertente.

Em relação ao ponto n.º 2 “identificação e inventariação referida no número anterior, deve estar concluída no prazo de 18 meses, a contar da data da publicação”, também me parece uma data exequível.

Nesse sentido, o PPM associa-se a esta iniciativa e votará favoravelmente a iniciativa do Grupo Parlamentar do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tenho inscrito agora o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Tem a palavra.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Partindo do contexto histórico que aqui foi muito bem explicado pela Sra. Deputada Renata Correia Botelho e pelo Sr. Deputado José Andrade, eu devo dizer que isto é uma matéria que me diz muito e para a qual tenho dedicado particular atenção, até porque, tal como o Deputado Cláudio Lopes em

determinada altura quando era Presidente da Câmara Municipal das Lajes do Pico, integrámos a Comissão Regional do Património Baleeiro.

É evidente que a baleação nos Açores teve a ver com aquilo que foi dito, com a baleação americana e com a passagem dos navios baleeiros pelos Açores e a canoa baleeira açoriana desenvolveu-se a partir da canoa baleeira americana e desenvolveu-se em dois sentidos completamente diferentes: a canoa baleeira americana, a tradicional, que andava a bordo dos veleiros americanos, suspensa na borda em tubos e onde eram acionadas por gravidade e, portanto, quando se aproximavam dos cardumes de cachalotes e doutro tipo de baleias, cada uma baleeira americana era uma canoa baleeira mais pequena do que a canoa baleeira normalmente utilizada no Grupo Central e Ocidental dos Açores, era uma canoa baleeira com uma técnica e um tosador muito específico, porque o costado era um costado trincado, isto é, a primeira tábuia era pregada no el frige da quilha, era cravada às cavernas; a segunda tábuia trincava em cima da primeira tábuia fazendo uma espécie de degrau, digamos assim, era aí cravada e assim sucessivamente até à borda, portanto, era assim que era feita a vedação.

Com a introdução da baleação nos Açores, a baleação começou a ser feita a partir de terra.

Uma coisa que se notou é que estas embarcações eram relativamente lentas para chegar aos cardumes a partir de terra, à vela e a remos, porque não havia embarcações monitorizadas que fizessem o reboque, era preciso outro tipo de embarcações, embarcações com mais quilha, como diz o velho marinheiro: “dá-me quilha que eu dou-te milha”.

Portanto, as embarcações tinham que ser maiores, tinham que ter mais área vélica e tinham que ser mais rápidas.

Por isso a canoa baleeira que se desenvolveu no Grupo Central e no Grupo Ocidental dos Açores, é uma canoa baleeira maior que pode atingir os 40 pés, tem menos tosado, tem um pouco mais de boca, tem um costado completamente

liso e em que a junta das tábuas do costado é vedada interiormente por um mata-juntas com cerca de duas polegadas que se prolonga ao longo de todo o comprimento da embarcação e em todas as juntas do costado.

Os micalenses desenvolveram também baleação e aqui há uma questão da qual permita-me o Deputado José Andrade discordar, para mim a baleação não tem centralidade nos Açores. É verdade que a expressão máxima foi no Pico e numa altura em concreto em que nas Lajes do Pico, num ano em concreto arreavam 23 canoas baleeiras em simultâneo. É verdade que atingiu essa dimensão, mas é verdade que existe património baleeiro em todas as ilhas dos Açores, em todas se fez baleação e em todas as ilhas com muita expressão e com muito significado socioeconómico, digamos, para usar uma linguagem mais popular eu diria que matou a fome a muita gente em todas as ilhas dos Açores, foi isso que aconteceu.

Os construtores navais micalenses e porque a construção naval também não é só o que alguns dizem ou querem dizer nos últimos anos, que é só num determinado sítio, em determinado porto e em determinadas pessoas, não é verdade. A construção naval foi muito importante em todas as ilhas dos Açores, em todas sem exceção e os construtores navais micalenses que eram excelentes construtores navais e que ainda hoje existem alguns que são excelentes, eu tive oportunidade de os visitar, desenvolveram uma canoa baleeira com uma técnica completamente nova. Não usaram nem o costado trincado, da canoa baleeira americana, nem o costado longitudinal liso da canoa baleeira do Grupo Central e Ocidental. Focaram-se mais ou menos pelas mesmas características em termos de comprimento de fora a fora e de boca e pelo mesmo tosado da canoa baleeira americana, mas alteraram completamente a técnica construtiva e passaram a usar um costado trincado a 45 graus, ou seja, um costado em que todo o forro é colocado duplamente, uma tábua interior e uma tábua exterior,

em que a tábuia interior (a desfasada), meia tábuia da tábuia exterior, fazendo de mata-juntas e de vedação à tábuia exterior.

Uma das pontas da tábuia é pregada no el frige da quilha, cravada nas cavernas e vai até à borda e depois o mata-juntas é feito pela outra tábuia, ou seja, trata-se de um costado duplo, trata-se de uma embarcação muito robusta, com costado duplo, numa técnica que é única nos Açores.

Portanto, nos Açores existem duas canoas baleeiras completamente distintas: a canoa baleeira que se utiliza no Grupo Central e Ocidental dos Açores e a canoa baleeira que se usa em S. Miguel.

As duas têm igual mérito. Isso é absolutamente indiscutível e as duas são o resultado do mérito e do conhecimento empírico dos nossos construtores navais açorianos e das necessidades que os baleeiros, em cada um dos sítios, em cada momento, sentiram e fizeram chegar junto dos construtores navais que desenvolveram essas técnicas construtivas.

Por isso, este trabalho que é proposto pelo PS e eu considero que é importante que se faça este levantamento, aliás devo dizer que este levantamento está feito, portanto, rapidamente poderá surgir porque este levantamento no seu grosso está feito e de facto esta proposta permite, digamos, perpetuá-lo, passá-lo a documento escrito que o torne público e que o perpetue ao longo dos anos e ao longo das gerações.

Quanto à proposta do PSD e do Sr. Deputado José Andrade (tomei nota): “incluir a construção de um modelo e registo de um bote baleeiro micaelense”, digamos, esta proposta é redundante. Porquê? Porque o Decreto Legislativo Regional considera dois tipos de embarcações:

- considera as embarcações a que o decreto classifica como originais, que são aquelas que efetivamente estiveram na baleação, estiveram na faina da baleação, que desenvolveram a atividade. Essas embarcações são originais e podem ser classificadas como património regional, é o caso da minha canoa

baleeira construída nas Lajes do Pico, em 1939 e classificada como património regional;

- considera as réplicas. As réplicas são as novas construções e as novas construções não podem utilizar um conjunto de identificação baleeira, ou seja, não podem utilizar a letra B, são nos termos do R.I.M. classificadas como embarcações de recreio náutico da classe 5 e também estão previstas nessa regulamentação.

Pode-se construir novas embarcações, obviamente que se pode construir, dentro das regras previstas para a construção de novas embarcações. Isso é perfeitamente possível, não há nenhum problema relativamente a isso.

Mas o que é verdadeiramente relevante e o que é verdadeiramente importante não é construir novas embarcações, é identificar os seis exemplares de que o Sr. Deputado falou, saber exatamente onde é que estão, de quem são e tentar perceber o que é que se pode fazer com essas embarcações, porque são essas que têm verdadeiro valor histórico.

Podemos construir outras, mas não exerceram atividade, não estiveram na baleação, não cheiram a mar, não cheiram a baleia, não são a mesma coisa.

Portanto, essas seis é que eram importantes saber onde é que estão, quem são os proprietários e tentar junto deles promover a sua recuperação, enfim, a sua utilização se possível ou pelo menos a sua colocação em local que possa ser visto.

São efetivamente, repito, as duas canoas baleeiras açorianas, a do Grupo Central e Ocidental e a de S. Miguel e Santa Maria, embora em Santa Maria a determinada altura se utilizassem também canoas provenientes do Grupo Central e até algumas construídas lá e muito bem construídas, a verdade é que são completamente diferentes, as duas merecem igual tratamento, igual preservação e merecem naturalmente toda a nossa atenção.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo de imediato a palavra para a Sra. Deputada Ana Espínola.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Embora se registre a presença de baleeiros ingleses no [século XVIII](#), a caça sistemática nas águas do arquipélago dos Açores só se iniciou na segunda metade do [século XVIII](#) e inícios do [século XIX](#), com a chegada dos navios baleeiros dos Estados Unidos.

Por volta [de 1850](#) constituíram-se as primeiras armações baleeiras nos Açores. Para isto foram fundamentais as embarcações baleeiras importados de New Bedford, pela família Dabney, do [Faial](#).

O Topo, na [ilha de São Jorge](#), foi a primeira localidade onde se armaram canoas. Nas Velas, foi arpoada a primeira baleia em janeiro de [1886](#).

E por volta da [década de 1880](#), constituíram-se armações no Grupo Oriental, a partir da [ilha de São Miguel](#). Nesta ilha existiram quatro companhias baleeiras.

A baleação marcou assim nos Açores uma época em que pelos meios existentes dominava a perícia e a bravura do homem sobre o gigante dos mares.

Esta memória coletiva enraizou-se, perdurou em determinadas áreas geográficas dos Açores, como foi o caso da ilha do Pico, em S. Jorge e no Faial – Ilhas onde terminada a época da caça à baleia substitui-se essa atividade por outra na qual se mantém a proximidade com esse mamífero: a atividade turística de whale-watching.

A importância que a atividade da baleação teve nos Açores e que percorre todas as ilhas resistiu ao passar dos tempos pela memória guardada e pelos sentimentos perpetuados pelas nossas gentes, nomeadamente na ilha do Pico.

A ilha de S. Jorge também deu o seu contributo na atividade baleeira e preservação do património baleeiro, nomeadamente com a manutenção de

lanchas e botes baleeiros. A lancha “Sra. de Fátima”, lancha que pertence ao Clube Naval de S. Jorge é um desses exemplos que, neste momento, se encontra no Pico, mas que aguardamos o seu regresso ao seu local de origem a breve trecho.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Porém, o património baleeiro de S. Jorge não se esgota nesta lancha, como é o caso da Associação Cachalote do Topo, do bote baleeiro “S. José” e do bote baleeiro, com construção típica de S. Miguel, que pertence à Câmara Municipal de Velas, tendo sendo adquirido ao Clube Naval de Velas em S. Jorge.

Portanto reconhecemos a necessidade de fazer a inventariação dos processos e técnicas de construção do bote baleeiro que ocorreram pelo nosso arquipélago até para que se preserve para memória futura todo este património que foi importante e que marcou uma época nos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Não tenho mais nenhuma inscrição.

Sr. Secretário Regional da educação, tem a palavra, se faz favor.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No mar dos Açores, a caça à baleia tem séculos.

No entanto, principiou por iniciativa dos estrangeiros ao ponto de em 1766 o primeiro Capitão General deplorar a dianteira dos ingleses das colónias da América do Norte, numa época em que ele próprio teimava na descoberta de novas atividades para reanimação da economia insular.

Aliás, ainda durante o séc. XIX o porto da Horta assume a função de plataforma logística da baleação norte americana a justificar a instalação e a permanência no Faial da família Dabney, uma dinastia célebre de Cônsules dos Estados Unidos.

De facto, a entrada dos açorianos nas lides da caça à baleia ocorre primeiro como serviçais das baleeiras inglesas e norte americanas que cruzam todos os mares, só depois, num já adiantado séc. XIX, então como exploradores na apanha e na transformação de cetáceos.

Entretanto é na transição para o séc. XX, que a baleação ganha maior importância nos Açores, sobretudo nas ilhas do Grupo Central, fruto do antecedente exemplo dos estrangeiros, fruto também da crise de finais de 800, decorrente da deterioração das vinhas, que gera uma conjuntura de grave privação em ilhas pouco talhadas para a cultura dos cereais.

Assim se explica que o Pico seja o guardião da memória baleeira, historicamente carenciado de trigo e de milho e depois destituído da tradicional valia do vinho, a maldição da terra motivou os picarotos à busca de maior aconchego no mar.

É por isso que à custa da baleação o museu do Pico é um dos quatro museus regionais dotado de três polos, dois deles com referência baleeira, o dito Museu dos Baleeiros nas Lajes e o dito Museu da Indústria Baleeira, em S. Roque.

Todavia, no termo do séc. XIX e nas primeiras seis décadas do séc. XX a prática da caça à baleia sucede de uma ponta à outra do arquipélago, enquanto complemento da agricultura e da criação de gado tradicionais, também como renovada e lucrativa atividade económica de exportação.

Por isso, ponderamos agora a alteração da museografia do Museu dos Baleeiros nas Lajes, para que além da invocação da memória baleeira, não olvide jamais uma referência ao envolvimento arquipelágico.

Aliás, o processo de classificação da chaminé industrial da antiga fábrica das armações baleeiras de S. Miguel, situada na confluência litoral das freguesias de Capelas e S. Vicente Ferreira e a musealização da antiga fábrica da baleia do Boqueirão nas Flores, um projeto da sociedade Ilhas de Valor, diz bem do intento de recuperação das estruturas e dos apetrechos da baleação como património dos Açores todos.

A aprovação do Decreto Legislativo Regional n.º 13/98/A, de 4 de agosto e do Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2000/A, de 7 de setembro, resultou no apoio à inventariação, à recuperação, à preservação e à utilização, agora para fins desportivos, culturais, recreativos e de educação ambiental, do património baleeiro tradicional, muito dele em risco de perda.

Em Portugal, neste capítulo, a tarefa até hoje por nós realizada corresponde a um dos mais emblemáticos processos de reabilitação de património das últimas décadas, em muito devido ao entusiasmo das próprias populações enquadradas pelas respetivas autarquias, mas muitas das vezes espontaneamente organizadas em simples associações de cidadãos.

Com tudo isto, aconteceu entre nós, o renascimento do culto do mar e nós somos essencialmente o mar.

Nos últimos anos, em 2011, 2012 e com revisão em 2014, o Observatório do Mar dos Açores procedeu ao inventário do património baleeiro imóvel dos Açores, que assinala as existências e o seu estado de conservação em todas as ilhas.

A publicação em suporte físico e digital de um tal inventário, contribuirá para a divulgação das peças e para a sensibilização das gentes.

Agora, esse inventário serve de sustentáculo à definição de uma estratégia de salvaguarda geral para todo o arquipélago, individualizada para cada uma das nossas ilhas.

Muito recentemente a aprovação pelo Conselho de Ilha de S. Miguel, do Relatório da Baleação Micaelense, apresentado pela secção do bote baleeiro do Clube Naval de Vila Franca do Campo, cruza-se com esta iniciativa, melhor Proposta de Resolução do Partido Socialista, tendente à identificação no prazo de dezoito meses dos diferentes processos e técnicas de construção dos botes da baleia, relevando todas as suas especificidades tecnológicas e históricas.

Este projeto deriva do reconhecimento da singularidade do bote baleeiro micaelense que tem apenas uma unidade no ativo e que constitui em parte uma derivação da baleeira norte americana, como aqui foi dito, sem a introdução de outras características que ocorrem nas demais ilhas dos Açores.

É mais um contributo para o estudo da baleação nos Açores, é mais uma prova das afinidades atlânticas de toda a nossa história.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Pergunto aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas se tem mais alguém interessado em participar no debate.

Não havendo vamos proceder à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sra. Secretária, faça o favor de dar o resultado da votação.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Pede a palavra para uma declaração de voto?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não. Para uma interpelação.

Para pedir um intervalo de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Às 16 horas e 30 minutos, começamos os nossos trabalhos.

Eram 16 horas.

Presidente: Mais uma vez boa tarde aos Srs. Deputados, às Sras. Deputadas, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vamos dar seguimento aos nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 31 minutos.

Vamos para o ponto da Agenda que se segue que é o ponto n.º 11: **Projeto de Resolução n.º 95/X – “Ampliação da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PPM.

O debate e a votação segue no disposto do art.º 114.º e seguintes do nosso Regimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão para apresentar o Projeto de Resolução.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados e Membros do Governo:

O Projeto de Resolução que o PPM apresenta hoje neste glorioso Parlamento tem a ver, nesta Casa da Autonomia ...

(Risos)

... tem a ver com a ampliação da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira.

A raiz do problema é fácil de explicar.

No início da Legislatura anterior, o PPM apresentou aqui uma proposta, no sentido de ser criado o ensino secundário regular também na ilha do Corvo,

tendo em conta a alteração da legislação e a escolaridade obrigatória até aos 18 anos.

Como se sabe o Partido Socialista chumbou essa iniciativa.

Mais tarde, o atual Presidente do Governo Regional, na altura ainda candidato a Presidente do Governo Regional, garantiu a criação do ensino secundário na Ilha do Corvo. Garantiu e cumpriu.

A partir daí, criando o ensino secundário com duas áreas de opção que são oferecidas todos os anos aos alunos, foram criadas mais seis turmas: vamos ter duas no 10.º, 11.º e mais duas no 12.º, assim sucessivamente.

Portanto, estas seis turmas são uma realidade, a partir de agora, que vai estabilizar na Ilha do Corvo, naquela escola. Vamos ter mais seis turmas além daquelas que já tínhamos no ensino básico (duas turmas no 1.º ciclo e depois uma turma no 5.º, 6.º, 7.º, 8.º e 9.º).

Portanto, aqui a questão é: um edifício que estava preparado apenas para o ensino básico, passou a ter que responder a uma necessidade acrescida de mais seis turmas.

Colocada a questão assim, podem dizer-me os senhores: “Bom mas o PPM pensou na possibilidade de ser possível uma outra solução que não passe pela ampliação?”. É evidente que sim.

Ao contrário do que o Sr. Secretário Regional da Educação e da Cultura quis transparecer num frase infeliz, quando disse que ele respeitava o dinheiro dos contribuintes (como se nós, os parlamentares, não respeitássemos) eu só fiz o seguinte, só fiz aquele que é o meu papel institucional, aquele que é o meu papel de consciência, que é apresentar neste Plenário, aquelas que são as necessidades das populações. É este o nosso papel, é o nosso papel de representar as pessoas e de trazer aqui aquelas que são as suas aspirações legítimas de progresso, de bem-estar, de oferecer as condições materiais que são essenciais. O que nós fizemos foi apresentar, neste Parlamento, uma pretensão

que nos parece que é uma pretensão de em nada pedir luxos extraordinários para a ilha ou para a escola. Não. Apenas que sejam concedidos àqueles alunos espaços de aula diferenciados e dignos para os alunos da Ilha do Corvo. Tão somente isto! Nada de luxos, nada de extraordinário.

Portanto, o que nós aqui fizemos foi apresentar este Projeto.

Há outras soluções, uma vez que as turmas são de muita pequena dimensão.

Sim. É um facto, mas quem construiu a escola também pensou nisso, também pensou que dadas as características demográficas da ilha, os espaços das salas de aula, deveriam ser espaços da sala de aula específicos.

Em tenho aqui algumas fotografias das salas de aula da escola da Ilha do Corvo, da escola Mouzinho da Silveira. Isto mostra-nos que estes espaços já estão pensados, já foram elaborados, tendo em conta a pequena dimensão das turmas da Ilha da Corvo, as turmas da escola Mouzinho da Silveira.

Portanto, esta aqui tem para quatro alunos e como veem está completamente lotada, é um espaço muito pequeno.

Tem outro que está a ser utilizado, por exemplo, para aulas de apoio, também, que era a anterior sala de diretores de turma que está completamente lotada.

Não é possível subdividir estes espaços.

É evidente que quando o Sr. Secretário teve esta tirada dos contribuintes, respeitar o dinheiro dos contribuintes, como se nós estivéssemos a pedir a construção de estádios de futebol, como tantas vezes aconteceu neste País ou a construção de infra estruturas megalómanas, como se estivéssemos a pedir uma coisa deste tipo, quando estamos a pedir apenas espaços de salas de aula dignos para os nossos alunos da Ilha do Corvo, muitas disseram no facebook e nas redes sociais: “Tem toda a razão! Aquela população ... transporte-se toda a gente para S. Miguel e transforme-se a Ilha do Corvo numa reserva natural”.

Portanto, a este tipo de tiradas, a este tipo de frases de um responsável político, tem que se ter consciência de que há sempre espaço para que se crie demagogia,

para o populismo, para gente que considera que uma despesa numa ilha de pequena dimensão é sempre uma despesa supérflua, é sempre mal gastar o dinheiro dos contribuintes.

É necessário ter respeito e é necessário ter cuidado quando se fazem afirmações deste tipo.

Eu devo dizer que por isso, como é evidente, numa escola que atualmente, deixem-me dizer-vos, não tem um espaço de trabalho para os professores, os professores trabalham no seu espaço de convívio, não há nenhum espaço específico para os professores trabalharem na escola. Não há!

Num espaço em que a biblioteca é utilizada parcialmente para dar aulas também e que está ocupada quando deveria estar disponível para outras atividades a desenvolver pelos alunos.

Num espaço, numa escola, que não tem refeitório.

Deputado Francisco César (PS): As crianças estão muito longe de casa!

O Orador: Passa-se este ridículo tremendo de alunos que são selecionados pelos programas que estão em vigor para lhes serem oferecidas refeições durante a Páscoa e o Natal e entretanto não têm um espaço e um refeitório durante o resto do ano.

Um espaço de recreio que só há um único espaço interior para que os alunos possam aí permanecer quando chove, quando está mau tempo. Só tem esse espaço que é um espaço essencial porque as crianças não podem apanhar chuva, não podem ir para condições atmosféricas terríveis, portanto é necessário preservar esse espaço também interior de recreio.

Portanto, há neste momento uma escola com diversos problemas e problemas que vão aumentar gradualmente, todos os anos, porque o número de turmas vai aumentar também.

A nossa proposta é muito simples: é que se ampliem e se construam os espaços necessários para que a escola possa funcionar com toda a normalidade.

Poderão alguns aqui dizer-me que não conhecem aquele espaço que eu conheço porque fui lá professor durante oito anos: “bom, mas é possível com certeza utilizar outras salas”.

É evidente que existem um conjunto de constrangimentos que têm a ver não só com a dimensão das salas de aula, como já tive oportunidade de vos mostrar, mas também coexistirem outras salas de aula. Por exemplo, as salas do 1.º ciclo não podem ser utilizadas pelos alunos doutras turmas. Porquê? Porque não cabem nas cadeiras, são mais pequenas, são salas específicas com equipamento específico para esse efeito, por isso é que esse espaço não é disponibilizado obviamente para outras turmas.

Portanto, estamos aqui perante uma proposta muito pequenina, nada de extremamente luxuoso.

Eu só quero, os corvinos só querem, os nossos alunos merecem e é de justiça que se faça, uma ampliação e a criação de condições para que os nossos alunos possam ter o sucesso educativo que merecem, tenham as condições que merecem, para que aquela ilha aposte fortemente no ensino como forma de preservar a nossa população na Ilha do Corvo e que se aposte em combater, aquele que foi durante muito tempo um problema e que graças à Autonomia nós estamos a conseguir vencer, que era o despovoamento relativo da ilha. Invertemos isso, apostando na educação.

A minha proposta é que se continue a apostar na educação. A minha proposta é que se dignifiquem todos os alunos, de todas as ilhas, todos os açorianos independentemente do tamanho da ilha, independentemente do tamanho da turma, mas com espaços dignos.

Esse era o caminho que estava a ser trilhado e espero que venha a ser esse o caminho que venha a ser conformado hoje neste Parlamento.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Iasalde Nunes, do Grupo Parlamentar do PS.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No passado dia 27 de novembro, em sede de Plano e Orçamento foi aprovada por esta câmara, uma proposta de alteração criando a ação 5.1.19 com a designação - Pintura, conservação e reordenamento de espaços da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira.

Esta proposta, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pela minha pessoa, e aprovada por unanimidade por todos os partidos com assento nesta Casa, teve como justificação que a Escola Básica e Secundária necessitava, com alguma urgência, de uma pintura e conservação do edifício, e que para além disso era necessário um reordenamento dos espaços, a fim de colmatar a falta de salas que esta infraestrutura apresentava.

Nesta justificação dada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Sr. Deputado Paulo Estevão agora proponente deste diploma, interveio e entre outras declarações disse o seguinte, e passo a citar: “Até setembro espero por uma solução adequada e digna para os alunos do Corvo”. Fim de citação.

No passado mês de fevereiro deslocou-se um técnico à Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira para efetuar o levantamento das necessidades existentes na escola, a fim de se arranjar as soluções mais adequadas a fim de colmatarem estas lacunas.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista confia profundamente no Governo Regional e acredita que o mesmo encontrará a melhor solução a adotar na reorganização das salas de aula, fazendo com que a escola funcione na sua plenitude, com a dignidade e qualidade que tanto os professores, como os funcionários, e principalmente os alunos merecem.

E isso leva-nos ao projeto de resolução que aqui estamos a discutir. O que propõe a Representação Parlamentar do PPM é a ampliação da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira.

Convenhamos, e acho que nisso todos concordamos, que se pode requalificar, reorganizar, reordenar e aproveitar espaços existentes nas escolas, para a sua melhoria.

Neste momento a Secretaria da Educação e Cultura está a trabalhar neste sentido, procurando a melhor solução para este problema. O Sr. Secretário já se comprometeu que esta solução será implementada até ao início do próximo ano letivo, altura em que em princípio haverá um aumento do número de turmas.

Convenhamos, e conhecendo as condições climatéricas da Ilha do Corvo, faz todo o sentido que estas obras que deverão ser feitas em simultâneo por uma questão de redução de custos, e principalmente no que diz respeito à pintura, deverão ser efetuadas no verão, e se possível nas férias escolares, para não interferirem com o normal funcionamento desta escola.

Assim sendo, quero afirmar, que uma vez que foi aprovada nesta Casa por unanimidade uma proposta de alteração com a finalidade de resolver o problema do número de salas na Escola Mouzinho da Silveira, este Projeto de Resolução está prejudicado, pelo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará contra o mesmo.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tenho aqui inscrições e o próximo a dar a palavra é ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

Faça favor.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Penso que todos estaremos de acordo que o espaço escolar e os equipamentos escolares não sendo determinantes, são muito importantes para um percurso escolar com sucesso.

A pretensão que é objeto desta Resolução tem exatamente a ver com esta questão, dotar a Escola Mouzinho da Silveira com as condições que deve ter para que o percurso educativo dos alunos do Corvo possa ser feito com normalidade e que tenham instalações e equipamentos condignos.

Entretanto há aqui uma questão que tem a ver com o seguinte: o PS e o Governo Regional identificaram a necessidade da pintura, da conservação do edifício e a necessidade de reorganizar os espaços, o que significará que há necessidade de espaços, isto é, que os espaços existentes precisam de ser reorganizados, o que pode significar a diminuição entretanto do próprio espaço, ou de alguns espaços, mas quando reconhece a necessidade de reorganização dos espaços está implicitamente a reconhecer que há necessidade de mais espaços para a atividade letiva.

Parece-me que isto também é claro.

A solução do PS é diferente da solução que o PPM vem aqui sujeitar a apresentação desta câmara, a Representação Parlamentar do PPM, por isso é que não está de maneira nenhuma prejudicada esta iniciativa porque aquilo que apresenta o PPM, é efetivamente uma proposta de solução diferente.

Tanto quanto acompanhei, na medida do possível, aquilo que tem sido dito sobre esta questão pôs-se também aqui a questão da escassez dos recursos públicos, dos recursos financeiros públicos, o que é sempre uma questão que temos de considerar quando estabelecemos prioridades, e estamos perfeitamente de acordo.

Também, e tanto quanto acompanhei em determinada altura, o Deputado Paulo Estêvão, disponibilizou-se para doar à Região os meios, para caso fosse necessário, se proceder à ampliação daquele espaço.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, está a travar a lei travão do Deputado Paulo Estêvão.

O Orador: Não. Eu apenas quero fazer uma pergunta ao Deputado Paulo Estêvão, por vários motivos, desde logo pelo seguinte: eu não tenho dúvidas, até porque o próprio PS e o Governo reconhecem que há necessidade de reorganizar o espaço, logo é porque os espaços não são suficientes e é preciso reorganizá-los para torna-los suficientes, o que quer dizer no fundo e por outras palavras, que é preciso mais salas de aula.

Se o PS, se o Governo Regional dissesse assim: é possível com aquele espaço, mas com outra organização de funcionamento daquela escola, daquela unidade orgânica, potenciar a capacidade instalada mas com outra organização, aí era diferente. Mas não. O Governo reconhece que é necessário reorganizar e isto só significa uma coisa: é que os espaços atualmente existentes são insuficientes.

Mas eu queria perguntar a V^a. Ex^a., Sr. Deputado, porque a determinada altura parece-me que ficou claro para todos nós que V. Ex^a. estava disponível para, caso houvesse necessidade devido à escassez de recursos, de doar os meios necessários para ampliação da obra, se mantem essa disponibilidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra de imediato à Sra. Deputada Judite Parreira.

(*) **Deputada Judite Parreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muitas foram as vezes em que o PSD já se manifestou contra a construção de megas escolas e contra todas as mega construções que se verifiquem sobredimensionadas em relação ao fim a que se destinam, numa lógica de respeito pela boa gestão dos dinheiros públicos.

No que às escolas diz respeito, fazemo-lo ainda por privilegiarmos as escolas de proximidade em detrimento de grandes escolas que congregam alunos,

retirando-os às suas freguesias, contribuindo para o envelhecimento e a morte das mesmas com custos económicos e sociais enormes.

Não obstante este ser o nosso princípio reconhecemos que escolas há que, por via da sua idade, necessitam de sofrer intervenções, quer de melhoramento, quer de ampliação.

É este o caso concreto da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira que conta com quase duas décadas e que tendo sido concebida antes do alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos, revela-se agora manifestamente insuficiente e necessita de obras, não apenas de pintura Sr. Deputado Iasalde Nunes, não apenas de pintura e de reorganização. O que a Escola Mouzinho da Silveira necessita mesmo neste momento é de obras de ampliação.

Muito embora o número de alunos não tenha crescido significativamente, o alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos e a oferta do ensino secundário regular à Ilha do Corvo, que diga-se, foi meritória tendo em conta que respeitou a equidade dos alunos do Corvo, não permitindo que eles tivessem que sair da sua ilha para completar a escolaridade obrigatória, mas criou outros constrangimentos, nomeadamente o aumento do número de turmas e é justamente esse aumento do número de turmas que não está adequado ao número das salas existentes, porque a escola não foi concebida para funcionar até ao 12.º ano, obrigando a que espaços como a biblioteca e sala de diretores de turma sejam utilizadas como salas de aula.

Ora, eu pergunto-lhe Sr. Secretário da Educação e Cultura, quantas escolas temos nos Açores em que professores e alunos tenham estas condições de trabalho?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Infelizmente há outras!

A Oradora: Eu penso que o Sr. Secretário escusa de perder tempo a responder-me porque eu tenho a certeza de qual vai ser a sua resposta. Nenhuma escola, nenhuma outra escola nos Açores tem estas condições, dir-me-á V. Ex^a, ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... e acrescentará que isso acontece graças ao esforço feito pelo Governo Socialista, graças à boa governação, isso não acontece.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

A Oradora: Tenho a certeza que dirá ainda mais, Sr. Secretário: o senhor não resistirá a dizer que isso não acontece nos Açores, ao contrário do que acontece na República em que o Governo ainda não conseguiu dar resposta a todos os alunos e criar boas condições em todas as escolas.

Deputados João Bruto da Costa e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

A Oradora: Tenho a certeza que a sua resposta será essa.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

A Oradora: Portanto, Sr. Secretário, os alunos e os professores da Ilha do Corvo, merecem-nos o mesmo respeito e as mesmas condições de dignidade e equidade que os alunos e os professores de qualquer outra escola, de qualquer outra ilha da Região Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: É por isso que o PSD vai votar favoravelmente a iniciativa do PPM e apelar ao Governo Regional e ao PS que o suporta, que não espere pelo ensino secundário estar a funcionar em pleno na Escola Mouzinho da Silveira, porque nesse momento poderá ser tarde já e não haver mesmo espaços para todas as turmas terem aulas e que no esforço de uma boa governação assegurem a ampliação e a requalificação da escola, por forma a assegurar condições de trabalho e conforto a professores e alunos e propiciar o sucesso escolar.

Disse.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tenho inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu devo dizer, Sr. Deputado, que não sou melhor do que ninguém. Eu devo muito mais à população do Corvo do que aquilo que eu posso dar.

Deputado António Parreira (PS): Isso a gente já sabe!

O Orador: E não sou melhor cidadão, também me considero um cidadão imperfeito.

Mas devo dizer o seguinte: tenho convicções e tenho projetos.

Eu assumi a minha palavra, tal como fiz no museu, e cumpri.

Também se for necessário, se as intervenções que vierem a ser realizadas significarem o fim de espaços de recreio interior para os alunos, que ficam sem espaços de recreio, ou se vierem a significar uma diminuição da qualidade e a não criação de condições dignas para os alunos da Ilha do Corvo, eu assumo o compromisso de pagar as salas de aula do meu bolso e farei a doação até setembro.

Digo já o que é que vou fazer: tenho uma casa em Évora, quase totalmente paga, que irei vender e irei dar essa doação ao Governo Regional para que esta obra se faça. Esta é a minha palavra, eu vou fazê-lo.

Deputado André Bradford (PS): O senhor está brincando!

O Orador: Dou a minha palavra de honra que o vou fazer porque aquela população e aqueles alunos merecem-no.

Deputado André Bradford (PS): Isso não tem cabimento!

O Orador: Não faço por ser melhor do que ninguém ou por ser muito rico. Faço-o por convicções. Faço-o porque nunca desisto de um projeto. Faço-o porque não desisti do museu. Faço-o porque não desisto de uma escola digna para os alunos do Corvo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Se fosse a si não vendia a casa. Emprestava para aquelas romarias que costumam ir lá ao fim de semana!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. Secretária e Srs. Secretários:

Esta proposta que o PPM aqui traz, é aliás uma reivindicação já com algum tempo e parece-me que quando se chega a esse ponto de se perguntar a um Deputado se o Governo não fizer, se irá substituir ao Governo, Sr. Deputado Aníbal Pires, eu acho que não é preciso mais explicação nenhuma. Eu por mim não tenho nenhuma dúvida, conhecendo o Sr. Deputado Paulo Estêvão como conheço, talvez menos ou talvez não tão bem como o senhor o conhece, mas já deu exemplos relativamente ao museu de ceder o imóvel à Região.

Não tenho dúvidas que fará o mesmo em relação a esta sala para as aulas.

Agora, isto é absolutamente degradante que um Deputado tenha que vir aqui e dizer: se o Governo não fizer, eu vou fazer.

Ora bem, a questão a analisar é esta (eu ainda não fui completamente esclarecido): pelas fotografias que vejo, eu não conheço a escola, parece-me absolutamente necessário que aquelas crianças do Corvo, são quatro, são cinco, são dez ... É o Corvo. São as que são, têm que ter as mesmas condições que as outras todas.

Se se andou aqui a investir em megas...

Peço desculpa, enganei-me agora.

Se se andou a esbanjar em mega escolas, vou repetir, a esbanjar dinheiros públicos em autênticos monumentos faraónicos que servem para tudo, menos para dar aulas, há talvez aí (de uma escolinha qualquer, desses muitos monumentos que os senhores andaram a fazer, desses monumentos ao betão e ao alumínio) uma janela de alumínio de uma escola aí de um sítio qualquer,

daquelas janelas que custaram milhões de euros em alumínios, talvez desse uma janelinha destas, para fazer a sala de aula aos miúdos do Corvo. Têm tanto direito como estes que têm os alumínios de milhões ou como têm os mármore de milhões, também noutra escola.

Portanto, não vejo por que é que o Governo entende que não é necessário dar as mesmas condições pedagógicas e se dividindo ...

Bom, também podem fazer com um biombo de manhã: de manhã percorrem o biombo, à noite fecham o biombo e a sala torna-se multifuncional.

Parece-me que é absolutamente necessário dar todas as condições de igualdade de ensino aos alunos dos Açores, quer vivam no Corvo, quer vivam em Ponta Delgada, em Angra, na Graciosa, onde quer que seja.

Não percebo qual é a dificuldade do Governo. Pelos vistos, são umas dezenas de milhares de euros, poucas dezenas de milhares de euros. Eu não vou entrar aqui noutros gastos sumptuosos que se tenham feito, nomeadamente em publicidade, também já se fizeram, portanto não vou aqui chamar mais nenhum gasto sumptuoso, porque senão continuava aqui a falar a tarde toda.

Agora, é de facto lamentável quando não se tem duas, três, ou quatro dezenas de milhares de euros para dar condições pedagógicas aos alunos do Corvo.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Iasalde Nunes.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, o senhor conhece-me há anos e sabe que não sou pessoa de me exaltar, gritar ou de falar alto, até porque sou apologista de que não é por falarmos mais alto que os outros que nos dá ou nos tira a razão.

Deputados Francisco César e André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Daí, farei esta minha segunda intervenção com a serenidade e calma com que sou conhecido.

Em relação àquilo que a Sra. Deputada Judite Parreira disse, eu só quero clarificar que o PS reconhece o problema das salas de aula e basta ver a designação e justificação da proposta de alteração, votada também favoravelmente pelo PSD, em que não fala só da pintura da escola.

A Sra. Deputada pode consultar o Diário das Sessões e vai ver a justificação que o Grupo Parlamentar do PS deu.

Como disse foi aprovada uma proposta de alteração nesta Casa, por unanimidade, e sublinho, por unanimidade, com o objetivo de resolver este problema.

Aquilo que nos compete como Deputados é aguardar que a mesma seja implementada pelo Governo Regional, principalmente quando a mesma foi aprovada por todos nós.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão conhece a escola muito bem, e eu sei que é verdade uma vez que lecionou e até foi Presidente do Conselho Executivo da mesma, durante vários anos, mas também não pode pôr em causa o trabalho e o profissionalismo dos técnicos qualificados da Secretaria da Educação, que dizem que é possível resolver este problema sem uma suposta ampliação.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: O que sugiro é que o Sr. Deputado aguarde e dê pelo menos o benefício da dúvida.

Se então esta solução não resolver este problema, o Sr. Deputado tem sempre ao seu dispor figuras regimentais disponíveis para voltar com esta questão a esta Casa.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Agora, o Sr. Deputado não está à espera que se aprove uma Resolução, quando em sede de Plano e Orçamento se aprovou uma proposta de alteração com o mesmo objetivo.

Como já disse o Grupo Parlamentar do PS está convicto e acredita que a Secretaria da Educação encontrará a solução adequada sem pôr em causa a qualidade do ensino nessa escola.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

De imediato dou a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deduzo, julgo que legitimamente, pelas palavras do Deputado Iasalde Nunes que aquilo que foi aprovado significa (e pedindo ao Paulo Estêvão para aguardar pela resolução do problema) que a escola Mouzinho da Silveira vai ser ampliada.

Deputada Catarina Moniz Furtado e Deputado Francisco César (PS): Requalificada!

O Orador: Bom, então vamos lá ver se nos entendemos.

Está a ser solicitado ao Deputado Paulo Estêvão que aguarde pela concretização de uma medida que foi aqui aprovada por unanimidade e que resolve o problema.

Bem, mas o problema que nós estamos aqui a discutir é a ampliação da escola.

Eu, legitimamente, deduzo e concludo que ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O senhor não estava cá?

Deputado André Bradford (PS): O problema é a falta de alunos, não é a falta de espaço!

O Orador: ... é da ampliação da escola que estamos a falar.

Eu gostaria que o Deputado Iasalde Nunes pudesse clarificar isto, porque aquilo que foi dito na sua primeira intervenção foi outra coisa: pintura, conservação e reorganização do espaço escolar.

Deputado André Bradford (PS): É exatamente isso! Não precisa perguntar!

O Orador: Portanto, há aqui algumas incongruências entre a primeira intervenção do Deputado Iasalde Nunes e a segunda intervenção.

Era bom que isto ficasse clarificado.

Assim como há uma outra questão: significa, Sr. Deputado Iasalde Nunes, ou não que reorganização do espaço escolar implica o reconhecimento de que são necessários mais espaços para a atividade letiva?

Significa isso ou não?

É que se significa isso a proposta do Deputado Paulo Estêvão faz todo o sentido.

Há um reconhecimento do PS, do Grupo Parlamentar, há o reconhecimento do Governo Regional de que são necessários mais espaços, logo faz todo o sentido.

O Deputado Iasalde Nunes diz-nos que esperemos que o Governo vai fazer.

Fazer o quê? Ampliar a escola?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Bem, está aqui a faltar a intervenção do Sr. Secretário da Educação e Cultura que tem esta tutela.

Deputado André Bradford (PS): Há de ser quando ele quiser!

O Orador: É ele que tem esses dados e é necessário que faça os esclarecimentos que são devidos.

Eu devo dizer ao Sr. Deputado Iasalde Nunes que a proposta do PS foi apresentada depois da proposta ter sido apresentada por parte do PPM, que foi em 7 de outubro.

Fomos nós que sinalizámos esta situação.

A primeira intervenção por parte do Governo Regional, é: tem muito respeito pelo dinheiro dos contribuintes.

Portanto, era uma declaração que imediatamente transmitia, transmitiu a mim e à população da Ilha do Corvo, uma resposta negativa a essa necessidade que nós estávamos a sinalizar.

A seguir o Sr. Deputado Iasalde Nunes apresentou esta iniciativa, com meio termo, tentando de alguma forma, reconhecendo ele próprio que esta necessidade existe. Eu sei que ele sabe que esta necessidade existe porque todos lhe disseram isso (os professores, os alunos, os pais), todos sabem que há necessidade de salas de aula.

Obviamente como Deputado da Ilha do Corvo não podia vir aqui (e o Grupo Parlamentar do PS disse-lhe isso e tomou essa decisão nesse sentido) dizer que não existia essa necessidade.

O que o Deputado fez foi apresentar esta proposta.

Agora, meus senhores, eu fui presidente daquela instituição oito anos. Eu conheço os espaços, como poucos, e a disponibilidade do espaço, como poucos. Tenho esse conhecimento, não terei muitos outros, mas este tenho.

Eu sei que a solução passa pela ampliação, não pela redução dos espaços. Os espaços atuais já são, como acabei de demonstrar, espaços muito pequenos, espaços muito pequenos.

Aqui é necessário ao mesmo tempo preservar também um espaço de lazer dos alunos e é necessário criar novos espaços para o trabalho dos professores, que não existem.

Querem acreditar nisto? Há uma escola nesta Região que não tem um espaço de trabalho, uma sala de trabalho, uma única, uma única sala de trabalho para os professores.

E temos uma escola em que a biblioteca que devia estar a ser utilizada para a leitura e para os trabalhos dos alunos, está a ser utilizada para aulas. Esta é a verdade!

Estamos confrontados com uma situação que não é admissível.

Eu apresentei, antes do PS apresentar ou qualquer outra força política, esta solução e apresentei estas questões.

Agora, o que é essencial é que eu tendo esse conhecimento específico, tendo tido essa responsabilidade, tenho que dizer aqui aquela que é a opinião do partido, aliás, com uma resposta e com um parecer muito claro, por exemplo, da Assembleia de Escola. Com uma resposta muito clara da Assembleia de Escola, também, dos diversos professores, pais encarregados de educação que realmente também reconhecem essa necessidade de ampliação da escola, que deu um parecer positivo. Eles conhecem tão bem como eu.

Portanto, neste momento nós temos o conhecimento específico do espaço, das potencialidades do espaço e a solução adequada que garante a dignidade dos nossos alunos e que cria espaços tão bons, por exemplo, como temos aqui na Ilha do Faial, nesta escola que agora foi construída que é maravilhosa. E ainda bem! Ainda bem que foi construída, esta escola básica que tem espaços extraordinários.

Bom, eu também quero que a Ilha do Corvo tenha espaços dignos para os nossos alunos e eu sei que isso passa pela ampliação da escola. É tão simples como isto.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Oh Luís, ouviste o que ele disse?

Deputado André Bradford (PS): Qual é?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra ao Sr. Deputado Iasalde Nunes.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É claro que o PS reconhece a falta das salas de aulas ...

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, PPM e PCP: Ah!...

O Orador: ... daí a proposta de alteração ao Plano e Orçamento em novembro passado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mas é para ampliar ou não?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Logo se há falta de salas...

O Orador: O que diz a proposta de alteração da ação 5.1.19, e aproveito e respondo também ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Diga lá, acha que essas salas se podem subdividir?

O Orador: ... Sr. Deputado Aníbal, àquilo que ele questionou, o que diz esta ação é o seguinte: “pintura, conservação e reordenamento de espaços da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira”.

Na justificação dada pelo Grupo Parlamentar, e podem ir ao Diário das Sessões, diz o seguinte: “que a Escola Secundária necessitava com alguma urgência de uma pintura e conservação do edifício e que para além disso era necessário um reordenamento dos espaços, a fim de colmatar a falta de salas que esta infraestrutura apresentava”.

Está aqui a justificação.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação, que tem de imediato a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Escola Mouzinho da Silveira carece de obras de manutenção, aliás das escolas já visitadas, externamente, é a que apresenta maior desgaste.

A Escola Mouzinho da Silveira carece de espaços letivos para garantia do seu funcionamento em pleno, dado que no próximo ano letivo poderá abarcar, desde o 1.º ano, do 1.º ciclo básico, até ao 12.º ano do secundário.

Aliás, as obras de manutenção foram requeridas pelo Conselho de Ilha, em setembro de 2014, aliás o acréscimo de espaços letivos foi requerido pela Presidente do Conselho Executivo em agosto de 2014, numa missiva a que acessoriamente se fazia alusão à necessidade de uma ampliação da escola.

Se entre a urgência da manutenção e da disponibilização de espaços na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira, esta Assembleia Legislativa Regional dos Açores, no âmbito da aprovação do Plano e do Orçamento para 2015, decidiu-se pela abertura de uma ação destinada a uma tal finalidade.

As obras indispensáveis serão executadas em 2015, antes da abertura do novo ano letivo, isto na sequência de uma visita recente realizada à escola por um técnico da Direção Regional da Educação que agora procede à preparação do projeto, um projeto que prevê a criação de novas salas, através da compartimentação de espaços, dada a pequena dimensão das turmas, a maior de todas com oito alunos, a mais pequena com apenas um aluno.

Um projeto que prevê a preservação de todas as valências do edifício incluindo um recreio coberto indispensável pelo menos no inverno.

Após a intervenção os estudantes do Corvo continuarão a beneficiar das condições de trabalho indispensáveis à obtenção do almejado sucesso escolar.

Porém, na Escola Mouzinho da Silveira, no futuro, como no passado e à semelhança do que sucede na generalidade das escolas, o número de salas é

menor, o número de turmas é maior, impondo-se naturalmente a rotação dos espaços.

Na Escola Mouzinho da Silveira uma eventual ampliação só é passível de consideração após o funcionamento em pleno do secundário, até ao 12.º ano.

Todavia, em 2013/2014, tivemos dois alunos no 10.º ano; agora em 2014/2015 temos um aluno no 11.º ano e por conseguinte no próximo ano letivo teremos, oxalá, um aluno no 12.º ano, mas há a possibilidade inclusivamente de poder não haver 12.º ano.

Além disso a previsão do número total e futuro de alunos, joga contra um projeto de ampliação porque em 2015/2016 serão 45; em 2016/17, 47 e em 2017/18, 46.

Em nenhuma parte do mundo se procede à ampliação de um edifício escolar antes da exploração e da experimentação de todas as suas potencialidades; em nenhuma parte do mundo se procede à ampliação de um edifício escolar, dado o acréscimo hipotético de mais um ano letivo, com um único inscrito.

Neste processo o meu percurso fala por mim, já que a acusação de centralista, insensível às carências das periferias, não condiz com a postura diametralmente oposta de um passado ainda recente.

De resto, a busca das melhores soluções técnicas é indissociável da adoção dos melhores procedimentos económico-financeiros, porque a primeira missão de um político, sobretudo de um governante, é ser necessariamente provedor de todos os contribuintes.

Em suma, a intervenção na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira, vai contemplar a pintura do edifício dada a degradação da pintura atual, dada também a necessidade da prevenção de infiltrações e outras patologias decorrentes, hoje ainda inexistentes ou quase inexistentes.

Em suma, a intervenção na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira, vai contemplar a criação de mais espaços letivos para albergar mais à vontade as turmas que vierem a constituir-se até ao pleno funcionamento do secundário. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os argumentos que o Sr. Secretário Regional da Educação apresentou aqui, são os mesmos que apresentou na reunião da Comissão.

Na altura tive oportunidade de rebater esses argumentos com estes que lhe vou dizer.

(Aparte inaudível do deputado André Bradford)

O Orador: Oh Sr. Deputado André Bradford, respeite as intervenções dos outros Deputados.

Deputado André Bradford (PS): Fiz um aparte! Não posso fazer um aparte?

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Não pode fazer apartes?

O Orador: Devo dizer o seguinte: este ano o 9.º ano, tem 8 alunos; o 8.º ano, tem 4 alunos e o 7.º ano, tem 7 alunos.

Obviamente estes alunos vão transitar, vão transitar para o ensino secundário.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Espera!

O Orador: E o que todos desejamos é que transitem. É o que todos desejamos, ou haverá aqui alguém, para não ter problemas de ter mais turmas, que deseja que os alunos do Corvo não transitem?

Às vezes parece existir essa secreta esperança, ouvindo alguns apartes.

Agora, o que eu devo dizer, é que seguindo o percurso normal nós vamos ter alunos no 10.º, 11.º, 12.º. É evidente que isto é uma situação criada e nós vamos ter, em cada ano, no 12.º, no 11.º e no 10.º, como o Governo criou, e muito bem, a opção de poderem escolher pelo menos duas áreas, nós vamos ter no ensino secundário duas turmas no 10.º, duas turmas no 11.º e duas turmas no 12.º. Esta vai ser a situação normal! Esta é a situação normal com que a escola se vai confrontar nos próximos anos.

Portanto, temos uma ampliação do número de turmas, dizem-me: “Bom, mas o número de alunos talvez não aumente muito significativamente!”. Eu tenho outra perspetiva, mas é evidente que o aumento não será muito significativo, a demografia da ilha é o que é, tem estado em recuperação graças aos investimentos feitos pela Autonomia dos Açores porque aquela ilha estava quase despovoada e a escola foi central na recuperação da Ilha do Corvo e de fixação da população.

Eu estou absolutamente convencido de que a criação do ensino secundário foi uma medida decidida, e muito bem, pelo Sr. Presidente do Governo Regional e é absolutamente essencial também para fixar a população jovem na Ilha do Corvo. Acho que isso é uma medida que é cara, é uma medida que a Autonomia decidiu tomar, mas na perspetiva é essencial para manter os jovens e a população jovem na Ilha do Corvo, criar o ensino secundário.

Eu acredito que terá qualidade. Acredito tanto que, por exemplo, o meu filho que vai para o ano para o 10.º irá estudar lá, irá tirar lá o ensino secundário. Acredito que tenha a mesma qualidade que qualquer outra escola da nossa Região e não vou tomar uma opção diferente, o meu filho também irá lá frequentar o 10.º, porque eu acredito que tem todas as condições.

Agora, o que eu considero que é fundamental é que se veja isto. A evolução é esta, vamos ter mais 6 turmas, porque temos o 10.º, 11.º e 12.º anos.

Esta é a situação que a escola irá ter daqui a um ano, dois anos, três anos, daqui a dez anos, terá este número de turmas mais ou menos fixo, porque só temos uma turma por ano, menos no ensino secundário. Só temos uma turma de 5.º, uma turma de 6.º. Essa turma de 6.º pode variar, pode ter 3 alunos num ano, pode ter 8, 9, já teve, há casos destes. Mas será sempre uma turma porque nunca terá o número de alunos suficientes para virmos a constituir duas turmas, como também não terá evidentemente casos em que não tenha alunos nessa turma de 5.º e 6.º ano. O normal é que exista sempre uma turma de cada ano, e parece-me que é tão evidente que estes espaços de sala de aula vão ser sempre necessários. Podem dizer-me que o número global de alunos passou de 45 para 50, ou 55 para 42, a verdade é que vamos ter uma turma de 5.º, uma turma de 6.º, uma turma de 7.º, 8.º, 9.º, 10.º duas, 11.º, 12.º, duas de primeiro ciclo e têm que estar em espaços de sala de aula diferenciados porque não é possível dividir porque os espaços da sala de aula já foram concebidos para uma ilha como o Corvo.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E quantos são?

O Orador: Estas salas não podem, a menos que se queira criar situações absolutamente indignas, não se podem criar ...

Lembro-me de um comentário de um responsável local de um determinado partido político que dizia: “Meta um biombo!”.

Não é possível, não é digno, não é possível nesta parte da sala termos o 5.º ano e nesta parte da sala termos o 6.º ano.

Parece-me tão evidente que esta ampliação é necessária, que é digna, que é justa e que se faça isto numa escola que acho absolutamente chocante ter que insistir nestes argumentos.

É uma situação que nós vamos ter sempre.

E mais uma coisa, para terminar: essa escola nunca será abandonada porque nós vamos precisar, naquela ilha, sempre de uma escola e aquela população que está lá há 500 anos e que esteve muitas vezes sem o apoio do Estado e com um peso

fiscal enormíssimo e que resistiu a tudo e a todos, essa população, para mal de alguns que desejam outras coisas, vai lá estar agora, como vai lá estar daqui a 50 anos ou 100 anos. Vai lá estar sempre, porque esta ilha pertence por inteiro mérito, e aquela população, ao arquipélago dos Açores e ao povo dos Açores e muito dignifica o povo dos Açores.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tenho aqui inscrita a Sra. Deputada Judite Parreira.

Faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputada Judite Parreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quando em 2012 foi alargada a escolaridade obrigatória até aos 18 anos, o Governo da altura (portanto o Governo velho, do qual o Sr. Secretário não era Secretário, mas está ali a Sra. Secretária de então que não me deixa mentir) dava a garantia de que este alargamento não esgotava a lotação das escolas secundárias e com razão, porque quando se tomam medidas desta natureza tem que se ter a garantia absoluta de ter as condições físicas e humanas para a sua implementação.

O que nós verificamos neste momento é que o atual Governo, Governo novo, não honra o compromisso assumido pelo Governo velho, porque o que se passa na escola do Corvo, não se passa em mais escola nenhuma da Região.

Sr. Secretário, permita-me que discorde consigo mas daqui eu não saio.

Uma turma constituída por um único aluno, para nós, merece a mesma dignidade e o mesmo respeito que uma turma constituída por 20 alunos.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Mesmo que haja um acréscimo de uma turma com um único aluno, onde é que o Sr. Secretário vai colocar essa turma a ter aulas? Na arrecadação? A biblioteca já está ocupada e a sala de diretores de turma. O senhor vai colocar

essa turma na arrecadação? No vão de escada? Onde é que essa turma vai ter aulas, Sr. Secretário?

O PSD não abdica deste princípio: os alunos e os professores do Corvo, merecem-nos o mesmo respeito, a mesma dignidade e equidade que os alunos de qualquer escola desta Região.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tenho inscrita a Sra. Deputada Lúcia Arruda.

Faça favor. Tem a palavra.

(*) Deputada Lúcia Arruda (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O BE certamente não poderá deixar de dar o seu voto favorável a este Projeto de Resolução, em respeito à criação de condições dignas às crianças, adolescentes e docentes da Ilha do Corvo.

Aproveitando esta ocasião e porque o Sr. Secretário da Educação e Cultura referiu que desde que tomou posse conhece o parque escolar, tem visitado o parque escolar e conhece as necessidades do nosso parque escolar, eu aproveitava, e sabendo que todos nós nesta Casa e também fora desta Casa, que não é por falta de verbas que se deixam de fazer obras, ou não deveria ser por falta de dinheiro que se deixam de fazer obras necessárias numa área tão delicada e tão sensível como é a educação.

Todos nós nos lembramos aqui dentro desta Casa e fora desta Casa que a última grande escola que foi feita em S. Miguel derrapou mais de sete milhões de euros e passados dois meses o teto caiu e para essa derrapagem houve dinheiro, Sr. Secretário (mais de sete milhões).

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Qual?

A Oradora: Ponta Garça.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Ainda?

A Oradora: O senhor conhece perfeitamente como eu conheço.

Queria perguntar-lhe, Sr. Secretário se conhece a Escola Secundária da Povoação.

Eu estive na Escola Secundária da Povoação, reuni com os pais e encarregados de educação ...

Presidente: Sr. Deputada, peço desculpa de interrompê-la.

Espere só trinta segundos, que eu sou rápido.

Nós estamos a discutir um ponto sobre a ampliação da Escola do Corvo.

Deputados José San-Bento e Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Agradecia que fizesse o favor de orientar a sua intervenção para este ponto.

Obrigado.

A Oradora: Sr. Presidente, uma interpelação à Mesa.

Eu estou a referir-me à intervenção do Sr. Secretário.

O Sr. Secretário falou do parque escolar.

Deputados Luís Garcia (PSD) e Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Eu acho que dei-me ao direito de perguntar ao Sr. Secretário. Já que estamos a falar do parque escolar, eu já me referi à proposta do PPM, gostava que o Sr. Secretário da Educação e Cultura nos dissesse também, uma vez que conhece o parque escolar desta Região e está ciente das necessidades e que a Escola Mouzinho da Silveira não é uma das escolas que tem necessidade de intervenção para ampliação, se é a única, a Mouzinho da Silveira, ou se vai dizer o mesmo também sobre uma situação indigna, quer para alunos, quer para professores e são mais de mil na Escola Secundária da Povoação. Obrigada.

Presidente: Muito obrigado pela sua interpelação à Mesa.

Pode fazer todas as perguntas que entender ao Sr. Secretário e a todos os Srs. Deputados, mas eu só lhe pedi por favor para orientar a sua intervenção no Projeto de Resolução que nós estamos a fazer.

Só pedi esta orientação para não nos desviarmos.

Pode fazer todas as perguntas que entender, mas faça esse favor e esse esforço para bem de toda a condução dos nossos trabalhos.

Muito obrigado.

Deputada Lúcia Arruda (BE): Com certeza!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Umhas questões muito rápidas.

Obviamente que o Governo velho, como disse a Sra. Deputada Judite Parreira, garantiu que haveria lugar para todos e obviamente que o Governo novo, chamemos-lhe assim, garantirá um lugar para todos. Naturalmente que sim.

De resto na Escola Mouzinho da Silveira, não haverá soluções indignas, não haverá soluções ilegais e a turma quer tenha um aluno, quer tenha cem e se tiver um aluno merece o mesmo respeito do que se tiver cem ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Se tiver 100 vai ter que fazer mais salas!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ó Paulo Estêvão será na tua casa, já está decidido!

O Orador: ... vai ficar obviamente alojada num espaço ou em espaços naturalmente condignos.

Há uma outra questão que foi levantada inicialmente: se havia ou não havia outras escolas na Região com problemas similares à Escola Mouzinho da Silveira no Corvo?

Há naturalmente questões e problemas similares naquelas escolas que na Região ainda estão em processo de reformulação e de construção.

Não estamos a falar naturalmente de outra escola que não a Mouzinho da Silveira, no Corvo, no entanto respondendo muito rapidamente à Sra. Deputada Lúcia Arruda, eu conheço a escola da Povoação, visitei-a no dia 1 de dezembro ...

Presidente: Sr. Secretário...

O Orador: ... do ano passado.

Presidente: Muito obrigado.

Ia pedir-lhe também para centrar o seu discurso na Escola Mouzinho da Silveira, mas terminou entretanto.

Presidente: Não tenho mais nenhuma inscrição.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para finalizar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, dizer o seguinte:

Dizer em primeiro lugar que é evidente que a única solução é a solução de ampliação da escola, a única solução é manter espaços de sala dignos, criar espaços para que os professores possam trabalhar, manter espaços em que os alunos possam estar no recreio, sem estarem à chuva e à intempérie, isso é fundamental e manter todas essas condições.

É evidente que da minha parte, a minha palavra é só uma, vou cumpri-la: se essas condições não estiverem cumpridas até setembro, eu cumpro a minha parte depois, que é de assegurar em absoluto que essas condições se cumpram.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Só se venderes a casa!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Agora sim, não tenho mais nenhuma inscrição, vamos passar à votação.

Sras. e Srs. Deputados, vamos esperar dez segundos para a Sra. Secretária fazer uma contagem dos Srs. Deputados.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Agradecia que a Sra. Secretária fizesse o favor de dar o resultado da votação.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pobres alunos do Corvo!

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária, vamos fazer um intervalo ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto agora é diferente!

Presidente: Antes do intervalo vou dar a palavra à Sra. Deputada Judite Parreira para fazer uma declaração de voto.

Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Judite Parreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A minha declaração de voto vai ser muito rápida.

Eu direi apenas que não posso estar mais de acordo com aquilo que disse o Sr. Secretário na sua intervenção, no Parlamento dos Jovens.

O que acabámos de assistir aqui foi à vitória da estupidez sobre a inteligência.

Deputado José Ávila (PS): Olhe o espelho!

Deputado Domingos Cunha (PS): Que declaração é essa? É uma vergonha!

Deputado Manuel Pereira (PS): Que vergonha!

(Protestos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Sras. e Srs. Deputados, agradecia algum silêncio. Estamos quase em intervalo.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Iasalde Nunes para fazer a sua declaração de voto.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS votou contra ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Levanta a cabeça e os olhos e olhe-nos de frente!

Deputado Domingos Cunha (PS): Olhe de frente, Sra. Deputada, não baixe a cabeça!

Deputada Judite Parreira (PSD): Não votou contra?

Presidente: Srs. Deputados, peço imensa desculpa, não havendo condições para continuar os trabalhos, podemos passar para intervalo e depois continuar com as declarações de voto, mas se calhar é mais importante fazer as declarações de voto e depois passarmos para intervalo.

Agradecia que fizessem um esforço para dar condições ao Sr. Deputado Iasalde Nunes para fazer a sua declaração de voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Iasalde Nunes.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS votou contra este Projeto de Resolução por considerar que o mesmo está prejudicado pela aprovação da proposta de alteração, aprovada por esta câmara, no passado dia 27 de novembro, à ação 5.1.19 e por considerar e confiar que o Governo Regional encontrará a melhor solução para a resolução do problema da falta de salas de aula, dando deste modo as condições necessárias ao funcionamento condigno da Escola Mouzinho da Silveira, sem pôr em causa a qualidade do ensino desta escola, com a dignidade para todos os alunos, professores e funcionários.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Domingos Cunha (PS): Levante a cabeça!

Presidente: Mais uma vez apelo a todos os Srs. e Sras. Deputadas para usarem o telefone para conversarem.

Assim, não havendo condições para o Sr. Deputado Paulo Estêvão fazer a sua declaração de voto, vou ser obrigado a fazer o intervalo de cinco minutos e depois retomamos os trabalhos.

Se houver condições vou dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão para fazer a sua declaração de voto.

Agradecia que fizessem o favor de dar condições para o Sr. Deputado Paulo Estêvão ...

Já existe, faça o favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que aos que aqui votaram favoravelmente esta iniciativa, que votámos em consciência, votámos na defesa da dignidade de todos os alunos, independentemente se vivem na Ilha do Corvo, na Ilha de S. Miguel ou Santa Maria, onde quer que seja, com toda a dignidade. Este foi o nosso sentido de voto. É o sentido da dignificação e da justiça e não o sentido das armas políticas, de dizer: “São precisas salas! Mas o vosso projeto que foi apresentado a 7 de outubro não vale, porque nós vamos fazer a mesma coisa, mesmo que os nossos espaços já sejam tão reduzidos, mas vamos reordenar”.

Portanto, esta proposta era a proposta da dignidade, era a proposta de dar todas as condições, da generosidade e não perder este sentido do sonho que é de dar todas as condições aos nossos alunos, de dar tudo por tudo às nossas crianças e aos nossos jovens, é o sonho dos Açores, é o sonho da Autonomia,

independentemente de onde eles vivam. Dar-lhes essas condições todas, dar-lhes as mesmas dignidades e eu não vou desistir disso. Não vou desistir disso! Dei aqui a minha palavra e vou cumpri-la e quero agradecer a todos aqueles que votaram a favor, em consciência ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... porque votaram a favor dos alunos do Corvo, da dignidade, da justiça, da igualdade de oportunidades e é isto que nesta Região nós nunca, nunca, nunca podemos esquecer, mesmo que sejam só 4 ou 5 pessoas ou 7 ou 8. Não fica ninguém para trás, todos os açorianos merecem a mesma justiça, as mesmas condições e quando perdemos este sonho, quando perdemos esta ideia da Autonomia, então vamos perder aquele que é o nosso futuro e o nosso objetivo de sempre, que é um objetivo de justiça, de Autonomia dos Açores, de generosidade como o nosso povo é. O melhor povo do mundo! O povo mais generoso do mundo!

O povo dos Açores e os corvinos merecem as mesmas condições, as mesmas condições que todos os outros!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto dou a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires, do Partido Comunista Português.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Depois desta votação e tendo sido reprovada a iniciativa do PPM, o que importa dizer é que quem ficou prejudicado foram os alunos, os professores e todos quantos trabalham na Escola Mouzinho da Silveira, do Corvo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É o socialismo que temos!

O Orador: Isto para dizer que aquilo que ficou prejudicado é efetivamente o Corvo e a sua comunidade educativa e não a proposta do Deputado Paulo Estêvão.

O que ficou efetivamente prejudicado foram os corvinos, foi a comunidade educativa do Corvo...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... porque também como se percebeu durante o debate, o PS e o Governo aquilo que propõem não é a solução. Aquilo que o PS propõe para a situação perfeitamente identificada de carência, de espaços para a atividade letiva, aquilo que precisa, por isso é que a solução seria a ampliação e não a reorganização do espaço escolar.

Portanto, o PS optou pelo remedeio em detrimento da solução.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Agora sim, vamos fazer o nosso intervalo da tarde, regimental.

Voltamos aos nossos trabalhos às 18 horas, para recuperarmos o atraso da manhã, ainda.

Eram 17 horas e 45 minutos.

Presidente: Boa tarde Srs. Deputados.

Eram 18 horas e 05 minutos.

Já estão todos os líderes das Representações Parlamentares e dos Grupos Parlamentares e queria informar a câmara que depois de um acordo de todos os Presidentes dos Grupos Parlamentares e das Representações Parlamentares, acordou-se que se ia apresentar em conjunto os dois pedidos de urgência do Governo Regional dos Açores, a discussão em conjunto e a votação em separado.

Começo por dar a palavra à Sra. Secretária Regional dos Assuntos Parlamentares para apresentação dos dois pedidos de urgência que são:

Pedido de urgência - Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 50/X – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 2/2015/A, de 7 de janeiro, que aprova o Plano Anual Regional para o ano de 2015”;

Pedido de urgência - Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 51/X – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 1/2015/A, de 7 de janeiro, que procede à aprovação do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2015”.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Parlamentares.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Governo dos Açores apresenta duas propostas a esta Assembleia, uma que configura a primeira alteração ao Plano Regional Anual para 2015; outra também de Decreto Legislativo Regional com a alteração ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores, também para o ano de 2015.

Com a apresentação destas propostas o Governo cumpre o compromisso que assumiu de apresentar uma solução depois de ouvidos os partidos políticos e os parceiros sociais.

As propostas que apresentamos resultam do trabalho aprofundado que foi possível fazer muito em particular com o CDS-PP e salvaguardam princípios que nos orientam na construção destas soluções e que visam o rendimento das famílias e a não penalização do aproveitamento dos fundos comunitários.

Assim se compreende que o pedido de urgência se fundamenta na necessidade de implementar, tão breve quanto possível, estas propostas para que se concretize na Região Autónoma dos Açores a redução de impostos, em benefício das açorianas e dos açorianos.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária.

Estão abertas as inscrições.

Agradecia às Sras. e aos Srs. Deputados, que fizessem um esforço necessário para orientar as suas intervenções, somente para a urgência.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Lúcia Arruda.

(*) **Deputada Lúcia Arruda (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Membros do Governo:

Pede o Governo a esta Assembleia urgência com descida à Comissão competente com o prazo reduzido nos termos regimentais da alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 2/2015, de 7 de janeiro e no próximo ponto da ordem de trabalhos o mesmo tratamento para alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 1/2015, com a mesma data.

Como é evidente o BE votará favoravelmente a urgência destes dois diplomas.

No nosso entender é urgente, mesmo que mitigado, diminuir aos açorianos e açorianas o esbulho fiscal a que têm sido sujeitos.

Quem parece que não tem urgência nesta matéria é o Governo Regional, pois ainda há um mês o Governo assumia que sobre esta matéria tinha um plano cronológico, claro e pensado, mas o que a realidade mostra é que este Plano continha esquecimentos e omissões que inviabilizam o alívio do saco fiscal, o mais cedo possível aos açorianos e açorianas. Lembro que já vão quatro meses, ou será que os diplomas do Governo vão prever efeitos retroativos?

Disse.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Passo a palavra para o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito breve até porque o assunto é efetivamente urgente e a Representação Parlamentar do PCP vai votar, sem qualquer sombra de dúvidas, este pedido de urgência que o Governo nos apresenta aqui, até porque esta urgência está pelo menos atrasada, quatro meses. Devia ter sido aprovada e discutida neste Parlamento, em novembro de 2014, a redução de impostos que agora se prevê, aliás com outra amplitude, não com aquela que a proposta do Governo aqui traz, em novembro, de modo a que os açorianos e as açorianas pudessem usufruir da redução de impostos na Região Autónoma dos Açores, a partir de 1 de janeiro de 2015.

Só que o Governo Regional não quis! O Governo Regional não quis!

Portanto, estão atrasados, estão atrasados quatro meses, ou seis meses e vão subtrair ao povo açoriano seis meses de redução de impostos. Vão subtrair à economia regional pelo menos seis meses de redução de impostos.

Deputado Francisco César (PS): Seis meses, não percebi isso!

O Orador: Esta responsabilidade tem que ser assacada diretamente ao PS e ao Governo do PS.

Portanto, a Representação Parlamentar do PCP, considera que é urgente e vai votar sem sombra de dúvidas este pedido de urgência apresentado pelo Governo mas não poderia deixar de dizer que o Governo está a chegar muito atrasado. Está a subtrair aos açorianos e açorianas aquilo que lhes era devido desde 1 de janeiro de 2015.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não tenho mas nenhuma inscrição para a discussão e o debate.

Não havendo mais inscrições vamos passar ...

Sr. Deputado António Marinho, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta lá chegou, finalmente, diríamos e vai merecer naturalmente a aprovação da sua urgência, da urgência que efetivamente está em causa com estas duas Propostas de Decreto Legislativo Regional.

Há um mês atrás fizemos a apresentação aqui de uma urgência para reduzir os impostos dos açorianos, a bem daquilo que os açorianos efetivamente necessitam, aquilo que pode ser um bom impulso, um bom contributo para que possam restabelecer a sua dignidade, aquela dignidade que perderam ao longo dos últimos anos, quer famílias, quer empresas.

Pelos vistos aquilo que apresentámos aqui há um mês atrás até fazia algum sentido. É pena é que já se tenha perdido tanto tempo.

Mesmo agora por força do próprio Regimento e até do Sistema Regional de Planeamento dos Açores, por aquilo que eles impõem não vai poder sair ainda daqui hoje uma decisão, embora isso fosse suscetível de leituras um pouco diferentes, de interpretações alternativas, porque há opiniões não coincidentes sobre essa necessidade, mas parece-nos se não obrigatório, achamos que é perfeitamente razoável dar a voz aos conselhos de ilha.

Vamos tudo fazer para que no próximo mês de abril haja finalmente fumo branco em relação a esta matéria.

De qualquer forma isso vai significar, se tivermos aqui uma solução definitiva em abril, pelo menos meio ano perdido. Meio ano que vai ser perdido.

Não vamos, naturalmente, aqui falar sobre as opções que estão em causa e que podem em nosso entender, ser geradoras de alguma insatisfação por parte dos açorianos.

A seu tempo, obviamente, iremos fazê-lo.

Votaremos de uma forma favorável esta iniciativa, esta urgência também, obviamente porque defendemos e já o provámos que efetivamente é

absolutamente necessário avançar, logo que possível com esta matéria, pena é o tempo que já se perdeu, repito, pena é o tempo que já se perdeu.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Um Projeto de Resolução tinha resolvido o assunto!

O Orador: O senhor por acaso votou favoravelmente o Projeto de Resolução? Pronto, obrigado.

Aquilo que hoje está aqui a passar-se poderia ter perfeitamente acontecido em janeiro passado e os açorianos já teriam neste momento muito mais razões para recuperar a confiança de que tanto necessitam para encarar o seu futuro. Foi pena o tempo perdido.

Deputados João Bruto da Costa e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

O PS, naturalmente, irá votar a favor da proposta de urgência do Governo dos Açores porque considera muito importante nós rapidamente podermos esgotar os mecanismos legais que são necessários cumprir, para podermos pôr em vigor uma descida de impostos, uma descida de impostos muito importante para as famílias e para as empresas açorianas.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: É importante referir que essa descida de impostos foi feita após um longo processo negocial, de auscultação de todos os partidos políticos, de todos os parceiros sociais, em que todos deram o seu contributo.

Se é urgente baixar impostos, também era urgente ouvir todos aqueles que participam na sociedade açoriana, sejam esses políticos, sejam esses atores sociais.

Portanto, temos agora que trabalhar.

Nós sabemos que o Parlamento tem que ouvir os conselhos de ilha, a isso obriga o nosso Regimento.

Também sabemos que, mesmo que houvesse dúvidas sobre isso, o próprio princípio da precaução obrigava a que nós devêssemos ouvir os conselhos de ilha, eles também fazem parte da nossa estruturação social, são atores políticos e sociais que devem ser ouvidos e depois, naturalmente, iremos discutir aqui na Assembleia, a descida de impostos e mais concretamente os benefícios que esta descida de impostos poderá trazer para os açorianos.

Achamos que este foi o método correto, que esta foi a forma mais correta em que todos puderam participar, mesmo aqueles que participando tentaram ter uma agenda paralela no sentido de obter benefícios políticos na descida futura de impostos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Passados seis meses!

O Orador: Um bom exemplo disso, o Projeto de Resolução do PSD ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso tem tudo a ver com a urgência, Sr. Presidente!

O Orador: Que urgência, Sr. Deputado? É sobre a urgência, aliás o Sr. Deputado até referiu o seu Projeto de Resolução pela urgência que o PSD tinha em querer baixar os impostos.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Da mesma forma eu respondo-lhe dizendo que o Projeto de Resolução que o PSD apresentou aqui nesta câmara, não tinha qualquer tipo de consequência ao nível da descida de impostos...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque todos os mecanismos necessários para baixar os impostos nos Açores teriam que ser refletidos exatamente neste Plenário, nos termos regimentais e o próximo mês auscultando os conselhos de ilha.

Deputado Miguel Costa (PS): Nos termos regimentais!

O Orador: Aqui prova-se em primeiro lugar que o PS esteve junto das pessoas, junto dos atores sociais a trabalhar na descida de impostos, aqui se prova também que a forma como o fizemos foi a forma mais correta, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mais uns mesitos em caixa!

O Orador: ... sem oportunismos políticos, sobretudo para nós conseguirmos garantir algo que é a diminuição da austeridade às famílias e às empresas açorianas.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Às empresas!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sobre esta matéria e restringindo-me unicamente à urgência, dizer aqui que evidentemente o PPM vai votar a favor desta urgência, mas a verdade é que o PS, Governo Regional, especificamente nesta matéria, não teve urgência, não teve nenhuma urgência.

A questão é que estamos aqui a falar de manobras dilatórias para prolongar no tempo, o máximo possível, para se votar o mais tarde possível, para que entre em vigor o mais tarde possível, a descida dos impostos nos Açores.

Esta urgência, é uma não urgência por parte do Governo, trata-se apenas de ganhar tempo com mais esta manobra dilatória e a seguir provavelmente temos que estar muito atentos, porque podemos a seguir ter outra manobra dilatória, porque o objetivo é jogar para o mais tarde possível esta descida dos impostos.

A verdade é esta, a verdade é que já estamos em março e o Governo quer é que esta descida de impostos seja aplicada o mais tarde possível.

Entretanto o que é que vai acontecendo? Vai metendo o dinheiro dentro do orçamento e vai retirando esse dinheiro ao contribuinte açoriano.

É isto que o Governo está a fazer.

O que o Governo está a aqui a pedir não é verdadeiramente uma urgência. O que está aqui a pedir é que lhe permitam continuar a ganhar tempo, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E dinheiro!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ganhar dinheiro!

O Orador: ... ganhar tempo no sentido de não diminuir os impostos e de jogar para o mais tarde possível, lançar para o mais tarde possível a descida efetiva dos impostos.

Este é o objetivo.

É evidente que os açorianos estão muito atentos e os açorianos não são parvos e sabem perfeitamente que todo este diálogo, todos estes procedimentos, com tudo isto tenta-se apenas prolongar o mais possível a descida nos impostos.

É isto que está a acontecer e portanto o que nós estamos aqui a votar não é uma urgência, é mais uma manobra dilatória.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra em último lugar o Sr. Deputado Artur Lima para terminarmos a ronda pelos partidos.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS votou, naturalmente e votará qualquer urgência que seja para baixar impostos, mesmo aquelas que não têm consequência. Votamos favoravelmente também o Projeto de Resolução, Sr. Deputado António Marinho do PSD, embora a consequência fosse aquela que todos nós sabemos.

Deputado António Marinho (PSD): Mas votou!

O Orador: Vamos votar naturalmente, favoravelmente, as duas urgências que aqui estão presentes para descer impostos.

O processo legislativo que eu saiba tem que ser este e desta maneira. Se pudesse ter sido mais cedo, é outra questão, ter vindo antes. Agora, o processo legislativo correto é este e este é que tem que ser feito.

De maneira que o que vai resultar, não tão cedo quanto todos desejaríamos, naturalmente, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nem todos!

O Orador: ... mas o resultado final disto vai ser uma baixa de impostos nos Açores, como não existe em outra Região, em outra parte do território nacional. Virá naturalmente não em janeiro, virá em abril, mas vai vir uma baixa de impostos e votaremos naturalmente a urgência e que isto siga o processo legislativo comum como tem que seguir nestes casos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos de imediato passar à votação em separado ...

Sra. Secretária pede a palavra para?

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Para uma intervenção, Sr. Presidente.

Presidente: Sra. Secretária, peço imensa desculpa de não lhe dar a palavra. Gostava muito de dar a palavra a toda a gente mas o Regimento não permite.

Muito obrigado, Sra. Secretária.

Vou fazer aqui a votação em separado do ponto 12 e do ponto 13.

Ponto 12: Pedido de urgência - Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 50/X – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 2/2015/A, de 7 de janeiro, que aprova o Plano Anual Regional para o ano de 2015”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sra. Secretária faça o favor de dar o resultado da votação.

Secretária: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos de seguida fazer a votação do ponto 13 - **Pedido de urgência - Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 51/X – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 1/2015/A, de 7 de janeiro, que procede à aprovação do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2015”.**

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sra. Secretária faça o favor de dar o resultado da votação.

Secretária: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar para o nosso último ponto da Agenda.

Antes de dar início a esse ponto 14 queria informar a câmara e a todos para ficar registado que essas duas Propostas de DLR, vão baixar à Comissão para serem discutidas.

Ponto 14: **Pedido de urgência e de dispensa de exame em Comissão - Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 47/X – “Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 10/2014/A, de 3 de Julho”, que cria medidas para a redução do consumo de sacos plásticos**”, apresentado pelo PS.

Estão abertas as inscrições.

Peço desculpa, tem de ser apresentado primeiro.

Do PS, quem é que vai apresentar esse pedido de urgência?

Ninguém?

Vamos abrir inscrições.

Não há inscrições.

Vamos passar de imediato para a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado e as Sras. Deputadas que se abstêm façam o favor de se sentar.

Agradecia que a Sra. Secretária anunciasse o resultado.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Vamos dar início ao ponto 15: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 47/X – “Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 10/2014/A, de 3 de julho”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS que cria medidas para a redução do consumo de sacos plásticos”.**

Rege-se pelo art.º 114.º e seguinte e quem vai apresentar é o Sr. Deputado Berto Messias.

Faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Já tive oportunidade de explicar a todos os partidos do que é que se trata este pedido de urgência. É uma correção jurídica, no entanto isto não foi detetado no âmbito da redação final do diploma. Quando foi detetado a única forma de corrigir esse lapso jurídico era em votação no Plenário do nosso Parlamento e a alteração, tal como pude informar todos os partidos, é no art.º 4.º aquilo que estava designado na alínea b), passando a estar corretamente na alínea a).

É esta a correção que temos que introduzir neste diploma, que não é, também é justo referi-lo, não foi uma proposta do PS, foi sim uma proposta apresentada pelo PCP neste Parlamento.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições para o debate.

Não havendo inscrições vamos passar para a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado e as Sras. Deputadas que se abstêm façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que discorda faça o favor de se sentar.

Secretária: Na generalidade o projeto de DLR foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Vamos votar agora na especialidade o Projeto de DLR 47/A, que tem o 1.º, 2.º e 3.º artigos.

Pergunto à câmara se podemos votar tudo em conjunto.

Não havendo oposição vou colocar à votação os artigos 1.º, 2.º e 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado e as Sras. Deputadas que se abstêm façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que discorda faça o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Vamos fazer a votação final global do Projeto de DLR n.º 47/X.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado e as Sras. Deputadas que se abstêm façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que discorda faça o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global o Projeto de DLR foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Para terminar os nossos trabalhos vou propor à câmara a proposta de deliberação: “**A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de março**”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sra. Secretária faça o favor de dizer o resultado da votação.

Secretária: A proposta de deliberação final foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Bom trabalho para todos, boas viagens e bons projetos.

Eram 18 horas e 30 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Deputada que faltou à sessão:

Ana Luísa Pereira **Luís**

(*) Texto não revisto pelo orador.

Documentos entrados

1 – Projeto de Decreto Legislativo:

Assunto: Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 47/X – “Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 10/2014/A, de 3 de julho

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2015 – 03 – 11

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

2 – Proposta de Decreto Legislativo Regional:

.

Assunto: [Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 22/2010/A, de 30 de junho, que aprova o regime jurídico do Combate à Infestação por Térmitas](#) – n.º 52/X

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 03 – 09

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2015 – 04 – 15.

3 – Requerimentos:

Assunto: [Centro de Radioterapia](#)

Autores: Artur Lima, Graça Silveira e Ana Espínola (CDS-PP)

Data de Entrada: 2015 – 03 – 06

Referência: 54.01.02 – N.º 377/X;

Assunto: [Eletricidade](#)

Autores: Humberto Melo e Jorge Macedo (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 03 – 06

Referência: 54.03.00 – N.º 378/X;

Assunto: [Contaminação de solos e aquíferos na Ilha Terceira](#)

Autores: Luís Rendeiro, António Ventura e Judite Parreira (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 03 – 10

Referência: 54.03.03 – N.º 379/X.

4– Relatórios:

Assunto: [Relativo à Verificação de Poderes da candidata à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Lúcia de Fátima Oliveira Arruda.](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 03 – 10;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 765/XII – Transparência dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos.](#) – n.º 130 - AR

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 03 – 09;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2015 – 03 – 09;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 704/XII – Revoga o regime de requalificação](#) – n.º 129 - AR

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2015 – 03 – 09;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei – “Procede à definição do regime jurídico da formação médica especializada com vista à obtenção do grau de especialista e estabelece os princípios gerais a que deve obedecer o respetivo processo - M. Saúde - \(Reg. DL45/2015\)”](#) – n.º 165-OGP

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 03 – 11.

5 – Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 91 e 92.

—

A Redatora: Maria da Conceição Fraga Branco